



PROJET DE NUMERISATION
MEMOIRE DU DEPARTEMENT
D'ETUDES PORTUGAISES ET BRESILIENNES

2018 – 2021



Copyright Notice

Staff and students of Aix-Marseille University are reminded that copyright subsists in this extract and the work from which it was taken.

All copies (including electronic copies) shall include this Copyright Notice and shall be destroyed and/or deleted if and when required by Aix-Marseille University.

Except as provided for by copyright law, no further copying, storage or distribution (including by e-mail) is permitted without the consent of the copyright holder.

The author (which term includes artists and other visual creators) has moral rights in the work and neither staff nor students may cause, or permit, the distortion, mutilation or other modification of the work, or any other derogatory treatment of it, which would be prejudicial to the honour or reputation of the author.

Title:

Le patrimoine colonial, une alternative au tourisme de masse ? – Le cas de l'île de Fogo (Cap-Vert) – Volume II

Name of Author:

PIMENTEL Raqueline

Name of Publisher:

Université de Provence Lettres et Sciences Humaines - UFR ERLAOS -
Département d'Etudes Luso-Brésiliennes

**UNIVERSITE DE PROVENCE
LETTRES ET SCIENCES HUMAINES
UFR ERLAOS**

Département d'Etudes Luso-Brésiliennes

Année 2009-2010

**Le patrimoine colonial, une alternative
au tourisme de masse ?
Le cas de l'île de Fogo (Cap-Vert)
Volume II**



Mémoire présenté en vue de l'obtention du
Master II Aire Culturelle Romane, parcours portugais par Raqueline Pimentel
Sous la direction de Madame Ernestine Carreira

TABLE DES MATIERES DES ANNEXES

(Documents consultés au Cap-Vert)

Annexe 1 : <i>Revista Urbanidades</i> , Brésil, février 2003-----	4
Annexe 2 : <i>Revista Pasos</i> , Vol. 1, N°2-----	9
Annexe 3 : <i>Revista Geográfica</i> , Vol. 28, octobre / décembre 1996 -----	16
Annexe 4 : <i>Revista Casas</i> , N° 59, 2005-----	22
Annexe 5 : Rapport de mission préservation du patrimoine culturel et architectural, Unesco, Paris 1981 ----	26
Annexe 6 : <i>Plano de desenvolvimento urbano de São Filipe</i> , -----	43
Arcotech, août 1991-----	43
Annexe 7 : <i>Revista Magma</i> , N°1, 1998 -----	56
Annexe 8 : <i>Revista Magma</i> N°2, 1998 -----	61
Annexe 9 : <i>Revista Magma</i> N°4, 1989 -----	64
Annexe 10 : <i>Revista Magma</i> , N°5/6, 1990 -----	65
Annexe 11 : <i>Journal Liberal</i> , 26 janvier 2006 -----	66
Annexe 12 : Lettre ouverte au maire de São Filipe, Fausto ROSÁRIO, 19 avril 2006-----	67
Annexe 13 : Réponse publique du maire de São Filipe-----	69
à la lettre ouverte -----	69
Annexe 14 : Des citoyens enchainés sur la Place de São Filipe, -----	70
avril 2006 -----	70
Annexe 15 : <i>Revista Ponto & Vírgula</i> N° 17, 1987 -----	71
Annexe 16 : <i>Journal Terra Nova</i> N° 262, juillet 1998 -----	73
Annexe 17 : <i>Journal Terra Nova</i> , N° 263 août/septembre 1998 -----	74
Annexe 18 : <i>Journal Terra Nova</i> N°264, octobre 1998 -----	75
Annexe 19 : <i>Journal Terra Nova</i> N°265, novembre 1998-----	76
Annexe 20 : <i>Journal Terra Nova</i> , N°269, mars 1999-----	78

Annexe 21 : www.fogo.cv , 10 février 2010-----	79
Annexe 22 : www.fogo.cv , 01 juillet 2009-----	80
Annexe 23 : www.fogo.cv , 21 août 2009-----	81
Annexe 24 : www.fogo.cv , 13 octobre 2009-----	82
Annexe 25 : http://odiaquepassa.blogspot.com -----	83
Annexe 26 : <i>Edição península press</i> N°3, juillet 2004-----	84
Annexe 27 : www.nave.cv , 14 août 2006-----	95
Annexe 28 : Agenamar, liaisons maritimes, 2010 -----	96
Annexe 29: Liaisons aériennes inter-îles, 2010 -----	97
Annexe 30 : Statistiques sur le tourisme au Cap-Vert, INE-----	98
Annexe 31 : Eliades voyages, 2010 / 2011-----	102
Annexe 32 : Nouvelles Frontières, 2010 / 2011-----	105
Annexe 33 : Kapverdische inseln, Marco Polo 2010-----	107

Annexe 1 : Revista Urbanidades, Brésil, février 2003

<http://vsites.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm>

imprimé le 10/02/10

A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras[i]

Barbara Freitag

“Somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos.”

Walter Benjamin

Parto de uma moldura teórica que orienta o nosso Projeto de Pesquisa Integrada – “Itinerâncias urbanas”, do qual sou uma das coordenadoras. Nesta pesquisa defendemos a tese da “itinerância” das cidades brasileiras, em especial, das cidades-capitais (federais e estaduais). Juntamente com a itinerância urbana acontece o que chamamos de “poderes peregrinos” e “representações nômades”. Simplificando bastante, **partimos da constatação**, de que é corriqueiro na história das aldeias, vilas e cidades brasileiras (desde os primórdios da colônia), **abandonar ou deixar atrás de si núcleos urbanos criados, para fundar outros, paralelos, transferindo as funções do antigo para o novo. Deste modo, a cidade “abandonada” pode viver um período de estagnação e até mesmo cair no esquecimento.**

Enquanto isso, a cidade nova, paralela, que passa a assumir as funções político-administrativas, econômicas e comerciais atrai todas as atenções e concentra riqueza e prestígio. É para essas cidades que se dirigem as ondas migratórias; é para elas que tradições e costumes regionais (indumentária, comidas, arte, música) são levadas e efundidas, num verdadeiro “melting pot” das culturas (o que chamamos de “representações nômades” em nossa pesquisa).

Aceitando-se essa moldura teórica geral, é possível criar uma “tipologia” das cidades brasileiras, que permite uma análise pormenorizada do tema que aqui interessa. De acordo com a metodologia proposta por Max Weber, seria possível distinguir cinco tipos de cidades, tomando como referência sua formação histórica (colonial):

1) Cidades históricas abandonadas, descuidadas, em ruínas, “mortas”.

Exemplos: Alcântara no Maranhão e São Miguel (dos 7 Povos das Missões) no RS;

2) Cidades históricas esquecidas, que numa espécie de “Sonho de Bela Adormecida” sobrevivem intocadas às intempéries do tempo e à margem da fúria modernista. Sua beleza e originalidade são redescobertas e revalorizadas no Brasil na segunda metade do século 20.

Exemplos: Parati, Tiradentes, Olinda.

3) Cidades históricas (em sua origem), via de regra construídas no período colonial, sitiadas, invadidas, destruídas e revitalizadas pela modernidade tomando como critérios a higienização (O.Cruz e Pereira Passos), o embelezamento (C.Sitte) e a funcionalidade (Hausmann).

base desses critérios, as cidades desse tipo foram adaptadas ao tráfico moderno (do bonde, automóvel, helicóptero), saneadas (instalando-se água, esgoto, luz, telefone) e para o uso mais econômico do solo, verticalizadas. Deste modo,

transformaram-se em centros urbanos descaracterizados, caóticos, pouco hospitaleiros, poluídos, intransitáveis. Seus núcleos históricos, via de regra, sucumbiram às pressões dos especuladores de terrenos, dos engenheiros civis, dos arquitetos modernos e pós-modernos. Exemplos: Salvador, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, entre outras.

4) Cidades sem história, projetadas na prancha, para territórios vazios, por arquitetos e urbanistas comprometidos com a Carta de Atenas e a política da terra arrasada. Trata-se de cidades “jovens”, sem passado histórico que por vezes primam pela inventividade e originalidade. Nelas, seus idealizadores aplicam técnicas e materiais de construção novos.

Ao contrário das cidades utópicas, essas cidades sem história foram concretizadas, saindo do papel para o espaço urbano. Este tipo de cidade existe em grande número no Brasil. Os exemplos mais conhecidos são: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Marília, Londrina, entre outras.

5) Cidades utópicas, ao contrário das cidades sem história, são cidades que não saíram do papel. Foram concebidas por arquitetos “lunáticos”, brincalhões, escultores, sonhadores. Exemplos: Os projetos urbanísticos de Le Corbusier para o Centro de Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Montevideu, entre muitos outros exemplos e autores utópicos na linhagem de Charles Fourier, Considerant, Owen e tantos outros. Para essas cidades vale o que Walter Benjamin constatou em suas “Passagens de Paris” para a “Capital do século XIX”. Os arquitetos pretendem montar na cidade real a cidade de sonho, Paris, como configuração composta de todos os planos de edifícios, dos esboços de ruas, dos projetos de parques, dos sistemas de nomenclaturas, de todas as tentativas que nunca se realizaram.” (“Das Passagenwerk”, p.517)

Esta tipologia tem valor “heurístico”, ou seja: sugere pistas para responder à **questão central do nosso tema, como enfrentar os desafios e a revitalização dos centros históricos hoje**. Não precisamos dedicar muita atenção aos dois tipos de cidades citados por último: o das “cidades sem história” e “cidades utópicas” a não ser que elas ofereçam soluções práticas que possam beneficiar a preservação e o resgate de prédios e estilos de vida do passado histórico.

I

A linha atenção se concentrará., pois, nos três primeiros tipos **as cidades coloniais abandonadas (mortas) as cidades coloniais esquecidas mas preservadas pelo esquecimento** e as cidades modernas com um passado e núcleo histórico ameaçado ou praticamente esquecido. Vou dedicar algumas reflexões a cada um dos tipos, fazendo referências àquelas cidades cujos projetos de “preservação” e “revitalização” tive oportunidade de acompanhar de perto.

As cidades coloniais abandonadas (mortas):[ii]

Começo com as cidades dos “Sete Povos das Missões”, projeto urbanístico mencionado por Voltaire em seu “Candide” e que constitui uma utopia religiosa posta em prática pela ordem dos jesuítas. Essas reduções jesuíticas que se espalharam pela bacia do Prata, abrangendo o Paraguai, Uruguai e o Brasil de hoje constituem um episódio orgulhoso da colonização ibérica na América do Sul. Como vale a pena recordar, espanhóis e portugueses assinaram em 1750 o “Tratado de Madri” pelo qual faziam uma troca da Província Cisplatina (de colonização portuguesa), hoje o Uruguai, pelo atual Estado do Rio Grande do Sul, colonizado pelos padres jesuítas espanhóis, que haviam criado as cidades (reduções) de São Miguel, entre outras em que acontecia um convívio pacífico de vários povos guaranis com seus caciques, agrupados em torno da Igreja e mosteiro jesuítico. Por imposição dos governos ibéricos, essas reduções deveriam ser dissolvidas e transferidas para território uruguaio e paraguaio. Os guaranis associados aos jesuítas não quiseram submeter-se a essa arbitrariedade e resolveram lutar contra as tropas portuguesas e espanholas. Foi um banho de sangue, em que os índios obviamente foram perdedores. Da antiga redução fundada no início do século XVIII somente restaram as ruínas da nave principal e algumas celas de padres. Nos séculos subsequentes, o mato, ervas e arbustos tomaram conta das muralhas e das celas dos padres. Agora a luta do IPHAN é com o IBAMA. A vegetação tem mais direito à proteção que o Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO? O museu histórico reúne peças encontradas nos campos, que outrora eram cultivados pelos padres e guaranis. A autoria é de Júlio Costa.

É continuo com a cidade de Alcântara/Maranhão

O pretexto para conhecer essa cidade-ruína foi uma visita a São Luiz do Maranhão, sugerida por Alberto da Costa e Silva, o atual Presidente da ABL e a leitura do romance de Josué Montello, “Noites de Alcântara”, de autoria de outro acadêmico. . O nome da cidade decorre do fato histórico de que foi planejada e parcialmente realizada para receber o imperador D. Pedro II de Alcântara, que tinha uma visita marcada para 1845. Essa visita não aconteceu e a cidade começou a entrar em decadência. É de difícil acesso a travessia da desembocadura do rio que leva de São Luiz para Alcântara é perigosa. A barca é acompanhada por tubarões. Hoje funciona nas proximidades dessa cidade fantasma uma base militar, da qual os militares pretendiam lançar foguetes com ogivas atômicas.

As cidades históricas coloniais,[iii] que acordaram do longo sono da Bela Adormecida como Parati, Olinda, Ouro Preto, Mariana, Sabará, Congonhas Diamantina e Tiradentes, para mencionar somente algumas, foram cidades que em sua maioria, possuíam minério de ouro, altamente cobiçado no Século XVIII ou – como Parati – serviram como porto para o seu escoadouro. Levas de aventureiros, escravos (vale lembrar a lendária figura de “Chico Rei”), comerciantes e administradores da Coroa Portuguesa passaram a povoar a região das Minas Gerais, formando numerosas cidades. Algumas delas desapareceram, pertencendo assim à primeira categoria (ou tipologia) aqui tratada, outras sobreviveram esquecidas, ficando à margem das grandes vias de comércio e portos de exportação dos novos produtos de exportação que faziam a riqueza do Brasil. A causa principal da decadência e do olvido em que caíram, foi o esgotamento das minas de ouro, prata e das jazidas de pedras preciosas, como esmeraldas e turmalinas. Mas como essas riquezas jamais se esgotaram totalmente, as antigas cidades coloniais, que constituíram um ciclo econômico e asseguraram um verdadeiro “boom” do progresso de todas as artes, ciências e arquitetura urbana, nunca foram de todo abandonadas. Elas sobreviveram “vegetando” à margem do progresso econômico e tecnológico, até serem redescobertas em sua bela arquitetura colonial, com suas maravilhosas igrejas barrocas, seus becos românticos e seus sobrados imponentes, como um verdadeiro tesouro histórico, uma espécie do “Brasil verdadeiro”, do “Brasil profundo”. Foram elas o objeto dos cuidados do Patrimônio Histórico Nacional, inaugurado no governo Vargas, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema e de seus assessores como Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo de Melo Franco.

Com auxílio da indústria turística essas cidades foram restauradas a partir dos anos 40 mas especialmente na segunda metade do século XX, constituindo a “galinha dos ovos de ouro” para os seus moradores, que até então haviam feito pouco caso do valor das quatro paredes em que viviam, deixando suas casas deteriorarem, entregues às intempéries do tempo e do clima austero das regiões.

Sua condição de cidades esquecidas e/ou abandonadas, mas arquitetonicamente bem conservadas, sem dúvida se deveu ao fato de outras cidades em sua proximidade, com é o caso de São João del Rey para Tiradentes (antiga Vila de São José del Rey), Angra dos Reis para Parati, Recife para Olinda, para mencionar somente alguns exemplos, assumiram o ônus da modernização, deixando as velhas cidades coloniais (na maior parte as capitais de províncias) em az.

Mas foi obviamente o planejamento urbano moderno, que construiu cidades novas, segundo o figurino da Carta de Atenas, do Bauhaus e de outros modernistas nacionais e estrangeiros, e assegurou, involuntariamente, a sobrevivência de cidades como Ouro Preto e Mariana para as quais Belo Horizonte serve como capital de referência; Goiás Velho que tem em Goiânia sua base de sustentação econômica ou Pirenópolis, famosa por suas Cavalhadas, que pode facilmente recorrer à infra-estrutura de Brasília, a nova capital. Outros exemplos podem ser mencionados: São Cristóvão em Alagoas, que perdeu seu estatuto de capital para Aracaju mas com isso preservou seu patrimônio cultural histórico.

Hoje em dia, quase todas essas cidades históricas são grandes atrações turísticas, centros de preservação e venda do artesanato popular, e, em alguns casos, até mesmo o cenário de filmes que buscam reconstituir a época colonial, os conflitos entre senhores e escravos, conflitos políticos, e insurreições contra a hegemonia da coroa portuguesa, entre outros temas. É o caso de Tiradentes, que a TV Globo transformou em sua Cine Citã (dos pobres) e onde já foram filmados “O Menino Maluquinho”, “Alves e Cia.” entre outras. No momento serve de cenário para “As alegres

mulherse de Windsor” em adaptação da peça de Shakespeare.

Essas cidades descobriram uma vocação histórica, da qual Aloísio Magalhães sem dúvida, se teria orgulhado. Ele rejeitava a idéia de atribuir aos objetos materiais um valor museal. Ao contrário, sempre combateu essa idéia e idealizou uma forma viva, poder-se-ia dizer “antropófaga” de consumir a cultura do passado, deglutindo-a, transformando-a, vomitando algo de novo, que de certa forma preservava elementos do passado. As cidades coloniais brasileiras de outrora, que descobriram um filão econômico novo (o turismo) que lhes permitisse sobreviver, seria interpretado por Aloísio Magalhães como uma forma de “revitalização”, bem sucedida.

Não é bem o caso de uma cidade histórica como Petrópolis, residência de verão da família real brasileira (os Bragança), que pela proximidade com o Rio de Janeiro vem sofrendo uma descaracterização (como herança histórica) e degradação crescente do meio ambiente. Este também é o caso das poucas cidades coloniais que existiram no território que hoje é chamado de D.F., e abarca a cidade de Brasília (Plano Piloto). Aqui Luizânia e Planaltina, que tinham autonomia administrativa e financeira, hoje nada mais são que “cidades satélites” da nova Capital, apresentando todas as mazelas e patologias das outras cidades satélites que foram pipocando e crescendo com a consolidação da nova capital.

As cidades de origem histórica, sitiadas pela modernidade [iv]e ameaçadas de perda total ou parcial de seu patrimônio histórico como Salvador, Fortaleza, Recife, Rio, São Paulo, entre outras, têm feito esforços grandes para salvar o patrimônio colonial e revitalizar certas áreas urbanas em que há prédios de valor histórico. Raras vezes - como é o caso do Pelourinho de Salvador, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza, enquadrado pelos galpões da rua Iracema, “O Bairro (do porto) de Recife” na capital pernambucana ou a área do mercado central em São Luiz do Maranhão - bairros inteiros puderam ser “salvos”, revitalizados e reintegrados na paisagem urbana, predominantemente moderna ou pós-moderna das grandes cidades brasileiras. Via de regra, o IPHAN somente teve a possibilidade de intervir para evitar a demolição de antigos prédios históricos, preservando-os para a posteridade. É o caso da Casa da Cultura (Prisão até 1973) em Recife, que tem a estrutura arquitetônica do Panóptico de Bentham, não bem descrita no tratado de Michel Foucault “Vigiar e Punir” (1979); o Teatro José de Alencar em Fortaleza que dá para a grande Praça pública; a Estação da Luz em São Paulo, de onde até hoje partem trens para algumas áreas anteriores de São Paulo, o Mercado ou o Teatro Municipal, recuperado durante o governo Jânio Quadros, a casa Mário Quintana em Porto Alegre; o Museu Histórico ou a Casa de Cultura do Banco do Brasil no Rio de Janeiro.

A impressão “a olho nu” que se tem, é que todos esses esforços são pontuais, isolados, não decorrem de uma visão e valorização de conjunto de uma “substância urbana” do passado que merecesse ser preservada no presente e para as gerações futuras. Tudo indica que a conscientização do valor intrínseco das construções que testemunham etapas da vida e da história colonial e imperial brasileira – o Pró-Memória, criado por Aloísio Magalhães – chegou com uma, duas ou até mesmo três décadas de atraso, quando a maior parte dos prédios ou conjuntos de velhos casarios já estavam decrépitos ou já tinham sido derrubados, sem critérios, sem perdão, sem conhecimento de causa.

Não é a toa que Pereira Passos, o prefeito do Rio de Janeiro, que se inspirou nas reformas urbanas de Haussmann em Paris, recebeu no Rio de Janeiro o apelido de “Bota-Abaixo”. Em boa parte das reformas e planejamentos dos centros urbanos brasileiros que tinham uma herança histórica na forma de quarteirões, parques, orlas marítimas, prédios públicos e privados, os critérios alegados para “botar tudo abaixo” eram, via de regra higiênicos, mas encobriam, de fato, interesses particulares, políticos e econômicos. Falava-se em reforma urbana mas fazia-se saneamento urbano, higienização, campanhas de saúde (mata-mosquitos, etc.). Poucos critérios arquitetônicos ou urbanísticos, estéticos, ráticos (programas habitacionais para a grande maioria da população pobre, trabalhadora, os miseráveis) eram evantados e realizados. Esse fato marcou profundamente a face das capitais e cidades modernas e modernizadas brasileiras. Elas têm muito em comum com as cidades “feridas” européias da primeira e segunda Guerra Mundial. Apesar de não terem sofrido ataques aéreos ou terem sido tomadas por tropas dos inimigos como no caso de Stalingrado, Berlim, Hamburgo, Dresden, Londres, as cidades brasileiras parecem ter sofrido guerras, tendo sido feridas”, “demolidas” e reconstruídas caoticamente, sem plano, sem previsão sem concepção. São, nas palavras do sicanalista alemão Alexander Mitscherlich “cidades pouco hospitaleiras”, (unwirtliche Städte), hostis às populações que as habitam, nelas circulam em busca de empregos, em busca de formas de sobrevivência, em busca de um teto.

As cidades brasileiras sitiadas e transformadas pela modernidade e pós-modernidade não conseguiram absorver os pobres, os sem-terra e sem-teto, os indigentes, os vendedores ambulantes, os trombadinhas. Criaram-se fossos insuperáveis entre os moradores enclausurados em condomínios fechados, verdadeiras fortalezas e as favelas, cidades-satélites, moradores ocupando cortiços, dormindo embaixo das pontes e no meio fio das calçadas. Trata-se, nas palavras de Zuenir Ventura, de “cidades partidas”, cidades sitiadas.

II Prognósticos para o futuro:

Assim como tratei das cidades dentro da tipologia proposta, farei esse prognóstico, para cada um dos três tipos de cidades aqui comentadas, antecipando sem querer ser uma vidente ou cartomante, alguns dos possíveis desenvolvimentos, recorrendo às experiências de outros modelos de preservação no mundo

As cidades em ruínas, mortas, não poderão ser “recuperadas ou revitalizadas”. As ruínas deveriam ser tratadas e consolidadas como “Denkmäher” e “Mahnmäher”, na acepção semântica das palavras, para servirem de memória e advertência para cidades futuras. Precisamos dar-lhes o destino de Pompéia, Athenas, Roma.

As cidades históricas preservadas e revitalizadas como Tiradentes, precisam velar pelo seu futuro, para não correrem o risco de serem degradadas e destruídas pelos fluxos de um turismo devorador e destruidor, incapaz de respeitar o patrimônio histórico (Vide o exemplo negativo de Outro Preto, do qual nos fala Ângelo Oswaldo). É preciso tomar consciência dos conflitos dos vários tipos de moradores que compõem a população da cidade: os nativos, os forasteiros (artistas, estrangeiros, que recuperaram e revitalizaram a cidade) mas que não querem partilhá-la com arofeiros, pichadores, vândalos. Na Antropologia e Sociologia esses casos são conhecidos e estudados por Levi-Strauss em sua Antropologia Estrutural (caso dos bororos e nhambiquaras) e por Norbert Elias & John L. Scotson: As lógicas da exclusão (The established and the outsiders, 1965) **Torna-se necessário descobrir as diferenças e os conflitos latentes entre esses grupos, para “salvar” a cidade e o seu patrimônio.**

Finalmente, as cidades que “antes tarde do que nunca” descobriram seus “tesouros” arquitetônicos e urbanísticos, como as aqui comentadas, precisam sim embuir-se do espírito de Aloísio Magalhães e tomar a palavra “revitalização” muito a sério. Isso significa, não transformar a Confeitaria Colombo em museu, mas usá-la como Confeitaria, com todas as sofisticações do passado. Analogamente, o Orient Express foi reativado para fazer viagens de luxo para o passado... O mesmo valeria para o Bar Luiz que deve funcionar como choparia, vendendo as modernas marcas como Brama, Antártica, Kaiser, Boêmi Sem falar dos cinemas, que poderiam reintroduzir as tradições e a unicidade do cinema paradiso ou equivalente, como um Quitandinha, poderia voltar a ser o cenário de filmes da Belle époque, e um Casino e jogos. Isso também valeria para o Hotel Araxá, o Copacabana Palace e tantos outros. **A prática dos Hotéis Fazenda poderia fazer escola nas cidades de origem histórica, descaracterizadas mas ainda não de todo perdidas como patrimônio.** (Vide a matéria: “Herdeiras do Café” no Caderno Viagem do JB de 27 de outubro de 2002).

Nada impede, que ao lado desse “saudosismo” materializado em prédios e tradições que resistiram ao tempo, de que a arquitetura se volte para o futuro, embelezando as cidades com seu estilo moderno e pós-moderno. Penso aqui nos grandes museus, salas de concerto, salas de feiras e exposições na criação de portos e aeroportos, estações de trem dos TGV ou Euro-Stars, ou nos novos bairros residenciais, comerciais, setores bancários ou ainda novas cidades que assumam as funções da era global e informacional. Nada tenho contra a “global city” nos termos de Saskia Sassen, desde que sua implementação não bote abaixo a Notre Dame de Paris, o Parlamento de Londres, o Brandenburger Tor e Berlim ou soterre a Baixa em Lisboa.

Brasília, 20 de fevereiro de 2003 Barbara Freitag



www.pasosonline.org

Vol. 1 N° 2 págs. 137-143. 2003

O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido[†]

Giovanni de Farias Seabra[†]

Departamento de Geociências – UFPB (Brasil)

Resumo: O Turismo Sertanejo é uma forma de lazer fundamentada na paisagem natural, no patrimônio cultural e no desenvolvimento social das regiões interioranas do Brasil. Em virtude do seu caráter natural, social, cultural ecológico e paisagístico, o Turismo Sertanejo insere-se na perspectiva desenvolvimento/preservação ambiental dos sertões do País. Tem como principal objetivo promover a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, científicos e éticos. De maneira bastante sintética, pode-se dizer que o Turismo Sertanejo insere-se na categoria de turismo exótico, um misto de agroecoturismo, com ênfase na valorização da identidade cultural regional e na melhoria das condições de vida da comunidade local.

Palavras chave: Turismo Sertanejo; Desenvolvimento Social; Agro-ecoturismo

Abstract: The Sertanejo Tourism is a leisure form based in the natural landscape, in the cultural heritage and in the social development of the interior areas of the Brasil. In virtue of its character natural, social, cultural ecological and landscape, the Sertanejo Tourism interferes in the perspective environmental development/preservation of the interiors of the Country. It has as main objective to promote the integrated understanding of the environment in their multiple and complex relationships, involving the aspects physical, biological, social, economical, technological, cultural, scientific and ethical. In a quite synthetic way, it can be said that the Sertanejo Tourism interferes in the category of exotic tourism, a mixed of agro-ecotourism, with emphasis in the valorization of the regional cultural identity and in the improvement of the conditions of the local community's life..

Keywords: Sertanejo Tourism; Social development; Agro-ecotourism

[†] Doutor em Geografia Física, Prof. Adjunto do. E-mail: seabra@geociencias.ufpb.br

Introdução

É de domínio público a importância do setor turístico para a economia mundial, nacional, regional e municipal. Sabe-se também que o aperfeiçoamento do setor turístico deve-se há décadas de estudos voltados ao planejamento de sua estruturação. Pioneiros no setor, os europeus desenvolveram uma grande diversidade de segmentos, como o turismo nos balneários mediterrâneos, o turismo de montanha, o turismo rural, o turismo cultural, o turismo de eventos, o turismo de negócios, o agroturismo, o ecoturismo e outros.

Os exemplos de experiências externas, seus erros e acertos devem ser tomados como referencial no planejamento do turismo interno. Contudo, é preciso cautela na adoção de modelos e padrões importados, uma vez que o produto turístico é caracterizado pela diversidade e não pela homogeneidade dos lugares. As especificidades ambientais e culturais do lugar turístico devem ser mantidas, evitando-se a padronização paisagística e cultural e o conseqüente desinteresse do turista. Nessa perspectiva, não se enquadrá, por exemplo, os chamados carnavais fora de época, que incentivam a invasão no sertão da cultura litorânea, onde recursos vultosos são aplicados sem qualquer retorno econômico ou benefício social.

Para que o turismo se desenvolva de forma integrada aos outros setores da economia, o seu planejamento deve conter estrutura sistêmica (Beni, 1997), possuindo conteúdo social, sem comprometimento da realidade paisagística e cultural local, garantindo a descentralização política e econômica dentro de um modelo de desenvolvimento autosustentável.

Quando comparado aos investimentos na indústria formal², o turismo apresenta custos bastante reduzidos, tornando possível arrecadar recursos em curto prazo e criando uma infinidade de postos de trabalho. Segundo dados da Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, a indústria turística mundial faturou US\$ 4,5 trilhões em 1999, permitindo a criação de 192 milhões de empregos.

Em 1998, o setor turístico movimentou no Brasil 32 bilhões de dólares, como resultado das viagens de 38 milhões de turistas domésticos e 5 milhões de turistas estrangeiros. Se forem computados apenas os viajantes estrangeiros, em 1999 o faturamento atingiu 4 bilhões de dólares. Para o ano de 2003, a Embratur espera aumentar para 6,5 milhões o fluxo de turistas estrangeiros e 57 milhões o fluxo de turistas nacionais. O reflexo na economia do País será da ordem de US\$ 5,5 bilhões, correspondentes à receita cambial turística, e geração de 500 mil novos empregos.

Considerados bastante expressivos à primeira vista, esses números representam nada mais que o subaproveitamento do potencial turístico brasileiro, que ocupa o 29º destino turístico mundial. No Brasil, além da demanda turística ser ainda muito insignificante, quando comparada a outros países, há uma grande concentração de investimentos nos novos espaços polarizados para este fim. Aeroportos são melhores equipados e vias expressas são abertas, servindo de ligação entre os campos de pouso e os hotéis tipo resorts. Esses megahotéis estão localizados nas outrora praias distantes, verdadeiros paraísos ecológicos, agora próximos ao mundo civilizado e distantes das comunidades tradicionais³.

Com o surgimento de novos espaços turísticos no litoral nordestino, problemas ambientais e conflitos sociais passam a existir, em razão da plastificação da paisagem natural e cultural através da implantação de empreendimentos hoteleiros. Conseqüentemente, os sítios de coqueiros, jaqueiras, mangueiras e frutas-pão, pontilhados de casinhas coloridas de pau-a-pique, são imediatamente eliminados da paisagem turística, devido à imediata valorização dos terrenos, com a abertura de estradas asfaltadas e a chegada dos loteamentos⁴.

Entretanto, o modelo de turismo praia-sol, já apresenta claros sinais de exaustão. Principalmente porque o principal produto turístico, a paisagem litorânea, está sendo destruído pelos empreendimentos turísticos e casas de veraneio. Vale lembrar que o turismo é uma atividade cíclica: apresenta um início, um meio e o fim (Gallero, 2000).

Sendo que o fim do turismo torna-se tanto mais próximo quanto maior for a velocidade de destruição do patrimônio natural e cultural.

Quando se trata do litoral brasileiro, o patrimônio turístico está sendo destruído de maneira acelerada e irresponsável. A velocidade dos empreendimentos transforma as paisagens naturais, o próprio produto turístico, em lugar não turístico, onde o turista torna-se refém de uma estrutura fechada intramuros, sem nenhuma identidade com o lugar.

Tudo leva a crer que a praia é um caso sem solução, pois o ciclo do turismo encontra-se em sua fase terminal. Por isso, antes que seja tarde, deve-se lançar um olhar para o interior - o domínio dos Sertões.

Mas, ir ao sertão ver o quê?

A Universidade cumpre um papel importante na identificação das potencialidades turísticas do Sertão. Com base em pesquisas, trabalhos de campo e o contato direto com a população sertaneja, foi constatado que o Sertão Nordeste possui um potencial turístico de valor inestimável, fundamentado no patrimônio natural, no patrimônio cultural e arqueológico e nos festejos juninos e religiosos. As informações levantadas e publicadas em teses, projetos e diversos trabalhos científicos, permitiram criar os lugares turísticos no interior do País - é a chamada turistificação do lugar.

Com extensão de aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados e população de 20 milhões de pessoas, o semi-árido nordestino é cercado de características únicas. As precipitações atmosféricas reduzidas e irregulares associadas às temperaturas elevadas, provocam o lasqueamento e desfolhamento das rochas, resultando em relevo com formas bizarras, como pirâmides, pães-de-açúcar, cristas, serrotes, boqueirões e matacões.

Nas distantes áreas interioranas despontam os lajedos cobertos por uma vegetação rala e espinhenta - é a caatinga hiperxerófila. Os vales são rasgados por rios e córregos pedregosos, totalmente secos a maior parte do ano, ou o ano todo. Um desses leitos secos chama-se riacho do

Navio, no alto Sertão do Pajeú, em Pernambuco.

*Riacho do Navio, corre pro Pajeú
O Rio Pajeú vai desaguar no São Francisco
O Rio São Francisco Vai bater no meio do mar ...*

Nesse ambiente extremamente seco na maior parte do ano, o prenúncio das chuvas tardias acontece quando o "mandacaru flora na seca", ou no canto da Pedra do Claranã, no lado Pernambucano da Serra do Araripe.

A pesquisa acadêmica possibilitou, por exemplo, a descoberta e mapeamento de cavernas, cachoeiras e áreas de garimpo na Chapada Diamantina (Seabra, 1991; Neu, 1990). Fazem parte dos roteiros turísticos de Pernambuco, os brejos de altitude - Taquaritinga e Triunfo, há décadas objetos de estudo do geógrafo Gilberto Osório de Andrade. Atualmente desenvolve-se um turismo de base social no Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (Piauí), como resultado da identificação dos sítios arqueológicos, em trabalho coordenado pela arqueóloga Niéde Guidon.

Na Paraíba, pesquisadores da Universidade Federal (Departamento de Geociências) executam projetos voltados para o Planejamento do Turismo nos Brejos de Altitude, incentivando o ecoturismo e o turismo rural, através do uso das reservas florestais e da revitalização dos engenhos de cachaça e de rapadura. Também são objetos da pesquisa acadêmica o Sertão e o Cariri Paraibano.

Em Pernambuco, no ano de 1838, o fanatismo sebastianista teve seu ápice, com sacrifícios humanos executados do alto de pontões escarpados, na chamada Pedra do Reino, em São José do Belmonte. O fato é lembrado todos os anos, no último domingo de maio, quando uma grande cavalgada parte da cidade para a Pedra do Reino, atraindo visitantes de várias regiões e estados do Nordeste.

Uma alternativa econômica para o semi-árido

Dado ao seu caráter natural, cultural,

paisagístico, sócio-econômico, ecológico e educativo, o turismo sertanejo insere-se na perspectiva desenvolvimento/preservação ambiental das áreas interioranas do Brasil. Seguindo no contra-fluxo do modelo economicamente concentrador que vigora no País, o turismo sertanejo prioriza a capacidade de suporte dos sistemas naturais e, ao mesmo tempo, incentiva o desenvolvimento sustentável dos sistemas econômico - sociais.

Encontra-se inserida nessa nova proposta a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, científicos e éticos. O palco onde se desenvolvem as ações do turismo sertanejo corresponde aos pequenos centros urbanos interioranos (arquitetura, artesanato, culinária, folclore), bem como as áreas rurais contíguas, destacando-se as paisagens naturais e agropecuárias.

De uma maneira bastante sintética, pode-se dizer que o turismo sertanejo insere-se na categoria de turismo exótico, um misto de agroecoturismo, com ênfase na cultura regional e no fortalecimento da auto-estima da comunidade local.

Ao apresentar alternativas econômicas para o semi-árido nordestino, o turismo sertanejo impulsiona a cadeia produtiva, tendo como base a descoberta e identificação dos atrativos turísticos, sem que haja descaracterização da paisagem sertaneja e nem a perda da identidade cultural do homem do sertão. Outro aspecto importante é a revitalização do padrão arquitetônico urbano, a limpeza das cidades e a revalorização das feiras livres, onde o artesanato e a culinária servirão como incentivo cultural e econômico.

Neste panorama é idealizada uma nova modalidade de turismo alternativo de custos reduzidos, uma vez que os recursos turísticos já se encontram no local. Por outro lado, a mão-de-obra é formada pelo próprio homem sertanejo e sua família. Estes são os marcos conceituais que definem o turismo sertanejo, que se caracteriza por ser uma atividade de lazer interativa com a paisagem interiorana, onde estão presentes o quadro natural, a cultura local e a participação integrada da comunidade residente.

De base fundamentalmente social, o turismo sertanejo tem um perfil agroecoturístico e cultural, possibilitando ao turista vivenciar experiências participativas em meio à paisagem sertaneja, deleitando-se com as apresentações folclóricas e culturais. Além do mais, o turista é acomodado em pequenas unidades hoteleiras familiares, nos pequenos centros urbanos e no campo, onde os hábitos simples de vida são um elemento a mais na paisagem, proporcionando descanso, lazer e crescimento pessoal ao visitante.

O cenário para o desenvolvimento desses recursos turísticos deve resultar, necessariamente de um esforço conjunto entre os órgãos oficiais federais e estaduais, prefeituras, universidades, empresários, trade turístico e a mídia, cuja troca de experiências possibilitará o resgate da auto-estima do homem do sertão, bem como sua ascensão social através do incremento na produção econômica local.

O Turismo Sertanejo em Ouricuri

Um exemplo de projeto bem sucedido, para o desenvolvimento do turismo sertanejo em regiões semi-áridas, é o que está sendo implementado pela ONG CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas, na zona rural de Ouricuri, no estado de Pernambuco (Seabra, 2001c). Com experiência na região de quinze anos, o CAATINGA propõe, de maneira aplicada, alternativas econômicas para as comunidades rurais, notadamente no que diz respeito à agricultura de sequeiro ou com irrigação localizada (construção de barragens subterrâneas), a melhoria do plantel de animais, a produção de mel de abelhas e o abastecimento de água para consumo humano, com a construção de cisternas nas residências do campo. Outra iniciativa pioneira do CAATINGA diz respeito à implementação de um projeto de turismo social, captando recursos, agregando renda e elevando o padrão de vida da população rural.

O Projeto de Turismo Social do CAATINGA (Seabra, 2001c) encontra-se em sua fase inicial, que compreende:

- Identificar as potencialidades turísticas locais com base nos valores paisagísticos e culturais;
- Resgatar e incentivar a identidade cultural local;
- Definir locais e roteiros turísticos na Região;
- Melhorar infraestrutura e equipamentos rurais;
- Relacionar parceiros potenciais;
- Capacitar representantes comunitários para inserção no Projeto;
- Implantar oficinas de treinamento direcionadas à comunidade local;
- Divulgar o Projeto Turístico do CAATINGA nos diversos estados do Brasil, nas universidades federais e instituições particulares de ensino superior.

O cenário para implantação e desenvolvimento do projeto de turismo social compreende o município de Ouricuri e seu entorno, localizado na Microrregião do Araripe, no Sertão de Pernambuco.

A cidade de Ouricuri possui localização privilegiada, ao situar-se na Microrregião do Araripe, que está inserida na Mesorregião do Sertão Pernambucano. Situa-se geograficamente em um entroncamento que dá acesso à Araripina e ao Piauí (oeste); Petrolina (sul); Recife (leste) e Crato (norte). As rodovias integram Ouricuri a dezenas de municípios situados no sertão, agreste e mata de Pernambuco e dos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia.

Do ponto de vista fisiográfico a área corresponde a uma superfície sertaneja pediplanada, recoberta por vegetação de caatinga arbóreo-arbustiva. O clima semi-árido (Bsh, na classificação de W. Köppen) da área determina a ocorrência de rios intermitentes, cuja deficiência hídrica deve-se às elevadas temperaturas e à escassez e irregularidade das chuvas.

A monotonia da paisagem aplanada é quebrada pela presença dos contrafortes da Chapada do Araripe e morros testemunhos (inselbergues) encontrados isoladamente na planície.

A cobertura vegetal é representada pela caatinga, possuindo, em algumas propriedades, elevado estado de conservação. No projeto, dois sítios foram selecionados para visitas públicas, em um deles será criado o

Parque Ecológico da Caatinga e, na outra, o Parque Agroecológico. Em ambas as propriedades verificou-se ocorrência tanto da formação arbustiva, como da formação arbórea, com ocorrência de diversas espécies nativas como tamboril, angico, ibiratanha, pau-branco, catingueira, jurema, quipá, mandacaru, joazeiro, aroeira, mulungu, cajarana, barriguda, burra leiteira, pau ferro, pau d' arco, baraúna, umbuzeiro, umburana, cedro, macambira, caroá, palmatória, coroa-de-frade, mamão-de-veado, etc.

Muitas dessas árvores e arbustos são utilizadas como medicamentos para a cura de diferentes tipos de doenças, além do fabrico de cercas, casas, móveis, artesanatos e um sem número de utensílios domésticos. Diversas espécies vegetais são também usadas como suprimento alimentar pelas famílias sertanejas durante os longos períodos secos.

No tocante à fauna silvestre destacam-se o veado catingueiro, o queixada, o tatu, o peba, o lobo-guará, o sagüi, o camaleão, o calango e diferentes espécies de cobra. Entre as aves destacam-se juriti, beija-flor, bem-te-vi, guinguirra, arribacã, nambu, seriema, rolinha e casaca-de-couro.

A zona rural de Ouricuri, com aproximadamente 30.000 habitantes, possui características naturais e sócio-culturais próprias, o que configura-se na preservação da identidade da paisagem sertaneja.

Além das cisternas e barragens subterrâneas, o CAATINGA implantou o Programa de Apicultura, possibilitando a retirada de grande quantidade de mel-de-abelhas de excelente qualidade, proveniente das flores de várias espécies nativas, que conta com mercado seguro dentro e fora do País.

Com relação aos aspectos culturais da população são evidenciadas as **festas e tradições, como folguedos, danças, e festejos religiosos**. A comida típica, as brincadeiras, **os mitos, as lendas e os causos são traços marcantes da cultura popular**. As histórias e as lendas da região são contadas em prosa e verso, através da literatura de cordel e embates dos repentistas.

Outro elemento cultural importante é a Feira de Gado, realizada nas quintas-feiras, que reúne vaqueiros, comerciantes,

artesãos e violeiros de várias regiões. Neste local são oferecidos pratos típicos diversos, representando o que há de melhor na culinária sertaneja. A identidade cultural apresentada na Feira do Gado é um elo de ligação entre as culturas urbana e rural, sendo, por isso, um atrativo turístico de grande valor.

As habitações rurais espaçosas e confortáveis, estilo casa grande, são marcos arquitetônicos do Período Colonial. Os limites das propriedades são evidenciados pelas cercas de varas *em-pé* e *deitada*, *trançada* e de *forquilha*, construídas com madeira, lenha e pedras do próprio local.

Na área de atuação do Projeto CAATINGA, vislumbra-se em meio à paisagem seca do semi-árido equipamentos alternativos que possibilitam condições dignas de moradia, trabalho e qualidade de vida para o homem sertanejo. O conforto pode ser observado nas habitações amplas, construídas em alvenaria, eletrificadas, com sanitários e cisternas. Algumas residências possuem meios de comunicação modernos, como rádio, televisão e antenas parabólicas. Como meios de transporte local, são utilizados, principalmente, automóveis, motocicletas e bicicletas. O cavalo é pouco usado como meio de transporte dos moradores locais. Porém, o carro de boi é ainda bastante empregado no transporte de produtos diversos.

Na localidade do Jatobá ainda se encontram traços culturais tradicionais, como o engenho de rapadura movido a tração animal (boi) e o fabrico de alfinim (rapadura mole semelhante as suspiros) pelas mulheres do lugar.

Durante os trabalhos de campo houve visita a algumas residências rurais, entre as quais uma foi vistoriada para estudo de viabilidade para implantação de uma pousada rural de base familiar. Constatou-se o estado satisfatório de conservação do imóvel, a divisão dos ambientes internos e externos, bem como o quintal, apropriado, limpo e asseado, aprazível aos olhos, pelo criatório de animais domesticados e a cobertura vegetal regional. Os imóveis possuem capacidade para receber no máximo dez visitantes por vez. Para maior comodidade do turista, as residências rurais são dotadas de cisternas, água encanada, sistema de saneamento, e

eletricidade.

A estratégia para consolidação do projeto compreende a divulgação em nível local, regional e nacional, através da participação em feiras, seminários, congressos e apresentação de conferências em cursos técnicos e de nível superior.

Como resultado da implementação deste projeto de turismo social rural, pretende-se mobilizar, capacitar e integrar as comunidades rural e urbana ao projeto, proporcionando elevação do padrão de vida da sociedade como um todo, fortalecendo a identidade paisagística e cultural regional.

Ao final de dois anos, o projeto estará consolidado, apresentando um fluxo permanente de turistas para o Município de Ouricuri.

Considerações finais

A região semi-árida é veiculada na mídia como uma área marcada pela pobreza e a miséria. Lugar onde impera o analfabetismo, a ignorância, a fome e a doença.

Na zona rural de Ouricuri, município localizado no alto sertão pernambucano, a ONG CAATINGA vem atuando há dezesseis anos tornando possível, não somente a convivência do sertanejo com longos períodos secos, mas possibilitando melhor qualidade de vida com o desenvolvimento de técnicas direcionadas ao abastecimento de água e à criação de alternativas econômicas através do associativismo.

Nesse contexto, surgiu a proposta de introdução na zona rural do turismo social, como mais um elemento para o aumento de renda da comunidade.

Passados seis meses desde o seu início, o projeto de turismo social rural de Ouricuri conta com equipamentos básicos para recepção do turista na sede rural do CAATINGA, como um alojamento para quarenta visitantes, refeitório, auditório, museu e microônibus. Também foram selecionadas algumas residências rurais que serão cadastradas como pousadas familiares. Além das visitas às propriedades rurais, os sítios Ponta da Serra e Campo Grande estão sendo adaptados para visitação pública, respectivamente, o Parque Ecológico da

Caatinga e o Parque Agroecológico da Caatinga.

Atualmente o Projeto recebe turistas de Recife, João Pessoa e Fortaleza (mais frequentes) além de outras regiões do País. Para acompanhamento dos visitantes, foram capacitados treze jovens pertencentes à comunidade, alguns deles já iniciados em trabalhos burocráticos e de administração.

Bibliografia

- Beni, Mário Carlos
1997 *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Editora Senac.
- Gallero, Álvaro Lopes
2000 Realidades del espacio del empleo en el sector turístico. IV *Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. Anais. Joinville: IELUSC, novembro.
- Neu, Claudia
1990 *O garimpo manual de Igatu e seus efeitos no meio ambiente*. FFLCH/UFPE.
- Seabra, Giovanni F
1991 *Estudo geomorfológico da Região Cárstica de Andaraí: uma contribuição à conservação de cavernas*. Tese de Mestrado. Departamento de Geografia/UFPE.
- 1997 *Fundamentos e Perspectivas da Geografia*. João Pessoa: Editora UFPB.
- 2001a *Pesquisa Científica: o método em questão*. Brasília: Editora UnB.
- 2001b *Ecos do Turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Editora Papirus.
- 2001c *Plano de Negócios CAATINGA: Sistema I – Turismo Social*. Ouricuri.

NOTAS

¹ Artigo publicado na Revista Paraibana de Geografia. Vol.3, Número 1, julho de 2001.

² Dados da Embratur registram que cada novo emprego direto no país custa mais de US\$ 100 mil em indústrias de ponta, US\$ 40 mil na indústria hoteleira, US\$ 10 mil em bares e restaurantes e apenas US\$ 500 no ramo de artesanato.

³ Nos últimos anos, o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - Prodetur/NE aplicou R\$ 6,4 bilhões na implantação de infraestruturas para viabilizar os empreendimentos turísticos. O programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em parceria com os estados nordestinos, que bancam 50% dos investimentos. O modelo hoteleiro adotado, tipo Cancun, ocupa as áreas habitadas pelas comunidades locais, impedindo-as de terem acesso aos meios tradicionais de subsistência.

⁴ As vias asfaltadas que cortam os sítios litorâneos em direção aos megaprojetos hoteleiros, produzem, às suas margens, uma infinidade de tipos de comércio, como postos de gasolina, borracharias, bodegas, pequenos restaurantes, motéis, lojas de material de construção e loteamentos.



Revista Geográfica
«Fortalezas de Expansão Portuguesa»,
Vol. 28, Out/Dez. 1996.



menos durante 17 anos — nas décadas de 1950, 60 e 70 — o arquitecto Luís Benavente (nascido em 6/5/1902, falecido a 2/1/1993) esteve ligado às fortificações da costa africana, com especial relevo para os monumentos nas ilhas de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, mas também na Guiné-Bissau, em Angola, em Moçambique e até no Ghana (antiga Costa do Ouro).

Desde o início dos anos 60 destacado do Ministério das Obras Públicas, onde era director dos Monumentos Nacionais, em comissão de serviço no então Ultramar Português, Luís Benavente pôde dedicar-se com certa continuidade a visitar, estudar, fotografar e desenhar inúmeras fortalezas, executando propostas de restauro ou de reconstrução para vários desses vestígios militares da Expansão Portuguesa em África (além de outros trabalhos na arquitectura religiosa, civil e artes decorativas, também na Índia).

Podemos hoje, graças ao estudo do espólio profissional daquele arquitecto nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo — ali existente por doação feita em 1995 pela sua viúva, Sra. D. Alice Benavente — ter um conhecimento novo e muito detalhado de algumas fortalezas africanas e da sua história mais recente.

Não caberá neste texto estudar em pormenor os critérios ou a qualidade das propostas de intervenção arquitectónica do autor para os monumentos em causa; antes, mais nos interessará o conhecimento dos vestígios histórico-patrimoniais concretos, a partir da documentação por ele reunida. Mas não deve deixar de se referir a longa experiência de Luís Benavente em trabalhos de restauro e de reabilitação, que pôde executar no Palácio Foz (1947) e no Palácio de Belém (1952), em Lisboa, e também na Embaixada de Portugal em Londres (1948) e na Basílica de Santo Eugénio em Roma (1948-51) — aqui aperfeiçoando os seus conhecimentos de restauro, conforme refere em texto autobiográfico. Em 1953 trabalhou ainda no Palácio de Seteais, em Sintra, e no Paço de Guimarães (até 1955).

Neste trabalho será dado mais relevo às obras das ilhas africanas e da Guiné-Bissau, onde a acção de Luís Benavente foi, de resto, mais significativa (já que em Angola e Moçambique havia arquitectos residentes pertencentes aos Monumentos Nacionais, o que não sucedia nas ilhas e na Guiné, ao que sabemos), sem deixar de aqui referir alguns aspectos que pensamos menos conhecidos em relação às fortalezas também existentes nas duas grandes nações de língua oficial portuguesa do sul de África, e, ainda, no Ghana.

Por facilidade de leitura e exposição, adoptaremos a sequência aproximadamente cronológica (embora ordenadamente para cada território), procurando seguir os passos de Luís Benavente nas suas viagens por África, dos anos de 1950 aos de 1970.

Em carta de 25 de Janeiro de 1956¹, e por certo a partir de contactos oficiais, o governo colonial britânico convida Luís Benavente a visitar os fortes de «Elmina, Axim e Shama», a fim de identificar os vestígios portugueses aí existentes. Uma série de textos em inglês, anexos², ilustram o conhecimento de então sobre estas fortalezas do Ghana. Esses documentos referem: a fortaleza de São Jorge da Mina (ou Elmina), a mais importante do conjunto, portuguesa de 1482 a 1637 (o dossier inclui alguns postais alusivos); o forte de Axim, com as datas de 1503 e de 1515 a 1642; o forte de Santiago (com torre, de 1555); o forte de São Sebastião, em Shama ou Shanam, de 1526 a 1637; e, ainda, o castelo Christiansborg, mais recente, provavelmente da ocupação dinamarquesa (1671-82).

Desconhecemos se se efectivou qualquer deslocação de L.B. ao Ghana, na sequência deste convite.

É só em 1958-59, com a primeira ida de Luís Benavente a São Tomé, que começa realmente o seu envolvimento nesta área de trabalho: «O interesse da Administração por igrejas antigas em mau estado na ilha de São Tomé leva o Ministério do Ultramar a solicitar ao das Obras Públicas um arquitecto especializado neste género de trabalho. [Luís Benavente] É escolhido para em comissão eventual investigar naquela província acerca da existência de monumentos (...)»³.

Da missão, preparada desde pelo menos 5 de Julho de 1958⁴, e efectuada no final do ano (Setembro/Dezembro), resulta um desenvolvido relatório (de 5 de Janeiro de 1959)⁵ com dois adicionais (o primeiro, de 5 de Abril de 1959), a partir do qual Luís Benavente «(...) é incumbido de elaborar projectos para a recuperação de (...) Igreja da Madre de Deus, Igreja do Bom Despacho e Forte de São Sebastião»⁶. O autor esclarece ter dado logo início aos trabalhos, apoiado por um encarregado experiente, com a preocupação de que «(...) deles resulte na realidade um restauro e não um conserto descaracterizante e que desvalorize os monumentos»⁷. Visita ainda, na mesma ocasião, o Forte de São Jerónimo.

Luís Benavente refere-se, no citado relatório, ao forte de São Sebastião, sito no extremo sul da baía de Ana Chaves, na cidade de São Tomé. Aconselha a sua «restituição» (palavra muito usada então no restauro de monumentos) e dignificação, retirando dali serviços inadequados e executando arranjos exteriores; prescreve também um restauro que passa pela cor de «ocre forte, tão próprio das fortalezas naquelas paragens» em vez do negro existente.

No mesmo relatório, Luís Benavente refere-se ao forte de São Jerónimo, a 1,5 Km a sul do anterior, como «bastante arruinado», e «de apoio ao antecedente». Atribui-lhe menos de 200 anos de existência e o ar de «reconstrução inacabada». Mesmo assim, propõe a sua «reabilitação», com «finalidade turística».

Fotografias documentam o texto sobre os dois fortes⁸, cujo levantamento desenhado se encontra incluso noutra pasta. No adicional de 5 de Abril (que inclui um mapa esquemático da ilha, com localização do conjunto dos monumentos analisados, igrejas e fortes), Luís Benavente pede ao ministério informação sobre o destino a dar aos dois fortes, para orientar as obras no sentido adequado. No segundo adicional, o autor sente já a necessidade de «regulamentação sobre monumentos do Ultramar»⁹, referindo propostas e normas possíveis. Acabará por escrever uma proposta de «Classificação dos Monumentos do Ultramar», em 25 de Março de 1960¹⁰.

Em relatório de trabalho de 15 de Outubro de 1959, Luís Benavente estima já verbas prévias para arranjo dos dois fortes. Mas então a sua atenção está naturalmente mais virada para as obras na Igreja da Madre de Deus.

Em 1960, ou 1961, o Estado escolhe o forte de São Sebastião para «Comando da Defesa Marítima da Província». O projecto de adaptação, por Luís Benavente, em plena obra em Julho de 1962, encontra-se documentado em dezenas de desenhos¹¹ e com ampla reportagem fotográfica¹², além de referências em relatório de 26 de Outubro de 1962¹³.

Mais tarde, em 10 de Abril de 1965, encontramos ainda referências suas ao forte de São Jerónimo, que considera «possivelmente reconstrução do século XVIII», e com apresentação de uma proposta de «reconstituição», com adaptação a funções de centro de reuniões¹⁴.

No regresso de São Tomé, Luís Benavente permanece três dias na actual Guiné-Bissau (12 a 15 de Julho de 1962) e visita o «fortim ou pequeno reduto» de Cacheu, que entende como uma «reconstrução com possibilidades dentro do que de facto deveria ter sido»¹⁸; visita também uma pequena mas interessante igreja nas suas proximidades, «provavelmente do início do século XVII»¹⁶.

É, porém, em Bissau que visita a fortaleza de São José da Amura, que considera «obra notável pelas suas proporções e dimensão»¹⁷. Logo aconselha o levantamento destas duas obras militares, com protecção urbanística da de São José e com medidas para restauro e controle da intervenção arquitectónica no seu interior. E é ao restauro de S. José que irá dedicar-se nos anos seguintes, conhecendo-se uma sua proposta desenvolvida (com relatório-informação) datada de 25 de Fevereiro de 1969, e despachada positivamente por Rui Patrício em 18 de Março de 1969¹⁸.

Do material diverso do acervo do Arquitecto Luís Benavente existente nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (no seguimento do texto, este acervo será designado pela sigla LB/ANTT¹⁹, não dobrado, conhecem-se cópias de desenhos da fortaleza e da cidade (escala 1/4.000), da delimitação da «Zona de Protecção» proposta (esc. 1/2.000), e da reconstrução sugerida (esc. 1/500) que prevê construções no interior para o comando militar da Guiné.

Em 18 de Junho de 1970, porém, num ofício do Ministério do Ultramar, Luís Benavente discorda da hipótese de «pôr coisas a mais» no interior da fortaleza, sugerindo que novas funções militares sejam resolvidas em outro edifício, alheio à fortaleza¹⁹. No mesmo texto refere o desejo, expresso em conversa pelo Governador da Província, General António de Spínola, de que «...à Fortaleza fosse dado através do seu restauro um aspecto de acordo com a sua importância e mérito»²⁰.

No relatório de 1962 Luís Benavente mencionava a construção inicial de São José da Amura (em 1696, pelo Capitão-mor José Pinheiro) e a sua primeira reconstrução (em 1753, segundo planos de Frei Manuel de Vinhais Sarmento, continuada em 1766 com traçado pelo coronel Manuel Germano da Mata). O relatório inclui fotografia de lápis no local, a qual indicava nova obra em 1858-60 (projectada e dirigida pelo capitão Januário Corrêa de Almeida, «engenheiro civil e militar desta província»)²¹. Não há informação de posteriores desenvolvimentos deste tema.

É em Cabo Verde que a intervenção de Luís Benavente atingirá mais significado, eventualmente por maior entusiasmo do autor, com mais tempo e maturação dedicados ao tema. O clima seco, propício à sua saúde, terá contribuído para encorajar as frequentes viagens a este arquipélago.

Durante uma primeira visita elabora a «Descrição Rápida da Missão do Arquitecto Luís Benavente a Cabo Verde», escrita na Praia (ilha de Santiago) e datada de Setembro de 1962²². Nela refere uma listagem dos monumentos susceptíveis de restauro, bem como o estudo de legislação de protecção. Descreve as importantes ruínas da Cidade Velha de Santiago, e aqui sugere a possibilidade de utilização turística para o Forte de São Filipe; menciona, entre outros monumentos, os fortins na ilha de Boa Vista, e, na ilha de São Vicente, no Mindelo «...pela expressão da muralha de embasamento da prisão existente, que ela é a do Fortim D'el Rei e que este lá se deve encontrar integralmente»²³.

O relatório final, datado de 16 de Outubro de 1962²⁴, inclui já um mapa global da Cidade Velha da Ribeira Grande e da fortaleza

de São Filipe. Nos desenhos e esboços que acompanham este relatório²⁵ podem encontrar-se apontamentos para reconstrução do pelourinho, bem como levantamentos da semi-ruína torre da Misericórdia e de diversas igrejas locais.

Também aqui se define um programa para as «Construções Interiores da Fortaleza Real de São Filipe», com reconstrução ou nova construção, que inclui a «Casa do Governador da Praça», a «Casa dos Oficiais e da Guarda», a «Cisterna», a «Rampa da Artilharia» e a «Casa da Guarnição/Abrigo para a Juventude». Desenhos para as respectivas obras podem ser consultados²⁶, com projectos já de época posterior (30 de Dezembro de 1969).

Aparte esta obra altaneira, que domina a baía desde cima, outras fortificações antigas são apontadas no mapa geral da Cidade, constituindo a série de fortins e de outras obras militares que sustentavam a defesa da cidade e dos quais se encontram vestígios. De oeste para este, são: as muralhas a poente da cidade; o forte de S. Lourenço; o de S. Brás; o Presídio; a muralha do Mar; a Porta do Mar; o forte de S. Veríssimo; o de S. João dos Cavaleiros e de S. António. Deste conjunto apresenta Luís Benavente muita documentação, em slides²⁷.

No conjunto, e ao longo dos anos, Luís Benavente trabalhou no restauro ou consolidação de diversos monumentos caboverdianos, em obras realizadas sobretudo na ilha de Santiago e/ou na Cidade Velha: começando pelo Pelourinho (reconstruído com algumas peças novas) e pela Capela da Santíssima Trindade (1962), continuando com a Capela de São Roque e a Igreja de N.S. da Luz (1967), e concluindo com a Igreja de N.S. do Rosário, a Fortaleza de São Filipe (muralhas e edifícios internos, 1968-70) e um estudo de conjunto para a cidade da Ribeira Grande (1971). Também realizou trabalhos no Fortim D'el Rei e igreja de N.S. da Luz, no Mindelo (ilha de São Vicente, 1970)²⁸.

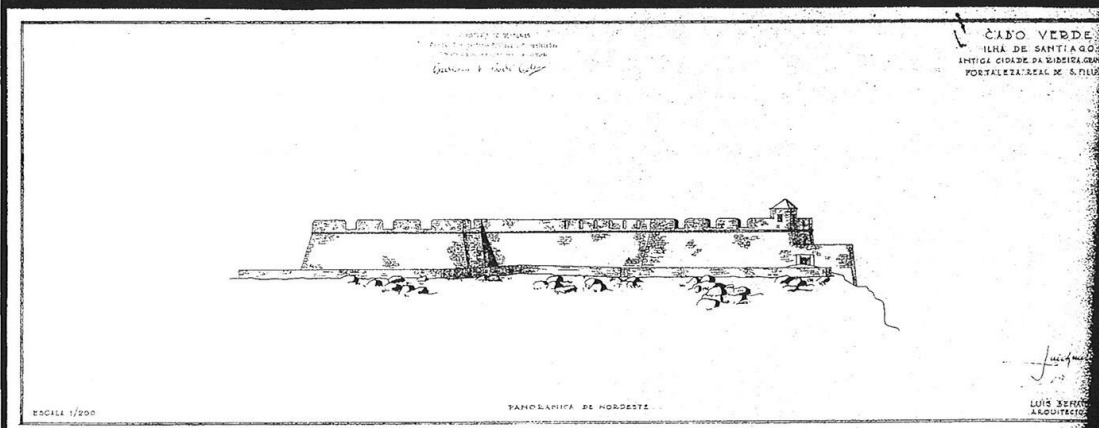
Através desta década de trabalho de campo, pôde Luís Benavente formar uma consciência da prática de actuação mais ajustada, com a visão global dos recursos a envolver. Defendeu pois, com reconhecido pioneirismo, e nesta perspectiva, a integração dos diversos monumentos no todo da cidade (com a arquitectura e as peças decorativas e sacras), entendendo o restauro como inserido num conjunto; defendeu e preparou, também, a proposta de inventário e de classificação global deste património: a cidade, os monumentos, os elementos móveis.

Interessa aqui, porém, aprofundar sobretudo o que concerne às obras em edifícios militares.

No «Relatório acerca dos Monumentos da Província de Cabo Verde», datado de 8 de Setembro de 1967²⁹, Luís Benavente faz o ponto da situação a meio dos vários trabalhos e obras: concluídos os projectos para os templos de N.S. da Luz e de São Roque, trabalha então nos do restauro da fortaleza de São Filipe e da igreja de N.S. do Rosário.

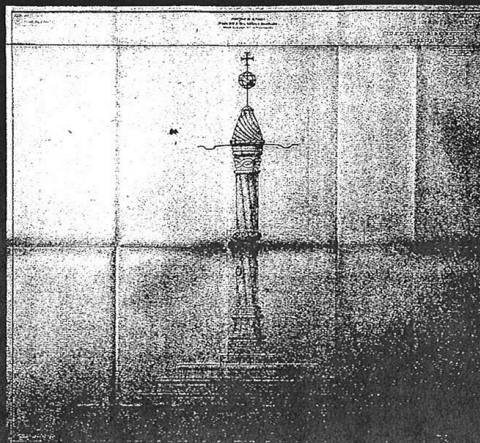
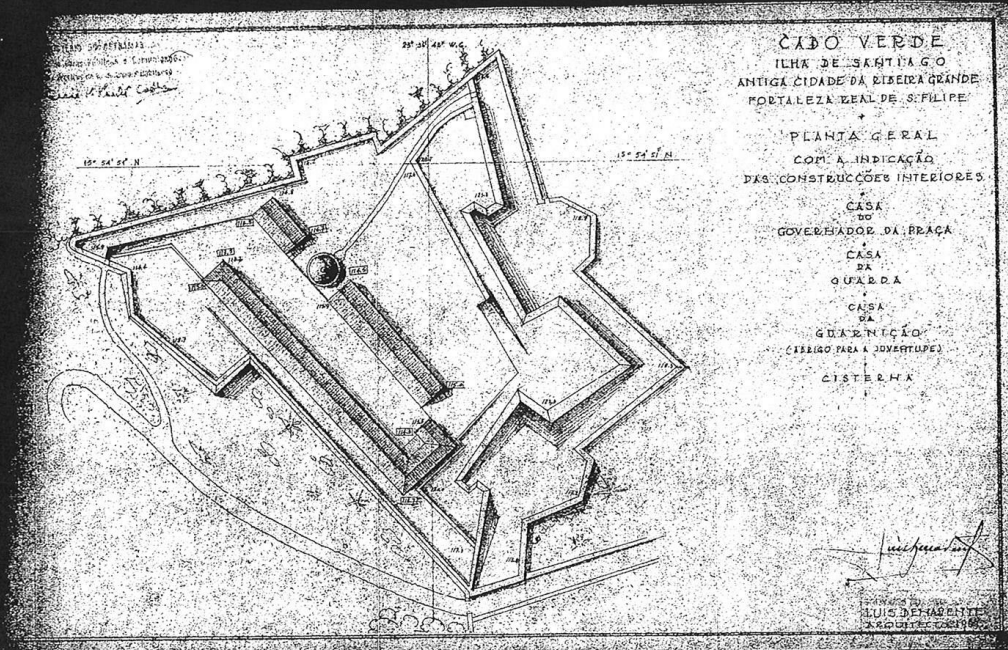
Prevê orçamentos para diversas obras na rede de fortificações da Cidade Velha e, através disso, podemos apreciar o estado de existência ou de conservação desses vestígios: para a muralha da cidade prevê a «desobstrução» e «definição construtiva», incluindo a Muralha do Mar, o forte do Presídio e a Porta do Mar³⁰, propõe a «demolição de construções parasitárias» e o restauro do forte de São Veríssimo — operação que mais verbas implica de entre as várias obras referidas; sugere, ainda, a «reconstituição» do de São Brás e o restauro dos fortes de São João dos Cavaleiros e de São Lourenço.

Significativamente, refere no final do texto que «todos os trabalhos serão executados dentro das normas seguidas neste género de obra de acordo com a Carta Internacional para o Restauro e Conservação de Monumentos outorgada em Veneza em Maio de 1964 pela comissão internacional de que o signatário fez parte...» — realirmando, assim, uma das suas mais importantes actuações



▲
Fortaleza Real de S. Filipe, Ilha de Santiago, Cabo Verde, 1967. Fotografia de Luís Benavente. Acervo «Luís Benavente», AN/TT, 797/117. Reprodução fotográfica de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

▲
«Cabo Verde, Ilha de Santiago. Antiga cidade da Ribeira Grande. Fortaleza Real de S. Filipe. Panorâmica de Nordeste». Desenho de Luís Benavente, 1968. Acervo «Luís Benavente», AN/TT, 450/66. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.



-Cabo Verde, Ilha de Santiago, Antiga cidade da Ribeira Grande, Fortaleza Real de S. Filipe. Planta Geral com a indicação das construções interiores... - Desenho de Luis Benveniste, 1962. Acervo - Luis Benveniste - AN/TI, 450/66. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Costa.

-Cabo Verde, Ilha de Santiago, Cidade da Ribeira Grande, Pyloninha - Desenho de Luis Benveniste, 1962. Acervo - Luis Benveniste - AN/TI, 559/66. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Costa.

na área do património arquitectónico, na elaboração de um documento ainda hoje válido e seguido.

Para São Filipe da Ribeira Grande — a mais importante fortificação onde trabalhou — elabora projectos e descrições em 30 de Dezembro de 1969, como já se referiu atrás (ver nota 26), orientados para a sua «reabilitação», do ponto de vista do «seu restauro e da sua reposição como ambiente fortificado».

Em visita ao local, em 1993, pudemos constatar a realização do restauro das muralhas de São Filipe, que deve corresponder à campanha desse projecto (obras entre 1969 e 1973³²), mas as ruínas no interior do forte (de que apenas se reconhecia o volume da cisterna) não permitem apurizar a realização ou não do restante programa. De qualquer modo, em fins de 1972, durante as obras respectivas, Luís Benavente refere que, em função da descoberta da antiga capela, iria refazer o projecto (presume-se que da casa do governador)³¹.

Nos finais dos anos 60, Luís Benavente teoriza e sistematiza a sua experiência caboverdeana, através de um «Relatório sobre a Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde», de 25 de Setembro de 1969³². Na mesma ocasião, conhece-se um parecer (de 20 de Setembro do mesmo ano), onde o autor, criticando uma carta oficial, refere extensa e pedagogicamente vários aspectos construtivos (relacionados com a pedra da ilha), mas também teoriza sobre conceitos culturais e medidas de protecção ao património³³.

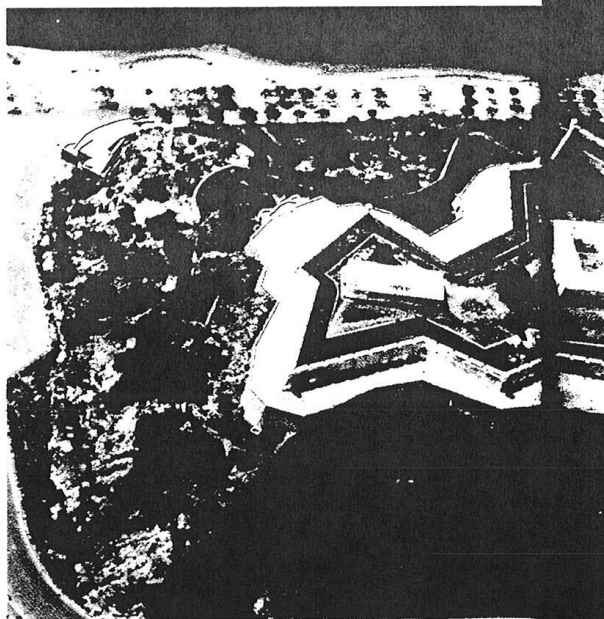
É de 25 de Março de 1971 o documento «Inventário do Património Histórico-Artístico da Antiga Cidade da Ribeira Grande na Ilha de Santiago — Província de Cabo Verde», orientado para o processo de classificação do conjunto das ruínas e cidade, que propõe como Monumento Nacional. É um trabalho de texto muito detalhado, com uma introdução de história urbana, e assente em cartografia e fotografia³⁴ — uma peça «final», que atesta a compreensão de uma realidade cultural e territorial concreta.

O documento conhecido mais recente é do final de 1972, já referido³⁵, e constitui um programa de obras mais actualizado. Nele se refere Luís Benavente ao Forte de S. José na Ilha de Maio. Inclui um «Segundo Projecto de Legislação para a Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde», com plantas (em microfilme, de 1970) dos fortes de São João, S. António e S. Lourenço.

Resta referir dois temas menores: um texto sobre a adaptação de um quartel, do Caís de S. Januário e de um pequeno baluarte a hotel, na cidade da Praia (de 5 de Agosto de 1963)³⁶; e a realização por Luís Benavente de uma conferência sobre fortalezas de Cabo Verde, com uma listagem das mesmas e citação de textos de Chelmsky (de 1841) e de Valdez (de 1864)³⁷.

Em ofício de 5 de Agosto de 1964, Luís Benavente queixa-se do «abandono dos fortes» em Moçambique, em texto que intitula «Monumentos de Moçambique em estado de abandono»³⁸. Naturalmente, em resposta a este documento, e com sentido justificativo, está incluída uma informação de 22 de Setembro de 1964 pelo arquitecto da «Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique», Pedro Quirino da Fonseca.

Este segundo documento tem o interesse actual e complementar de nos permitir sistematizar muitos dos edifícios e vestígios monumentais ainda existentes naquele território: assim, refere-se à proposta de criação de um museu histórico-militar no forte de S. Sebastião, na ilha de Moçambique; ao reconhecimento de «...um forte, na ilha de Quibiza ou dos Açoutados, de extraordinário interesse histórico-arqueológico»; ao Forte de Muza, «Monumento Nacional pela Portaria n.º 12 023 de 29/6/1957».



O mesmo texto lista a reparação de fortes em 1963: no Ilbo, os de S. José, de S. João Baptista, de S. António; no Mossuril, o forte de S. José. E prevê as obras para 1964: «grande reparações» na fortaleza de N. S. da Conceição, em Lourenço Marques (por certo realizadas e ainda hoje bem sólidas, cf. visita ao local (que efectuámos em 1996); e reparações nos fortes de D. Amélia (em Tambara, Chemba), de Macequece (este classificado por Portaria n.º 7134 de 13/12/1947) e de S. Sebastião (ilha de Moçambique).

Noutro documento, mais antigo, encontra-se um texto (provavelmente escrito por um responsável da província e datado de 1943), com fichas referentes a uma longa série de outras fortificações moçambicanas³⁹: o fortim do Chibuto, em Gaza; o de São Marçal, em Sena (só restos); o de D. Amélia, em Massangano; o de S. António (ilha de Moçambique); o de S. Lourenço, na ilha homónima; o forte de Muchelu; o reduto de Matibane, no Mossuril; o forte de Malanje, na Zambézia; o reduto de Pemba (ou de Jerónimo Romero), em Cabo Delgado; o quartel de Quissanga, também em Cabo Delgado; o forte do Zumbo, em Tete; e o forte de D. Luís e a praça de S. Tiago Maior, igualmente em Tete.

Era muito antiga a amizade que ligava Luís Benavente ao arquitecto Fernando Batalha — o qual trabalhou longos anos para o Monumentos Nacionais de Angola: colegas de escola, mantiveram um contacto frequente. Em 29 de Outubro de 1963, Luís Benavente apoia por carta-despacho a permanência de Batalha em Lisboa, na vinda deste arquitecto para participar no V Coló-

▲ Forte S. Miguel de Luanda, Angola, 1967. Acervo «Luís Benavente», AN/TT, 792/117. Reprodução fotográfica de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

▼ Planta do Forte S. Miguel de Luanda, Angola, 1967. Acervo «Luís Benavente», AN/TT, 792/117. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

Lopes Humberto (p. 56-59) —
in Revista "Casas" Portugal n° 59, 2005



legado arquitectónico português em Cabo Verde

São Filipe

Sobrados atlânticos

A cidade de São Filipe, capital da ilha do Fogo, conserva um importante núcleo de edifícios de inspiração arquitectónica portuguesa. O centro histórico – cenário da recuperação de velhos sobrados – aspira agora a integrar a lista da UNESCO.

[FOTOGRAFIAS DE HUMBERTO LOPES]

povoamento da ilha do Fogo teve início ainda no final do século XV, protagonizado por gente ida da vizinha Santiago, apostada no cultivo do algodão que – desafiando as proibições da Coroa – era comercializado nas costas da Guiné. A primeira referência a São Filipe, na altura o único

núcleo populacional da ilha, surge num documento régio de Janeiro de 1515. Mas já antes dessa data, tanto em São Filipe como na Ribeira Grande (a actual Cidade Velha) e na Praia de Santa Maria, em Santiago, se esboçavam características urbanas que tornariam esses núcleos populacionais referências históricas para Cabo Verde.

Ribeira Grande, a primeira cidade portuguesa em África, cedeu o lugar a Praia de Santa Maria (hoje Cidade da Praia) como capital do arquipélago. São Filipe afirmou-se como centro administrativo do Fogo e terceira cidade de Cabo Verde – ganhou o estatuto de cidade em 1922 –, sendo actualmente o núcleo urbano cabo-verdiano que melhor conserva património arquitectónico de inspiração portuguesa: uma herança de várias dezenas de *sobrados* existentes num pequeno centro histórico.

Uma «lógica» singular na transformação urbana

A cidade despenda à beira de uma falésia que se debruça sobre a extensa praia de areia negra da Fonte Bila e vai, depois, subindo em suaves ladeiras para o interior, onde se têm multiplicado novos arruamentos e bairros populares. Avistada de longe, do mar, a disposição do casario na encosta parece evocar o desenho das negras correntes de lava solidificada que, do outro lado da ilha, se estendem desde o vulcão até ao litoral.

O núcleo histórico de São Filipe desenvolve-se a partir de uma área pequena e contígua a duas praças sobranceiras ao mar – miradouros privilegiados sobre o Atlântico – e à montanhosa silhueta da vizinha ilha da Brava. A cidade nasceu, aliás, no espaço da praça do presidio, onde os Portugueses ergueram as primeiras construções, aí se implantando o núcleo mais antigo, a «Bila Baxo». Posteriormente, o crescimento urbano fez o seu caminho em direcção a uma cota mais elevada – dando origem à «Bila Riba», num movimento de expansão determinado por razões assaz singulares, sublinhadas pelo Arq. António Jorge Delgado, ex-ministro da Cultura de Cabo Verde e autor de uma pesquisa sobre o tema. A ampliação do espaço urbano de São Filipe afirmou-se à revelia das lógicas mais correntes: a rivalidade entre famílias da classe dominante levou uma delas a afastar-se do núcleo primordial e a estabelecer-se numa área próxima, onde nasceria, em finais do século XIX, a citada «Bila Riba». Na ocasião foi, até, levantado um paredão a separar as duas comunidades, estrutura que ainda lá permanece, marcando a fronteira do Alto de São Pedro.

À volta da praça principal, no coração do centro histórico, erguem-se vários *sobrados*, quase todos objecto de recuperação recente. Nos arruamentos próximos, junto ao mercado e a volta da Igreja Matriz, assim como no Alto de São Pedro, a dois ou três minutos de caminhada, encontramos muitos outros exemplos de arquitectura colonial, expressões de arqui-

tectura civil lusitana adaptada às condições – climáticas, sociais, culturais – da ilha.

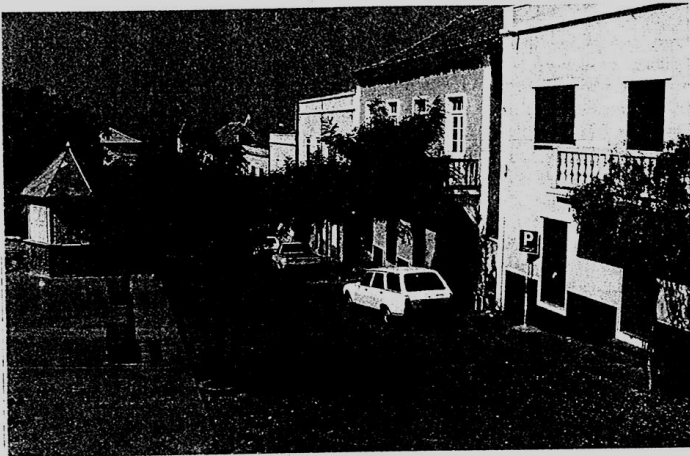
Os *sobrados* de São Filipe, um dos ex-libris do Fogo, narram uma parte importante da história da comunidade e remetem, obviamente, para circunstâncias sociais e culturais que constituem elementos estruturantes da identidade cabo-verdiana. São edifícios de dois pisos construídos, na maioria, por representantes da aristocracia rural (tiveram, frequentemente, réplicas em espaços rurais da ilha), que testemunham um período de prosperidade baseada no comércio e na exploração agrícola. Os andares superiores estavam reservados à habitação dos proprietários, enquanto os pisos térreos se destinavam a lojas e armazéns, reproduzindo uma organização de funcionalidades muito corrente nas edificações rurais portuguesas.

Uma boa parte dos *sobrados* de São Filipe tem sido adquirida nos últimos anos por emigrantes cabo-verdianos, que os têm vindo a restaurar. O *sobrado* onde está instalada a Pousada Belavista, numa praça do Alto de São Pedro, é um dos melhores exemplos deste tipo de arquitectura. Pertenceu ao capitão de longo curso João Lúcio de Sousa, pai do escritor Teixeira de Sousa (o autor de *Ilhéu de Contenda*) e foi adquirido por um emigrado na Noruega, que o reabilitou. Ao lado da Igreja Matriz, um outro *sobrado* foi resgatado da degradação para

A primeira
referência a São
Filipe surge
num documento
régio de Janeiro
de 1515.

Um *sobrado* de São Filipe
reabilitado para a Pousada
Belavista, um exemplo
de arquitectura colonial





Os sobrados e os prédios coloniais
são os elementos mais importantes
do património histórico da cidade de
São Filipe. A sua preservação é
prioritária para a Câmara Municipal
de São Filipe e para a UNESCO.

cumprir finalidade semelhante, a de acolher alojamento turístico: é a Casa Renate. Numa das fachadas laterais podemos, aliás, observar um amplo alpendre em madeira, elemento emblemático dos sobrados locais.

Património Mundial de São Filipe

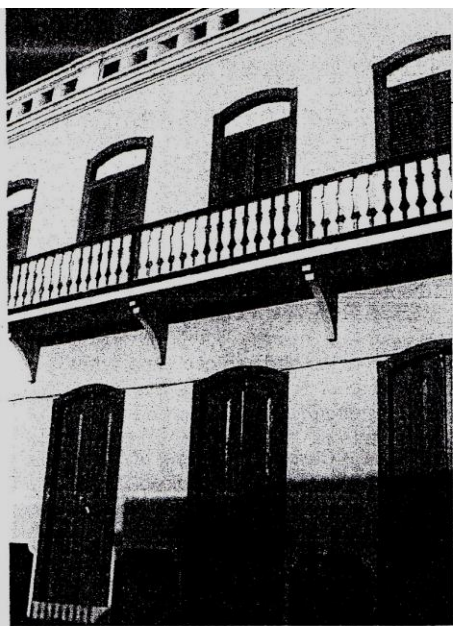
Se a maioria dos sobrados constitui propriedade privada, alguns foram, entretanto, adquiridos pela Câmara Municipal de São Filipe com o objectivo de os salvar da adiantada degradação e de os transformar em espaços públicos.

A reabilitação desse edificado visou, obviamente, a preservação de um importante património testemunhal, mas paralelamente foi-se afirmando também no horizonte a candidatura à classificação pela UNESCO como «Património Mundial». Uma delegação da UNESCO visitou o arquipélago para identificação dos locais com potencial para serem classificados pela organização. De acordo com Carlos Carvalho, presidente do Instituto do Património Cultural de Cabo Verde, a cidade de São Filipe foi incluída numa lista indicativa e aguarda-se nesta fase a reacção da UNESCO.

Há a registar, obviamente, uma iniciativa prévia da autarquia no que concerne a regulamentação para as intervenções no centro histórico. Procedeu-se a uma «catalogação de



todos os prédios coloniais» e está a ser desenvolvido trabalho «com a cooperação estrangeira no Plano de Pormenor da cidade», segundo esclarece Eugénio Veiga, presidente da Câmara Municipal de São Filipe, que destaca, em particular, a cooperação com a UCCLA no planeamento das intervenções no centro histórico. Para já, o actual Plano de Desenvolvimento Urbano condiciona as intervenções nos sobrados, autorizando unicamente alterações no interior. É uma regulamentação que visa «permitir a extensão da cidade, mantendo certas características».



Hoje, restam apenas cinco sobrados em estado de degradação preocupante e a necessitar, por isso, de intervenção urgente. Era essa a situação do sobrado que pertenceu à família Sacramento Monteiro (uma das famílias mais importantes da cidade), localizado nas traseiras da Igreja Matriz. Reabilitado, o edifício vai acolher o futuro Museu Etnográfico da Ilha do Fogo, que contará, também, com espaços para restauração e venda de produtos tradicionais da ilha. Para breve, está ainda prevista a reabilitação de um sobrado no Alto de São Pedro, cujas novas funções estarão relacionadas com o turismo: será, simultaneamente, hotel e escola de hotelaria. Uma maior pressão de construção ou de reconstrução no centro histórico poderá registar-se nos próximos anos, dada a necessidade de ampliação da oferta hoteleira. «Há mais turismo do que há dez anos. Desenvolveram-se serviços que tinham menos expressão ou que não existiam», diz Eugénio Veiga, acrescentando que «com a entrada em funcionamento do aeroporto internacional da Praia, espera-se um aumento significativo de visitantes».

Como é natural, «a classificação pela UNESCO daria maior visibilidade a São Filipe e os visitantes viriam certamente em maior número». Mas a aposta dos foguenses centra-se num turismo mais ligado à natureza e à cultura, garantido pelo extraordinário potencial da ilha. É uma bandeira hasteada claramente por Eugénio Veiga: «Desejamos um turismo mais humano, mais ligado à natureza, à vulcanologia, um turismo que contribua para o intercâmbio cultural e traga prosperidade às pessoas que vivem em São Filipe.» 🏠

Annexe 5 : Rapport de mission préservation du patrimoine culturel et architectural, Unesco, Paris 1981

TABLE DES MATIERES

	<u>Paragraphes</u>
I. INTRODUCTION	1 - 5
II. DE LA DESTRUCTION A LA VALORISATION	6 - 10
III. PATRIMOINE CULTUREL ET SON ETAT ACTUEL	(11 - 52)
A. Vestiges archéologiques et accidents naturels..	11 - 12
B. Ensembles architecturaux urbains	13 - 21
C. Architecture rurale	22 - 32
D. Biens culturels mobiles	33 - 45
E. Patrimoine documentaire	46 - 51
F. Bibliothèques	52
IV. RECOMMANDATIONS	(53 - 87)
A. Organisation pour la défense du patrimoine	53 - 58
B. Inventaire des biens culturels	59 - 62
C. Utiliser pour préserver	63 - 69
D. Revitalisation des centres historiques	70 - 83
E. Préservation des biens mobiliers	84 - 86
F. Sauvegarde de la mémoire écrite	87

	<u>Pages</u>
PLAN DU CENTRE HISTORIQUE DE PRAIA	- i -
PLAN DU CENTRE HISTORIQUE DE MINDELO	- ii -

I. INTRODUCTION

1. A la demande du Gouvernement de la République du Cap Vert, le Directeur général de l'Unesco a organisé, au titre du Compte spécial pour l'aide accrue aux pays en voie de développement, une mission de consultant qui s'est effectuée du 27 novembre au 27 décembre 1980. La mission du consultant consistait essentiellement:

- (a) à conseiller le Ministère de l'éducation, de la culture, de la jeunesse et des sports sur l'élaboration d'un plan d'ensemble pour la préservation du patrimoine culturel du pays;
- (b) à aider le Ministère à dresser l'inventaire des biens culturels à préserver et à restaurer.

2. Le Cap Vert comme nation est le résultat de mélange ethnique et culturel de portugais avec plus de vingt nations africaines. La littérature, l'art, l'architecture et la musique du Cap Vert sont imprégnés de traits culturels africains et européens.

3. Partant de là, il est permis de demander quelle est l'importance de la valorisation du patrimoine culturel dans le processus de reconstruction par lequel passe le pays. Non seulement la langue, mais toute la culture, constitue l'expression de l'identité d'un peuple. Avec les luttes pour l'Indépendance le dialecte national, le créole, a été revitalisé comme un élément d'affirmation nationale et par conséquent de résistance à la colonisation. Le même processus doit atteindre les autres manifestations culturelles. La préservation des valeurs culturelles du passé ne prétend pas rendre un culte à un ordre social archaïque, mais registrer son dépassement.

4. Au moment où tous les recours disponibles sont compromis dans la tâche urgente de reconstruire le pays, un programme de préservation du patrimoine culturel du Cap Vert ne pourra aller de l'avant qu'en comptant sur la collaboration généreuse de la communauté internationale.

5. Cette première mission de l'Unesco dans le champ de préservation des biens culturels a eu comme objectif d'évaluer les richesses des biens du Cap Vert et de formuler des suggestions pour en élaborer un plan de valorisation. La mission a été effectuée du 27 novembre au 27 décembre 1980 et est restée la plupart du temps dans l'île de Santiago, mais a visité aussi les îles du Fogo (quatre jours), S. Vicente (quatre jours) et Santo Antão (deux jours).

II. DE LA DESTRUCTION A LA VALORISATION

6. Les biens culturels du Cap Vert n'ont jamais mérité grande attention de la part des autorités portugaises. Dans l'office de mai 1850, l'évêque, D. Patrício Xavier Moura, se plaignait de l'abandon des monuments de Santiago. Quelques églises et chapelles lui ont paru être des écuries, couvertes de paille, au sol de terre, sans porte, ni crépi. Ribeira Grande, actuelle Cidade Velha, aux "édifices presque démolis et ceux qui restaient couverts de paille" (Barcelos, partie V, p. 158-159). Les objets d'argent de sa cathédrale épiscopale ont été à cette époque, fondus et transformés en monnaie (Barcelos, partie VI, p. 22). Les grands édifices inhabités étaient démolis et leurs pierres de taille envoyées par bateau à Praia (Valdz, 1864, p. 113-114). Pas même l'épiscopat ne fut préservé. En 1875, le Secrétaire général du Gouvernement sollicitait auprès de l'évêque l'autorisation de le démolir et de profiter de son matériel (Brásio, 1960, p. 29).

7. Cette attitude a été modifiée, il y a seulement deux décades, à l'occasion des commémorations des cinq siècles de la découverte de l'archipel, lorsqu'ont été faits quelques travaux à Ribeira Grande, bien que les priorités et orientations adoptées dans ces travaux soient discutables. Le Gouverneur d'alors avait nommé un groupe de travail présidé par l'Ing. Tito Esteves qui a commencé la reconstruction des murs de la Fortaleza de São Filipe. Celle-ci et d'autres travaux se trouvaient sous l'orientation de l'architecte Luis Benavente, qui, en mission pour le Ministère d'Outre Mer est allé quatre fois à Santiago, entre 1960 et le début de la décade suivante. Dans l'Eglise de N. Sra. do Rosário, une grande pierre a été déplacée et a roulé sur une des chapelles latérales et le donjon existant a été reconstruit sur celle-ci. Au cours de ces travaux les "azulejos" quatre-centenaire qui revêtaient tout l'intérieur de l'Eglise ont été inexplicablement enlevés pour être substitués par des barres de azulejos, venus du Portugal, et qui imitaient les anciens. Près de 7 000 azulejos originaux sont entassés dans la sacristie, tandis que les nouveaux ont été mal posés dans la nef du temple. L'escalier hélicoïdal de pierre qui donne accès à la tour est encore démonté. L'église de N. Sra. do Rosário a été soumise à de nouveaux travaux en 1978, sous le patronage de Cáritas, quand quelques revêtements ont été refaits, sans aucune orientation.

8. Le troisième monument qui a subi une intervention a été la Capela de S. Roque qui a eu sa voûte refaite en béton. Travail également non achevé. Le même architecte a fait envoyer quelques images pieuses de l'Eglise do Rosário et un tableau datant de la fin du XVIIème siècle à Lisbonne afin d'être restaurés. De ces travaux, nous ne connaissons qu'un petit mémoire, daté du 8 septembre 1967, avec l'estimation du coût des travaux de restauration qui n'ont jamais été réalisés. Même à Lisbonne, nous n'avons obtenu de meilleures informations. Malgré la réalisation de ces travaux, aucun édifice n'a été classé comme monument par les autorités portugaises.

9. Après l'Indépendance du pays, les autorités se sont occupées de la question, malgré l'urgence de solution que posaient d'autres graves problèmes nationaux. Un bulletin de M. le Premier Ministre, publié dans le Bulletin Officiel No. 51, du 23 décembre 1978, a créé une Commission nationale présidée par le Ministre de la coordination économique, et des commissions locales, présidées par des délégués du Gouvernement dans chaque Conseil, dans le but de promouvoir la défense, la conservation et la restauration des monuments nationaux. Lors de la visite du Directeur général de l'Unesco, M. M'Bow au Cap Vert en 1979, le Ministre de l'éducation et de la culture a formulé le désir que l'Unesco envoie un consultant pour orienter la réalisation d'un inventaire des biens culturels du pays et la définition d'un plan d'action gouvernementale en faveur du patrimoine culturel. La présente mission répond à cette sollicitation.

10. Voyons maintenant en quoi consiste le patrimoine culturel capverdien et l'état dans lequel il se trouve.

III. PATRIMOINE CULTUREL ET SON ETAT ACTUEL

A. Vestiges archéologiques et accidents naturels

11. Jusqu'à présent, il n'y a pas d'indices que l'archipel ait été occupé ou même visité, par des groupes humains, avant sa découverte par les Portugais en 1460. Il existe, toutefois, quelques inscriptions rupestres comme celle de Janela, Conselha de Paul, dans l'île de S. Antão, et celle appelée "Rocha Escrivida" à Ribeira de Prata, à São Nicolau. La première présente des caractères "barbares" et aurait été l'œuvre d'esclaves noirs musulmans (Ribeiro, 1954, p. 91). Cette pierre a été abîmée par des chasseurs de trésor qui auraient employés jusqu'à des explosifs. Les caractères de la seconde, seraient, en vérité, des taches naturelles, selon l'avis de quelques géologues. La même chose se dit de supposés "dolmens" qui, selon Orlando Ribeiro, seraient des pierres tombées au hasard. Quant aux formations géologiques particulières nous devons parler des cratères du volcan du Fogo et des grottes de Inhoco, dans cette même île. Comme réserve naturelle l'île de Santa Luzia et quelques îles inhabitées de l'archipel méritent une étude spécifique. On se souvient que Charles Darwin, dans son fameux voyage autour du monde, a rencontré dans cette île quelques espèces de reptiles qui ont contribué à l'élaboration de la Théorie de l'Evolution. L'introduction d'animaux domestiques a pu altérer son cadre écologique.

12. Quelques paysages naturels notables devront être également protégés comme quelques plages de l'île de Bela Vista et des pans de montagne de l'île de Santo Antão. Une étude approfondie du potentiel touristique de l'archipel est en voie de réalisation, actuellement, par une équipe française.

B. Ensembles architecturaux urbains

13. "La notion de monument historique comprend la création architecturale isolée aussi bien que le site urbain ou rural qui porte témoignage d'une civilisation particulière, d'une évolution significative ou d'un événement historique. Elle s'étend non seulement aux grandes créations mais aussi aux œuvres modestes qui ont acquis avec le temps une signification culturelle" affirme la Lettre de Venise.

14. Quelques agglomérations urbaines du Cap Vert conservant "in totu" ou en partie une unité et une échelle humaine représentatives d'une vie urbaine qui tend à succomber sous le congestionnement, la spéculation immobilière, etc. Il ne suffit pas de préserver quelques "sobrados" urbains où passaient la plus grande partie de l'année les propriétaires terriens et les commerçants prospères, mais aussi les amples résidences des "remediados" et les petites maisons où vivent les couches plus pauvres de la société. Le "sobrado" s'explique seulement dans les petites maisons urbaines et vice versa. Voyons quels sont les centres historiques plus importants de l'archipel.

Ribeira Grande, Cidade Velha

15. Ribeira Grande, née en 1461, a été une des premières villes portugaises d'Outre Mer. Point d'appui des routes maritimes de l'Atlantique, elle s'est vite transformée en un centre de commerce esclavagiste qui s'est structuré en ville fortifiée dans ses premiers quarante ans de prospérité. En 1512, elle possédait une chambre des députés et en 1513 était élevée au rang de ville centre du pouvoir civil, militaire et religieux. Sa position stratégique et sa prospérité en ont fait la cible préférée des pirates à partir de la fin du XVIème siècle. Même une grande forteresse comme celle

de S. Filipe, construite après les attaques de Francis Drake (1578-1585) n'a pu la défendre de la mise à sac du Français Cossard qui a détruit toute son artillerie, en 1712. Le changement de capitale, déterminé depuis 1612 pour son insalubrité et son manque de sécurité, s'est effectué dans la moitié du XVIIIème siècle. L'Evêque Fr. Pedro Jacintho Valente arrivant à Ribeira Grande en 1754, se retire le même jour et va résider à Santo Antão, abandonnant l'Eglise monumentale, commencée deux siècles auparavant et le Palais épiscopal. Le Gouverneur, Joaquim Salema Saldanha Lobo, fait de même en 1769 en se fixant à Praia, sur ordre du Marquis de Pombal. En 1824, l'Evêque D. Fr. Jeronymo essaie de revitaliser la ville en réédifiant le Palais épiscopal et en construisant un séminaire. Son retour inattendu au Portugal fait avorter la tentative et déclenche un processus de destruction systématique de la ville, monuments démolis, pierres de taille transportées en bateau (Valdez, 1864, p. 239) pour les oeuvres publiques de Praia. Seul un monument a survécu, l'Eglise de N.Sra do Rosário avec une précieuse chapelle latérale gothique et une collection significative d'images pieuses. Entre les ruines, s'est établie, dans des taudis de pierre, depuis au moins la fin du XVIIIème siècle, une population de pêcheurs qui gardent des coutumes typiquement rurales. C'est cette population qui maintient dans un certain sens, Cidade Velha.

S. Filipe

16. La ville de S. Filipe est située au pied du volcan Fogo et son origine date de début du XVIème siècle; elle s'est développée à l'ombre de l'île de Santiago. En 1513, elle possédait son capitaine en chef et était divisée entre quelques grands propriétaires. Son économie se basait sur la production de coton, tissus et dans l'élevage de chevaux, mais ces produits ne pouvaient être vendus à des étrangers. En 1680, un tremblement de terre a obligé bon nombre de ses habitants à partir pour Brava, et un siècle plus tard, en 1774, une grande famine a décimé les populations de Fogo, Maio, et S. Nicolau. Jusqu'au second quart du siècle passé, la ville de S. Filipe était plus grande que la capitale, Praia, et possédait huit églises (Ribeiro, 1954, p. 104). Dans la transition du XVIIIème au XXIème siècle l'économie de Santiago était affaiblie en raison d'une crise des majorats et ses effets ont atteint, également Fogo.

17. São Filipe, la plus ancienne ville conservée du Cap Vert est édifée en étages, selon un tracé irrégulier, au bord d'une falaise, qui se précipite d'une hauteur de 60m sur la mer. Son ensemble architectural est constitué principalement par des "sobrados" avec des balcons donnant sur la rue et de grandes vérandas s'ouvrant sur le patio. La ville possède actuellement près de 4 000 habitants. Son centre historique peut être défini dans la zone comprise entre la rue du Bar Dade, la mer et les deux ruisseaux qui délimitent le bourg.

Praia

18. La ville de Praia, bien qu'originale du XVIème siècle a commencé à se développer seulement à partir de 1770, quand elle est devenue le siège des gouvernements civils et militaires de l'archipel, sous l'ordre du Marquis de Pombal. Seulement vingt ans après, sous l'administration du Gouverneur Marcelino António Bastos, la ville a eu sa première rue alignée et ses maisons recouvertes de tuiles. Mais le grand rénovateur de Praia a été le Gouverneur João da Mota Chapuzet (1822-26) qui a ordonné de paver et d'aligner ses rues à la manière d'un échiquier, couvrir de tuile et crépir les maisons. Les marques de pierre d'alignement des rues existent encore dans la partie nord de la ville. Chapuzet a également transféré "o passeio" fait par le

Gouv. Pusch dans la vallée au Nord-Ouest de la ville. Le 29 avril 1858, Praia reçoit le titre de "Cidade da Praia de Santiago" et d'importants travaux publics sont entrepris avec l'aide d'un impôt spécial de 3 % sur toutes les importations et exportations. Avec ces recours ont été exécutés les travaux des quais de Praia Negra et l'assainissement des vallées insalubres qui contournaient la ville. A partir de 1862, les administrateurs municipaux cherchaient à discipliner les nouvelles constructions en définissant les matériaux de construction, hauteurs des façades, etc.

19. La ville de Praia a subi une grande expansion dans la dernière décade, surtout après l'indépendance en raison du développement du secteur tertiaire. Actuellement, la ville se développe à un taux annuel de 5 % (Jeannerat et autres, 1980) et possède une population de près de 40 000 habitants. Son centre historique, qui correspond à la ville de la seconde moitié du XIXème siècle est parfaitement délimité par des barrières naturelles, les falaises du "plateau". L'expansion de ce siècle s'est localisée dans les vallées et "achadas" qui entourent la ville traditionnelle. Praia présente des pâtés de maisons entiers pratiquement intouchés et des constructions isolées de grand mérite, datant en général de la moitié du XIXème siècle. Seul un édifice de sept étages - Galeries Praia - rompt la silhouette de la ville. Selon ce que nous avons pu vérifier, la Municipalité ne prétend pas approuver de nouveaux édifices de plus de quatre étages.

Mindelo

20. Le port principal du Cap Vert, Mindelo, est une ville relativement neuve. En 1819, il n'y avait pas plus de 120 personnes dans toute l'île de São Vicente, en majorité bergères. Le lieu a eu des noms variés: N. Sra de Luz, D. Rodrigo, D. Leopoldina avant l'actuel. En 1838, le Vicomte de Sá e Bandeira a décidé qu'une localité se fonde en ce lieu sous le nom de Mindelo ayant l'intention d'y transférer la capitale de l'archipel. Un Arrêté royal de la même année ordonnait que le plan de la localité devrait être régulier. Celle-ci pourtant a commencé à se structurer seulement à partir de 1852, quand le Gouv. Fortunato José Barreiros a ordonné la construction du fort de défense de son port, a désigné des emplacements pour la maison du Gouverneur, caserne, douane, Hotel de Ville, prison et deux places publiques et a créé un impôt spécial pour la réalisation de ces oeuvres. Le 29 avril 1858, la localité a été effectivement élevée au rang de ville bien qu'elle ait continué à manquer d'édifices publics.

21. La ville actuelle a presque 40 000 habitants. Nous avons cherché à délimiter son centre historique dans un plan annexe. Son architecture se caractérise par le grand nombre de "mansardes", influence tardive de Lisboa Pombalina.

C. Architecture rurale

22. Le milieu rural du Cap Vert présente trois typologies architecturales de base: les grandes maisons de Majorats et leurs annexes, les chapelles rurales et les ensembles de maisons populaires.

Majorats

23. Dès les premières années de colonisation, le régime féodal d'exploitation de la terre a été implanté dans les îles de Santiago et Fogo. Ce régime de production a entraîné des ensembles architecturaux typiques, constitués par une grande maison, souvent à deux étages, possédant dans le fond, autour d'un ou plusieurs patios, des dépendances de service comme: cuisine, "arrecadação", écurie, citerne, outre la chapelle.

24. Les majorats, même avant l'extinction des liens héréditaires de terre (1864) et de l'esclavage (1875), qui marquèrent une nouvelle phase de l'évolution socio-économique de l'archipel, tombaient déjà en décadence. Avec la ruine de ces familles et le retour de ses derniers représentants au Portugal, leurs propriétés ont été, sauf quelques exceptions, abandonnées et sont en voie de tomber en ruine. Entre autres, nous pouvons citer les majorats suivants à Santiago: Fazenda Engenho, Achada Leitão de Baixo, Faveta, Várzea Grande e Serrado. A Fogo, il reste: Maria Chaves, Serrado, Pico Pires, Monte Barro, Pombal, Cerco Grande, Brandão, etc. L'écrivain Teixeira de Souza a retracé dans un roman connu la saga de ces familles, à Fogo.

Chapelles

25. Dans toute la zone rurale du Cap Vert, on trouve des chapelles et des églises perdues dans les champs. Les plus importantes se trouvent, sans doute, dans l'île de Santiago. L'église de N. Sra. da Luz, à Alcatrazes, ancien siège de la capitainerie du Nord, par exemple, date du XVème siècle et conserve des traits gothiques. Bien qu'en ruines, elle peut être encore récupérée. Une autre de la même époque ou un peu plus récente, est l'église de N. Sra. de Boa Esperança, à Ribeira de Prata. Les Franciscains portugais de la province da Piedade, ont édifié à partir du milieu du XVIIème siècle d'intéressantes chapelles recouvertes de voutes et de coupoles comme celles de N. Sra. das Graças, à Chão de Tanque; N. Sra. do Socorro, dans la Calheta de São Miguel; N. Sra. da Conceição, à Ribeira dos Flamings. D'autres de la même origine, comme N. Sra. de Nazaré, à Ribeira da Praia Formosa, et N. Sra. do Ó da Ponta Verde ont déjà disparu.

26. Du XVIIIème siècle, il reste quelques chapelles intéressantes comme celle de Trindade, de la première décade du siècle, au plan et à la coupole octogonaux, et celle de N. Sra. de Fátima, datée de 1755 construite en terre, appartenant au majorat de Santa Cruz, institué par Fernando Fiel de Lugo, au début du XVIème siècle.

27. Quelques unes de ces chapelles, situées sur les marges de rives, font face à des problèmes de mécanique du sol, provoqués par l'érosion pendant la période des pluies torrentielles. Les églises de N. Sra. da Luz, N. Sra. das Graças et N. Sra. da Conceição, déjà citées, subissent des effets de ce type.

28. Au Fogo, une légendaire chapelle de N. Sra. do Socorro, qui bénéficie d'une grande dévotion populaire, mérite d'être préservée.

Maisons populaires

29. Les petites agglomérations rurales du Cap Vert réunissent des maisons à l'architecture excellente. Quant aux matériaux, ce sont toujours des murs de pierre sèche et des toits de paille. Quant aux modèles ils se divisent en deux types aux origines diverses: les "funcos" et les maisons rectangulaires.

30. Les "funcos" sont des maisons au plan circulaire, sans divisions internes, de provenance africaine. Leur origine est prouvée par l'étymologie du terme et par le fait d'être diffusée dans la zone de plus grande densité d'esclaves de la période coloniale: îles de Santiago, Fogo et Maio. Jusqu'à la décade de 40 dans tout le quartier de Fonti-Lexo dans le Bourg de São Filipe, Fogo, étaient construites des habitations de ce type. Aujourd'hui, le "funco" est en extinction et se rencontre seulement dans les points les plus éloignés de la "civilisation". Mais les "funcos" servant de cuisine ou "arrecadação" de maisons sont communs.

31. Les derniers "funcos" doivent être sauvés comme l'un des plus représentatifs témoin de l'un des versants de la culture capverdienne.

32. La disparition du "funco" est fonction de la diffusion de la maison rectangulaire plus ample, commode et mieux éclairée. La majorité des auteurs lui attribuent une origine portugaise bien qu'il existe des maisons rectangulaires en Afrique. Ce sont des maisons divisées en deux compartiments - salle et dortoir - recouvertes par un toit de quatre ou deux pans, ayant un patio dans le fond où l'on cuisine, prend son bain et élève des animaux. Ces fonctions sont souvent réunies dans un second pavillon au fond du patio. Quelques ensembles de ces maisons méritent également d'être préservés. On trouve un ensemble très intéressant, par exemple, à Cidade Velha.

D. Biens culturels mobiles

Tissus

33. L'art véritable de l'archipel, ce sont les tissus. La technique des fameux "panos de obra" a été introduite au Cap Vert par les esclaves de la Côte de Guinée. Les tissus capverdiens sont vite devenus fameux par la qualité de l'exécution et la variété des modèles. En 1878, seulement à Fogo, il y avait 950 tisseurs, fileurs et brodeurs presque six fois plus que les autres "officiels mécaniques" (Ribeiro, 1954, p. 102). La plus grande collection de ces tissus, qui servaient de monnaie pour les échanges commerciaux avec les peuples d'Afrique, se trouve au Musée ethnographique d'Outre Mer, à Lisbonne. A ce sujet voir: Carrera, Panaria Caboverdiana - Guineense e A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Capo Verde. On trouve dispersés dans l'archipel de nombreux tissus et de vieux métiers hors d'activité.

Peintures

34. Les peintres capverdiens sont peu connus. Parmi eux, le plus fameux est Simplicio Rodrigues de Brito, né à São Nicolau, dans la seconde moitié du XVIIIème siècle et qui a émigré à Lisbonne et s'est fixé ensuite à Rio de Janeiro, où il a adopté le surnom de Sã, il a été élève assistant et substitut du peintre Jean Baptiste Debret, à l'Académie impériale des Beaux Arts et portraitiste officiel

de la Famille royale. Son oeuvre se trouve dans les musées brésiliens (Pontual, 1969, p. 466) et portugais. D'autres auraient existé car il y a des traces de l'existence de peintures murales dans quelques chapelles comme celle de S. André, à Faz. Engenho, à Santiago (Amaral, 1964, p. 192/193).

35. Entre le siècle passé et l'actuel, un Allemand, Koenning, vivait à Fogo, il a peint des murs dans la grande maison de Majorat de Maria Chaves et dans la maison urbaine de cette même famille Henriques (Souza, 1958, p. 2-8). Dans les autels latéraux de la cathédrale de Praia existent deux toiles de bonne taille, une d'elles signée à Milan, en 1902, par S. Maldarelli. Dans l'église de N. Sra. da Luz de Mindelo, une toile du début du siècle, sert de fond à l'autel principal.

36. On sait également, qu'une toile de La Très Sainte Trinité, originaire de Cidade Velha, présumée de la fin du XVIIème, aurait été envoyée à Lisbonne afin d'y être restaurée, au début de la décade 1960, mais nous n'avons pu la localiser.

Sculptures religieuses

37. A mesure qu'églises et chapelles de Cidade Velha sont tombées en ruine, leurs images pieuses ont été conservées dans l'église de N. Sra. do Rosário. Ceci est pratiquement l'unique patrimoine d'art religieux qui soit resté dans l'archipel. Bien que petit, il est de valeur.

38. Au début de la décade de 1960, sous l'initiative de l'architecte Luis Benavente, du Ministère d'Outre Mer, beaucoup de ces images pieuses ont été envoyées à Lisbonne pour y être restaurées. De fait, lors de l'Indépendance beaucoup d'images en leur état primitif ont été trouvées dans les magasins des Travaux Publics, nous ne savons pas si elles sont vraiment parties au Portugal ou si elles ont été rendues sans être restaurées. Ces images, quelques unes excellentes, se trouvent aujourd'hui, dans le grenier ou dans d'autres dépendances du Séminaire de Praia, sans bénéficier des soins nécessaires.

39. Les autres églises visitées ne conservent pas d'images pieuses de valeur. Exception faite des images de Saint Jean-Baptiste (bois polychromé) et de N. Sra. da Luz (ivoire) des églises du même nom, à Santiago. Cette dernière est, aujourd'hui conservée au siège de l'Archevêché à Praia. Dans l'église de N. Sra. da Luz, de Mindelo, nous trouvons aussi trois bonnes images: deux de la Vierge et la troisième du Sr. dos Passos.

40. Les rétables de bois doré ont également disparu, bien que nous ayons trouvé des fragments d'antiques autels manieristes de Ribeira Grande dans le grenier du Séminaire de Praia. Peut-être un unique rétable a été conservé, celui de Ribeira Brava, à S. Nicolau, que nous n'avons pu visiter. Cette église a été réédifiée entre 1888 et 1898 et son sanctuaire a été orné de mosaïques et d'un autel fait à Braga (Silva, 1898, p. 108/10).

41. Quelques rétables de pierre de taille sont très intéressants, comme celui de la Chapelle de Trindade à Santiago qui conserve des vestiges de sa peinture primitive. Dans la Chapelle de N. Sra. da Penha de França, à S. Antão, il existe aussi un petit autel de ce type. Probablement il en existe d'autres. Des sculptures de pierre actuellement déposées sur le sol de l'Eglise da Sã, de Ribeira Grande, encouragent cette hypothèse.

Parures d'églises et art décoratif

42. Quand D. Fr. Pedro Jacintho Valente a transféré l'archevêché à S. Antão, en février de 1755, il a ordonné retirer les parures de Mitre (Barcelos, partie III, p. 19-21). Les plus grandes pièces ont dû rester à Cidade Velha car, en 1855, la Cathédrale da Sé en ruines, et son chapitre désorganisé, plusieurs pièces d'argent ont été fondues pour être transformées en monnaie afin de répondre aux difficultés des coffres publics. Dans le rapport apparaissaient plusieurs lustres et chandeliers, une couronne et une croix le tout pesant 12 976 "oitavas" (Barcelos, partie VI, p. 22). Il reste peu de choses de ces parures d'église. L'objet le plus important est un calice en or qui se trouve dans l'église de Ribeira Brava, à S. Nicolau.

43. Un document important pour comprendre ce qui restait encore de l'art religieux au début de ce siècle, est l'inventaire de 1913 des biens appartenant à l'église, réalisé en raison de la séparation de l'Eglise et de l'Etat. Ce livre est gardé à la Direction générale des Finances.

44. Le Cap Vert, point obligatoire de la route maritime entre l'Occident et l'Orient, doit avoir possédé d'excellents exemplaires de l'art décoratif apporté par les grandes compagnies mercantiles. Les derniers exemplaires de porcelaine, cristaux et argenterie collectionnés par les descendants des anciens majorats comme les Tavares Homem et Henriques ont été emportés au Portugal au milieu de la décennie de 1960 quand ceux-ci se retirèrent définitivement de l'Archipel. A la même époque, la femme d'un inspecteur administratif du gouvernement portugais a acheté beaucoup de porcelaine et argenterie qu'elle a emporté avec elle en Angola, où son mari a été transféré. Quelques pièces doivent encore exister et se trouvent, encore, dispersées dans les îles.

Objets manufacturés

45. Bien qu'ils ne soient pas classés comme objet d'art, les objets manufacturés sont les témoins importants de la culture matérielle d'un peuple. Beaucoup de ces objets sont en voie de disparition, sans qu'il en reste registre. Comme toute la culture capverdienne, une partie de ces objets est d'origine africaine, l'autre d'origine européenne. Entre autres, il serait bon de préserver des exemplaires de :

- | | |
|------------------------------|--|
| - instruments de production: | pressoir à sucre, bassine, "bombas de vento", métiers à tisser, etc.; |
| - moyens de transport : | "barquinos", charrettes à boeufs, embarcations typiques; |
| - ustensiles domestiques : | pots, assiettes et "pindas" de céramiques, "sungais", panier d'osier et nattes de paille, moulins, pilons et meules; |
| - instruments musicaux : | "bataques", "berimbau", "cimboas", et "rebecas"; |
| - jeux : | "bancos de urim". |

E. Patrimoine documentaire

46. Une grande partie de la documentation écrite sur le Cap Vert a été détruite et celle qui reste est en partie dispersée et en danger.

Archives de la Douane

47. En 1818, les autorités portugaises ont sélectionné les documents qui leur paraissaient plus intéressants et les ont envoyés à Lisbonne, brûlant ce qui restait pour ne pas avoir de trace du commerce humain qu'ils avaient pratiqué pendant des siècles. Une très importante documentation sur le trafic d'esclaves a ainsi disparu. La documentation actuelle est postérieure à cette date.

Archives Notarial de Fogo

48. Ces archives qui conservaient des documents à partir du XVII^{ème} siècle ont été en grande partie détruites, plus de 100 livres disparaissant, ceci il n'y a pas si longtemps.

Archives des services de l'administration civile

49. Ceci est la plus importante collection documentaire qui se trouve au Cap Vert, bien qu'elle soit déposée, avec d'autres livres de l'ancienne bibliothèque dans un magasin des Ministères des Travaux publics, à Praia Grande sans la moindre sécurité. Ces archives incluent près de 900 volumes reliés de correspondance officielle échangée avec Lisbonne et près de 280 caisses de documents divers à partir du XVII^{ème} siècle. Sur cette collection le Pe António Brásio a écrit un article, en 1960, dans la "Revista de Cabo Verde". La revue "Claridade" nous donne également des informations sur ces archives dans son numéro 6.

50. D'autres archives peu connues sont celles du Tribunal judiciaire et des Conservatorias dos Registros des régions de Sotavento et Barlavento.

Archives ecclésiastiques

51. La documentation religieuse a été encore plus dilapidée. On trouve seulement la documentation postérieure à 1942. En 1754, l'évêque D. Pedro Jacinto Valente se déplaça intempestivement à S. Antão, ordonnant de vendre les meubles et les livres de la bibliothèque du Palais épiscopal de Ribeira Grande (Barcelos, III, p. 19-21). L'Archevêché a été ensuite transféré à S. Nicolau et s'est fixé à Praia, en 1942. Lors de son dernier transfert, toute la documentation est restée au Séminaire de S. Nicolau et aurait été détruite par l'ordre religieux qui a occupé ses installations, selon ce qui se dit. Nous ne pouvons malheureusement vérifier une telle affirmation. Les livres de Baptême ont été sauvés parce qu'incorporés au Registre civil en 1917, année de la séparation de l'Eglise et de l'Etat portugais au Cap Vert.

F. Bibliothèques

52. La première bibliothèque publique du Cap Vert date de 1871 (Amaral, 1964, p. 232). Une initiative semblable avait été tentée sans succès en 1811 (Barcelos, Partie III, p. 230). Cette bibliothèque survit jusqu'à présent à Praia, bien que transformée après l'Indépendance en actuel Centre de documentation. Ses installations sont insuffisantes et une partie de ses livres se trouve aujourd'hui entassée dans les entrepôts du Ministère des Travaux publics, à Praia Grande. Mindelo possède aussi une bibliothèque municipale qui se trouve actuellement fermée au public.

IV. RECOMMANDATIONS

A. Organisation pour la défense du patrimoine

53. Comme nous l'avons déjà vu, la première initiative concrète dans ce secteur date de 1978, avec la création d'une commission ministérielle pour la défense, la conservation et la restauration des monuments nationaux. La principale fonction de cette commission serait, à notre point de vue, de promouvoir l'institutionnalisation de la préservation du patrimoine culturel dans le pays.

54. Dans ce sens, la première mesure à adopter est l'élaboration d'une législation spécifique. Mais l'existence d'une législation de protection des biens culturels n'assure pas, en elle-même, leur préservation. Des mesures de nature légale doivent être complétées par des mesures administratives et techniques.

55. La sauvegarde effective du patrimoine d'une nation exige une organisation minime, capable d'identifier, cataloguer et classer les monuments, de les conserver et restaurer. Ces fonctions doivent être exercées par des professionnels spécialisés. Dans la majorité des pays, ces services sont subordonnés aux Ministères de l'éducation et de la culture et comptent sur des budgets compatibles avec leurs attributions.

56. Il est facile de comprendre que pour un pays ayant de si grands problèmes de structure, les recours disponibles pour un programme de cette nature seront assez faibles. Ceci exigera une stratégie d'action qui pourrait être résumée par les points suivants:

- 1º) - attirer la coopération internationale et bilatérale pour le secteur des biens culturels;
- 2º) - chercher à utiliser une partie des recours destinés à la construction de nouveaux édifices publics dans la récupération des monuments et conversion en nouvelles fonctions;
- 3º) - réaliser des campagnes populaires pour la récupération des monuments communaux et adoption de subsides pour motiver les propriétaires privés à conserver leurs monuments.

57. Les priorités d'action devront se baser sur un inventaire, bien que rapide, de tous les monuments nationaux et leurs conditions de conservation. Il est bon de rappeler que devant la faiblesse de recours, il est préférable d'établir un plus grand nombre de monuments relativement peu atteints et de les réintégrer à l'usage social que de réaliser une ou deux grandes restaurations. Les reconstructions sont aujourd'hui entièrement condamnées. Outre leur coût excessif, elles manquent d'authenticité. Dans ces cas, on conseille que les ruines soient consolidées mais non complétées.

58. Quant à la formation des cadres spécialisés, il existe quelques centres internationaux qui donnent des cours de post-graduation pour architectes, artistes plastiques, bibliothécaires, etc. Parmi ceux-ci le plus réputé et diversifié est sans nul doute, le "International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property - ICCROM", maintenu par l'Unesco, à Rome, Italie. Il est bon de noter, que sous la coordination de quelques techniciens bien entraînés, on pourrait mobiliser la contribution d'autres professionnels non spécialisés, comme historiens, architectes, peintres maîtres d'oeuvre et artisans.

B. Inventaire des biens culturels

59. Le premier pas pour la préservation de la mémoire d'un peuple est d'identifier et de cataloguer tous ses biens culturels, mobiliers et immobiliers. Quant aux objectifs, les inventaires peuvent être classés en trois types:

- (a) inventaires d'identification;
- (b) inventaires de protection;
- (c) inventaires scientifiques ou académiques.

60. En réalité, il s'agit de trois niveaux d'approfondissement de la connaissance du patrimoine d'un pays. Le premier est une simple liste des biens culturels, qui les caractérise clairement. Comme inventaires de protection, on entend la réunion de données nécessaires et suffisantes à la protection des biens culturels. Il est indispensable d'avoir des données qui permettent, non seulement, l'identification et la localisation comme l'évaluation de l'état de conservation de chaque bien. Des données sur la typologie, l'histoire et technique d'exécution des biens sont désirables mais non indispensables. Le troisième niveau vise la connaissance approfondie des biens à fin académique.

61. La majorité des pays sont, aujourd'hui engagés dans la réalisation d'inventaires de protection, pour leurs effets pratiques. Afin de permettre la comparaison des résultats et permettre la coopération au niveau européen, le Conseil de coopération culturel d'Europe a réalisé une réunion à Palma de Majorca, en 1965, afin d'uniformiser les fiches de "monumentos" et "sitios". Partant de cette expérience de nombreux pays réalisent maintenant des inventaires de protection usant de méthodologies semblables, comme le Brésil.

62. La réalisation d'un inventaire de protection requiert toutefois, une infrastructure minime. En raison de l'inexistence d'une organisation et de cadres spécialisés, il serait bon, dans le cas de Cap Vert de réaliser en une première étape un inventaire d'identification, utilisant le personnel disponible, sous l'orientation d'un architecte sensible au problème, mais pas nécessairement spécialisé. De ce point de vue, nous avons cherché à définir l'univers dont il faudrait faire l'inventaire et à attirer l'attention sur des manifestations culturelles peu valorisées dans une vision académique et élitiste de la culture.

C. Utiliser pour préserver

63. L'Histoire a démontré que des monuments de l'Antiquité, seuls ceux qui ont joui d'une utilisation sociale continue sont arrivés jusqu'à nous. Mieux vaut l'usage social que de sporadiques interventions restauratrices. Il ne serait pas exagéré de dire que le mauvais usage d'un édifice est préférable à son abandon.

64. "La conservation des monuments impose, avant tout, une constance de soins" (Lettre de Venise). La restauration est un recours correctif, un moindre mal, utilisé seulement quand le monument atteint un degré de détérioration irréversible. Un programme de préservation des monuments, donc, est inévitablement lié à l'utilisation sociale de ceux-ci. Si cette condition n'est pas respectée, les œuvres réalisées se perdront en peu de temps.

65. Dans le cas d'immeubles urbains, une politique à suivre serait d'acquérir et installer dans les monuments abandonnés ou détériorés des équipements communaux, spécialement de caractère culturel et/ou administratif.

66. Dans le cas spécifique de Praia, une campagne pourrait être réalisée auprès des ambassades et consulats étrangers afin qu'ils acquièrent et restaurent des monuments pour leurs services. Il doit rester clair cependant, que ces édifices sont sujets à inspection des autorités compétentes et quelques espaces devront être, périodiquement, ouverts au public.

67. En ce qui concerne les constructions rurales, nombre d'édifices qui sont actuellement sous-utilisés ou abandonnés, comme petites églises et chapelles, pourraient être récupérés pour abriter des salles de cours, sans porter préjudice à leur usage religieux. Des édifices plus grands, comme les grandes maisons de majorats, aujourd'hui inoccupées, comme celles de Achada Leitão de Baixo, à Santiago, Maria Chaves et Monte Barro, au Fogo, pourraient être convertis en sièges de coopératives agricoles, ou centres d'assistance à la population rurale.

68. Sous des conditions normales, le coût de restauration d'un édifice n'est pas supérieur à celui de construction d'un immeuble nouveau, spécialement dans les pays en voie de développement où la main-d'œuvre artisanale est bon marché. Ajoutons à cela, qu'en optant pour la construction en périphérie urbaine nous aurons un coût additionnel d'urbanisation de l'aire.

69. Les principes qui orientent la restauration des monuments ont été objet de nombreuses réunions internationales. Malgré son élaboration datant de 1964, au IIème Congrès international d'architectes et techniciens des monuments historiques, la Lettre de Venise continue à être la norme acceptée universellement en termes de conservation et restauration de monuments. Ce document a affirmé officiellement le principe qu'il est seulement possible de préserver le patrimoine du passé en l'intégrant à la société contemporaine.

D. Revitalisation des centres historiques

70. A l'exception de Cidade Velha, les centres historiques du Cap Vert sont raisonnablement conservés et possèdent une certaine vie urbaine qui ne présente pas les symptômes de détérioration et de conflit social qui caractérisent beaucoup de centres historiques des grandes aires métropolitaines des pays en voie de développement et développés. Cette situation pourra s'altérer, dans les prochaines décades, en raison de la rapide croissance de quelques villes, accélérée par le processus de modernisation du pays, depuis l'Indépendance.

71. La préservation du caractère, de l'échelle humaine et de la qualité de vie de ces centres pourra seulement être conservée dans le cadre d'une planification urbaine et régionale du pays. Les opérations programmées pour des espaces devront viser en premier lieu la qualité de vie de ces habitants et usagers et la préservation des valeurs historiques et culturelles du passé. Le maintien de la fonction habitat aux côtés de l'administrative, commerciale et culturelle est un facteur important pour la préservation physique et sociale des secteurs centraux des villes.

72. Les chirurgies urbaines, du type élargissement et rectification de rues, doivent être évitées, principalement dans les centres historiques. Ces opérations destinées à privilégier le véhicule individuel se sont montrées absolument inefficaces dans la solution du transport urbain.

73. Dans l'élaboration des plans directeurs de ces villes, une attention spéciale devra être donnée au plan de masse qui définira les caractéristiques volumétriques de toutes les surfaces susceptibles d'être construites, visant à maintenir l'harmonie entre le nouveau et l'ancien. Dans le centre historique, les nouvelles constructions sur terrains vagues devront éviter la copie de l'ancien mais respecter la relation de volumes, textures et couleurs du contexte dans lesquels ils s'insèrent. Une pratique qui doit être immédiatement stoppée est la construction d'édifices avec avancées sur la rue qui altèrent les relations volumétriques de celles-ci et créent des problèmes pour l'arborisation et le réseau aérien de services.

Ribeira Grande, Cidade Velha

74. Le plus ancien centre urbain du Cap Vert avec ses murailles et ses forteresses est aujourd'hui en ruines. N'importe quelle intervention dans Ribeira Grande devra être précédée de l'élaboration d'un plan pour tout l'ensemble. La fonction de ce plan n'est pas de reconstruire la ville ancienne mais de résoudre ses conflits actuels et d'orienter son accroissement futur en respectant les vestiges historiques. Le rajeunissement des maisons populaires devra se limiter aux cas indispensables. Il est bon de noter que les ruines monumentales qui émergent, parfois d'un ensemble d'architecture populaire, parfois de la dense végétation tropicale, constituent un cadre pittoresque en lui-même, qui mérite d'être préservé.

75. Parallèlement à sa fonction actuelle de port de pêcheurs, une activité touristique pourrait se développer, créant ainsi une occupation pour nombreux de ses occupants actuels. Son double intérêt historique et paysagiste et la proximité de la capitale donnent à Ribeira Grande de bonnes perspectives de développement touristique.

76. La localisation des équipements communaux et touristiques devra être indiquée dans le plan directeur. Il suffira de nettoyer et consolider les ruines. L'unique structure qui est en condition d'être restaurée est l'église du Couvent de S. Francisco. Le déplacement des décombres de ruines et d'éventuelles prospections devront être faits sous l'orientation d'un archéologue. Les objets sauvés au cours de cette opération, aussi bien que la copie de documents, plans et photos de Cidade Velha pourront être réunis en un musée de sitio, pouvant être installé dans cette même église. Pour cela il suffirait de refaire le toit restant de l'édifice en son aspect vétuste. Les pièces plus importantes, spécialement les sculptures déposées sur le sol de l'église devront être aussi exposées dans ce musée. Les autres fragments de colonnes, arcs, corniches, etc. pourront rester où ils se trouvent, toutefois groupés suivant leurs formes primitives.

São Filipe

77. São Filipe, la plus ancienne ville conservée du Cap Vert se maintient assez bien et reste libre des grandes pressions démographiques comme celles qui agissent sur Praia et Mindelo. La municipalité locale s'est préoccupée de préserver les façades de ses édifices en permettant seulement des modifications internes. Malgré cette préoccupation, on note une tendance à la substitution des balcons de bois typiques de la ville par des balcons en ciment, tendance qui doit être corrigée. Il ne suffit pas, cependant de conserver l'espace urbain. Il y a des édifices d'une importance exceptionnelle qui devront être préservés intégralement comme témoins de formes traditionnelles de vie et qui sont menacés de disparition.

78. L'île de Fogo présente un potentiel touristique pratiquement inexploré. Au-delà du Volcan et de la ville de São Filipe, elle possède un riche folklore et des attractions gastronomiques qui incluent vin local, langoustes et autres fruits de mer. Le développement du tourisme, au-delà d'emplois directs pourra développer l'artisanat et assurer le marché pour des produits horticoles, fermiers et de la mer dont la production est actuellement plus grande que la demande.

"Plateau" de Praia

79. Le centre historique de Praia maintient encore une forte concentration mais il y a des indices d'un phénomène préoccupant. En 1970, 4050 habitants vivaient au "Plateau", nombre qui a baissé pour 2725, en 1980 (Jeanneret et autres, 1980). La diminution de la population fixe du secteur central peut amener à une perte de vitalité du quartier, spécialement la nuit, au préjudice de la sécurité de ses usagers, comme cela arrive dans les grandes métropoles. Ce phénomène doit être associé à l'expansion du secteur tertiaire et au changement d'habitudes des moyennes et hautes classes qui, avec l'usage de l'automobile, préfèrent vivre dans des lieux plus isolés. Il est nécessaire de corriger cette tendance par une législation adéquate de l'usage du sol et une campagne d'informations de la population. Dans les pays développés, on note déjà un mouvement spontané de retour au centre des villes.

80. Un plan directeur pour la ville de Praia est en voie d'élaboration actuellement par des techniciens yougoslaves par un programme de coopération technique des deux gouvernements. Dans le développement de ce plan, il est bon que le "Plateau" soit considéré comme une surface spéciale et qu'on observe les recommandations formulées dans ce rapport. Les caractéristiques spéciales du centre historique de Praia, implanté sur un "plateau", rendent particulièrement facile la conciliation de la préservation de cette surface et le développement des zones d'expansion, séparées par des vallées.

Autres centres historiques

81. Mindelo, le grand port du pays, présente aussi un centre historique intéressant. Son architecture de la seconde moitié du XIX^{ème} siècle et début de l'actuel, est différente de São Filipe et Praia, dénotant une influence plus cosmopolite. Notre bref séjour dans cette ville ne nous a pas permis de détecter tous ses problèmes actuels. Nous avons cherché malgré tout à délimiter son Centre historique et à identifier les édifices les plus expressifs.

82. On parle d'un plan, antérieur à l'Indépendance, d'élargissement et rectification de quelques rues de son centre. Il s'agit d'une opération au coût extrêmement élevé, destinée à favoriser l'automobile et sans autre effet que de décaractériser son centre.

83. Dans l'île de Santo Antão, nous avons identifié quelques ensembles architectoniques intéressants qui méritent d'être préservés comme celui de la rue Direita du Bourg Maria Pia, à Ponta do Sol, et celui de la Praça da Igreja de N. Sra. do Rosário à Ribeira Grande. Ces deux centres présentent une architecture très semblable à celle de Mindelo. Dans le dernier cas, on ne peut à proprement parler de centre historique, mais d'ensemble architectural.

E. Préservation des biens mobiliers

84. Le plus grand danger qui menace les biens mobiliers est le vol, la commercialisation et l'exportation clandestine. L'unique moyen efficace d'éviter ces maux est la réalisation d'un inventaire exhaustif de ces biens liant leurs propriétaires à leur protection.

85. Pour que ces biens accomplissent pleinement leur fonction culturelle et éducative on recommande de les réunir dans des musées. On y avait déjà pensé en 1871 en créant la Biblioteca/Museu de Praia (Amaral, 1964, p. 232). La bibliothèque a survécu mais pas le musée. Dans les recommandations relatives à Cidade Velha, nous avons proposé la création d'un musée de sítio dans l'église du couvent de São Francisco où serait réunie toute la mémoire de Ribeira Grande, y compris les images pieuses et fragments de retables actuellement déposés au Séminaire de Praia après être convenablement restaurés.

86. Un autre musée qu'il serait intéressant d'organiser est celui de l'HOMME CAPVERDIEN, dans ce musée de caractère ethnographique seraient réunis les vestiges de l'évolution socio-culturelle de la nation.

F. Sauvegarde de la mémoire écrite

87. Il est urgent d'organiser des archives centrales qui réunissent et cataloguent toute la documentation historique existante dans le pays. Cette documentation pourra être agrandie moyennant un échange de microfilms avec les archives portugaises, en particulier l'Arquivo Histórico Ultramarino. Au Portugal, on trouve aussi une importante documentation photographique sur Ribeira Grande, organisée par les "Amigos da Cidade Velha" pour une exposition en 1960 (Figueiredo, 1960). Avec le transfert régulier de ses membres pour le Portugal, ce document indispensable à la compréhension de l'image de Cidade Velha, s'en est allé lui aussi.

**Annexe 6 : Plano de desenvolvimento urbano de São Filipe,
Arcotech, août 1991**

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS

Direcção Geral de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO FILIPE

Informação, Diagnostico e Cenários de Desenvolvimento

Agosto 1991

ARCOTECH

Paseo Carlos III,14 S. Lorenzo de el Escorial. Madrid. Espanha.
Tf. (341) 5.76.50.87. Fax (341) 5.78.23.25.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO FILIPE

inquisitorial em que cristãos velhos se opunham aos cristãos novos, cujo número era significativo na ilha.¹⁹

2.2.4. A ilha dos sobrados soçobrados

2.2.4.1. A sociedade fogueense no século XIX

O cerne da história de Cabo Verde, nos seus aspectos sócio-económicos, foi, durante muitos séculos, a ilha de Santiago.

Os reflexos dos seus avanços e retrocessos eram sentidos, de imediato, nos outras ilhas e acentuadamente, na Ilha do Fogo, cujo modelo de exploração económica tinha sido fortemente decalcado no daquela ilha. Assim, logo que esta perdeu o seu papel de entreposto de escravos, já nos finais do século XVII, o processo da história de Cabo Verde no sentido do progresso se inverteu. Entre propostas de melhoria das condições devida da população das ilhas e surdez dos que tinham redescoberto outras fontes de riqueza, as ilhas foram, num esforço incessante, tentando sobreviver, ao longo dos séculos.

A Ilha do Fogo fazia parte integrante desse quadro. Situando-se neste século, transcreve-se da obra de Orlando Ribeiro²⁰ A seguinte passagem: "a ilha outrora mais próspera, estava em grande decadência por causa das mortandades provocadas pela fome e da emigração. Grande parte das casas da cidade está em ruínas e conta-se apenas um número exíguo onde reina algum conforto. O comércio é insignificante, a importação reduzida à introdução, por navios americanos, de algumas quinquilharias de fraco valor"

Ao longo do século a situação degradou-se. Do relatório apresentado pelo Administrador do Concelho do Fogo, em 8 de Novembro de 1880, ao Exmo Sr. Conselheiro Governador Geral da província de Cabo Verde, depreende-se que a ilha atravessava um longo período de decadência: "Pelas ruínas de edifícios e construções que se encontram nesta ilha, se vê que em outros tempos tinha abrangido maior grau de importância do que goza actualmente".

O referido relatório dava conta da inexistência de edifícios próprios para serviços públicos como um hospital, os correios, a alfândega. O ensino estava num péssimo estado. Nesta altura, o Concelho de Sta Catarina não tinha sequer uma escola. Mesmo os Paços do concelho funcionavam num edifício insignificante.

Tudo isto para servir 12.221 almas que povoavam a ilha. Aliás, a sua população vinha sendo dizimada pela fome e por epidemias devastadoras.

Apesar de tudo, registava-se ainda alguma exportação, o café, a semente de purgueira, peles e couro, a contrabalançar com a importação de tudo.

¹⁹Pereira, Daniel - Apontamentos históricos sobre a ilha do Fogo, in Magma ano III, nº5/6, Maio 1990, p.4.

²⁰Ribeiro, Orlando, A Ilha do Fogo e as suas erupções, Mem. Sér. geográfica nº 1: 2ª ed. 1960, p. 107.

A emigração surgiu como alternativa, com grandes vantagens para a sociedade que precisava de uma reabilitação económica. As desvantagens fizeram-se sentir, mas nunca pioraram a situação que já era excessivamente degradante.

* Uma sociedade fortemente estratificada

A estratificação da sociedade cabo-verdiana em classes está intimamente ligada à origem dos seus primeiros povoadores e ao modelo da sua colonização.

Os primeiros donos e senhores de melhores e extensas terras eram brancos provenientes da Europa. A mão-de-obra para a exploração das terras era negra, oriunda de África.

Estes dois pólos, distanciados económica e culturalmente, muito cedo se juntaram num processo, quase que fatalista, de miscigenação. É que a população branca era reduzida e predominantemente constituída por homens. A negra, no entanto, era uma grande maioria. Em 1582, para 13.700 escravos havia apenas uma centena de brancos.

Os homens brancos misturaram-se com as mulheres negras dando origem aos mestiços e estes aos mulatos.

A precoce miscigenação euro-africana no espaço insular cabo-verdiano preocupou a Coroa portuguesa que em 1620 tomava medidas no sentido de enviar mulheres brancas, em degredo, para Cabo verde, a fim de extinguir a raça de mulatos. Mas o processo já era irreversível.

A ascensão económico-social dos mestiços também foi rápida. Daí que o estigma da cor para limitar as fronteiras entre as camadas sociais não tenha marcado significativamente a sociedade cabo-verdiana. Esta viu surgir muito cedo uma classe intermédia que conquistou um poderio económico e uma elevação social e que se constituiu no que Carreira chamou de burguesia-rural mercantil.

Esta transformação operou-se com mais rapidez em Santiago do que no Fogo.

Uma abordagem mais centrada nesta ilha, conduz-nos aos estudos de Teixeira de Sousa relativos à evolução da sua estruturação social, apresentados na revista *Claridade*²¹. O estudioso fogueense, ao abordar a problemática da estruturação social, distingue dois períodos: o colonial que corresponde a "toda a fase de existência da ilha em que a economia esteve entregue quase na íntegra nas mãos duma determinada classe, ou seja, da classe dos brancos autóctones", e que alcança os princípios do século XX; o período pós-colonial que começa a partir do segundo quartel deste século, marcada sobretudo pela ascensão económico-social dos mestiços.

Interessa-nos, de momento, o período chamado colonial, por corresponder à matriz da estruturação social do Fogo.

²¹ Sousa, H. Teixeira, - "A estrutura social da ilha do Fogo em 1940", *Claridade* nº 5 - set. 1947, p.p.42-44.

"Sobrados, Lojas e Funcos - contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo.

Estas ocupavam casas mais modestas. Os mulatos residiam nas casas de rés-de-chão que se podiam encontrar na vila, mas os negros, esses viviam nos arredores dela; no bairro de "Fonti-Lexo", constituído de casas circulares cobertas de colmo. (Fucos)

No campo, os espaços de habitação eram também distintos.

As residências dos brancos "eram amplos edifícios cercados de arvoredos, e servidos de enormes quintais para a recolha provisória dos produtos da terra..." enquanto que à volta as camadas mais pobres medravam em casas sem condições e trabalhando durante o ano para os senhores.

* O sobrado - orgulho e ilusão de uma classe que o tempo destróçou

Chamar S. Filipe vila de sobrados é tão somente reconhecer o que nela há de distinto e de particular. Pois, é este tipo de habitação de dois pisos, construída no velho estilo colonial, o traço marcante de uma época áurea da vida da ilha.

Nos sobrados, tanto na Vila como no campo, vivia a fina flor da sociedade fogueuse.

Estas casas sumptuosas, na época, eram construídas com esmero, providas "de larga varanda coberta pelo telhado, corrida ao longo de dois ou três lados da construção. Os muros são de pedra, a varanda de madeira. [...] têm várias divisões, geralmente muito amplas e de grande pé direito. O telhado é formado por quatro águas, coberto de telha de barro ou de madeira, de origem americana, muito resistente às intempéries e que se encontra muitas vezes em construções antigas. As vezes é formada por andar faz-se por uma escada de madeira que à vezes é exterior e abre para a varanda. Os Baixos servem de arrecadação, celeiro, etc, e raras vezes de morada"²³.

À descrição feita por Orlando Ribeiro, justapõe-se à que Teixeira de Sousa faz do sobrado de Maria Chaves que ele considera "o paradigma das construções rurais"²⁴: "Um edifício de dois pisos, rodeado de árvores de grande porte (calabaceira e poilão). A fachada austera exibe portas e janelas terminadas em arco, em cujos caixilhos se implantam chapas de vidro de variedades cores que sugerem os autênticos vitrais. A casa é circundada nas suas faces anterior e laterais por um amplo jardim cujas colunas e gradeamentos se acham revestidos de trepadeiras. Há flores de todos os matizes nos canteiros e uma latada donde pendiam outrora cachos de boa uva do reino. Nas traseiras, a cozinha, a dispensa e os armazéns de arrecadação agrícola, sucedem-se ao longo do quintal dependências, completavam o conjunto necessário a um quilate de vida..." tão aristocrático.

Nos sobrados da cidade não faltavam também cavalariças, pois que os cavalos eram meios de transportes de luxo na época, além do mais, participavam, revelando o esmero das donas de casa que se dedicavam, muito discretamente, às lides domésticas, à frente de um exército de criadas.

O recheio das casas era de excelente qualidade: "mobílias de madeiras do Brasil, cadeiras de balanço, piano, quadros e retratos de família, paninhos de renda, ornatos de faiança; a par

²³ Ribeiro, Orlando - Ob. cit. pág. 153.

²⁴ Sousa, Teixeira - "Sobrados, Lojas e Funcos - Contribuição para o Estudo da Evolução Social da Ilha do Fogo, in Claridade nº 8, Maio de 1958, p.7.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO FILIPE

deste objectos pertencentes à tradição portuguesa [...], camas americanas de metal com boas molas e colchões²⁵, cómodas, maples, escrivaninhas, estantes, etc.

A vida nos sobrados era calma, tornando-se animada quando da realização de grandes banquetes realizados para acolher ilustres convidados, celebrar acontecimentos importantes ou para festejar as tradicionais festas das Bandeiras.

Durante os meses de as-águas, toda a família se deslocava para o campo onde os senhores cuidavam da gestão das suas propriedades.

Aos domingos, as grandes famílias reuniam-se num desses sobrados onde não faltava a boa cozinha fogueense e os entretenimentos como o jogo, a récita, a dança e a animada cavaqueira.

Geralmente, a família branca do Fogo era ciosa da sua origem portuguesa e fidalga, daí que não deixavam de mandar os filhos a estudar em Portugal onde se formavam e donde a maioria já não vinha. As meninas eram educadas nos colégios religiosos e muito afamado foi o colégio do Bom Sucesso.

O sobrado era pois um micro-mundo, em que os brancos se aquartelavam, distanciando-se dos que não podiam ter ali acesso, a não ser em ocasiões especiais e devidamente autorizados.

Contudo, os alicerces do que era o orgulho da classe aristocrática estremeceram. A partir do segundo quartel do século XX, a ilusão de uma vida ociosa desvaneia-se perante a conquista pouco a pouco da supremacia económica dos mulatos que, retornados das Américas ou enriquecidos pelo comércio, começaram a adquirir as terras dos morgados de outrora, os sobrados dos antigos senhores, ascendendo pouco a pouco na vida social da Ilha.

O tempo destruiu o que se construira ao longo de séculos. Os sobrados soçobrados pertenciam agora aos antigos feitores, aos criados. Os antigos ocupantes procuraram a antiga Metrópole e as antigas colónias e mesmo outras ilhas de Cabo Verde para se refugiarem. Outros ficaram convivendo com os novos senhores e outros há que resistiram a aceitá-los:

"Mil vezes o meu Fogo selvagem doutro do que este agora. [...] Fogo agora é aquilo, macacos a quererem ser gente"

"... os negros também subiram sobrado. E este então, Anacleto, está todo puxado nas alturas, feito vogal da Câmara, a convidar governadores e toda a casta de gente grande para à sua casa. Até vai mandar um filho para estudar em Lisboa para engenheiro. Eh, o mundo está virado"²⁶

²⁵ Ribeiro, Orlando - Ob. cit. p. 153

²⁶ Sousa, Teixeira, Xaguete, Publicações, Europa-América, colecção século XX, 289.

* A ligação com a América-origem e desenvolvimento histórico

A longa história, "do êxodo das gentes" das ilhas deixando tudo, para, noutras paragens, procurarem melhores condições de vida, remonta aos finais do século XVII.

Data dessa época o aparecimento, nos mares do arquipélago de Cabo Verde, dos baleeiros americanos e outros que utilizavam o "aziete de baleia" para a iluminação e curtimenta e ainda aproveitavam a sua carne e as barbas. O âmbar encontrado dentro das baleias pertencia à real fazenda, que cobrava dízimos por isso.

À faina da apanha das baleias se juntaram os cabo-verdianos, principalmente os habitantes da Brava e do Fogo.

De homens de terra, de ajudantes dos pescadores americanos, tornaram-se excelentes marnheiros e arpoadores, chegando a ser preferidos na frota americana como pilotos e capitães.

Muitos desses cabo-verdianos aos quais se pode chamar "emigrantess pioneiros" fixaram-se nas Américas, logo que se viram chegados a um dos portos dos Estados Unidos.

Deste modo, quando, nos fins do século XIX, os americanos abandonam as mares das ilhas, já se tinha constituído uma rede independente de fluxo emigratório para os Estados Unidos por aqueles que se tinham aí fixado e estabelecido.

Diz António Carreira : "A partir de 1900 o cabo-verdiano que entrou nos Estados Unidos empregou-se já em trabalhos agrícolas de conta de outrem, em especial nas áreas de Cape Cod e nas plantações de algodão e, de conta própria, e como cultivador de morangos. Outra actividade em que se ocupou, então na ordem de milhares de indivíduos, foi na indústria de textéis em New Bedford"²⁷

A emigração para os Estados Unidos não foi sempre estimulada, pelo contrário, houve épocas em que dificultaram seriamente a saída dos que miseravelmente viviam nas ilhas, vitimizados continuamente com secas e fomes prolongadas. Aliás as carencias flagrantes nestas ilhas obrigaram o Governo de Cabo Verde a propor que se abolisse a exigência de passaportes aos cabo-verdianos.

Mas quando não eram passaportes eram outras as dificuldades. O Senado norte americano, em 1917 vedava a entrada de analfabetos. Em 1924, publicava a Lei das quotas que fixava o número de imigrantes provenientes de cada país e que foi reestruturada em 1928.

Estas leis, por um lado, desviaram a corrente emigratória para os Estados Unidos, por outro reduziram-na significativamente.

É assim que segundo os dados estatísticos, apontados por António Carreira, na obra já citada, de 1927 a 1929, seguiram para os Estados Unidos pouco mais de 500 cabo-verdianos e de 1930 a 1940, 890.

²⁷ Carreira, António, Migrações nas Ilhas de Cabo Verde Universidade Nova de Lisboa, 1ª edição, 1977.

2.11 - B

ARCOTEC

DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO FILIPE

O período conhecido na história da emigração cabo-verdiana pelo de **grande êxodo (1940-1973)** é para a da corrente dos Estados Unidos de autêntica inexpressividade.

Ela veio aumentar consideravelmente após a independência, quando Cabo-Verde, como país independente, é dotado de uma quota própria.

Da Ilha do Fogo saíram famílias inteiras que se estabeleceram nos Estados Unidos, sempre voltadas para a terra onde **sonham construir uma casa, investir, participando na sua reconstrução.**

Nos primórdios da emigração para os Estados Unidos partiam os das camadas economicamente débil que **afectados seriamente pela crise demandavam noutros espaços a melhoria das suas condições de vida.**

Entretanto, o próprio Serviço de emigração americano exigia que fossem alfabetizados ou com alguma capacidade profissional. E **hoje, encontra-se na América quadros superiores, estudantes, trabalhadores,...**

* Os americanos - seu Impacto social e económico

A emigração como uma das respostas aos anseios do povo das ilhas a ter uma vida melhor foi, desde o princípio, encorajada por muitos cabo-verdianos, homens de influência no meio. Se vozes houve que tentaram contrariá-la, mais houve que, em defesa dos que não eram nem ricos, nem morgados, a defenderam e a sustentaram, principalmente a direccionada para os Estados Unidos que se casava melhor com o estágio da cultura do cabo-verdiano, parafraseando Teixeira de Sousa. Aliás os melhores salários ali auferidos e a **garantia de uma assistência na velhice e na invalidez eram razões para que as terras americanas fossem preferidas.**

O retorno dos americanos, antes pretos e mulatos pobres, hoje endinheirados, teve um impacto importante na reestruturação social da ilha e na desafogo económico dos seus habitantes. A chegada deles coincidiu com o culminar do processo de degradação económica dos brancos da terra que viam substituídos por esses que tinham sido seus feitores e empregados.

O branco da terra **"viu-se forçado a vender as suas terras e casas aos americanos, seus antigos feitores e empregados... fizeram-nos envergonhados de verem os seus antigos "dominados" ocupar posições sociais de relevo, assim como os sobrados, onde nos tempos aureos só tiveram acesso até ao pátio interior, e as terras de que se desfizeram com o seu empobrecimento [...]. Deste fenómeno [...] resultou o surto de uma nova burguesia, composta por elementos mais pigmentados que, embora transmitidas pelos "brancos de terra" e pela sociedade que estes formaram e modelaram"**²⁸.

Este fenómeno social é magnificamente tratado na obra **Ilhéu de Contenda** de Teixeira de Sousa, onde americanos como Nho Ludgero, Frank Peito de Ouro e José Cláudio representam esta espécie social que tinha características peculiares, também referidas por

²⁸ Carrura, António, Migrações nas ilhas de Cabo Verde Universidade Nova de Lisboa, 1ª edição, 1977.

Félix Monteiro nas "Cantigas de Aní Procópio", trabalho publicado na Revista Claridade nº 9.

O regresso de um americano servia de pretexto para grandes festas que podiam durar dias e que ele acabava por patrocinar. Não faltavam o estalar de foguetes, o som de violino, a voz de cantadeira e grandes matanças de reses.

"Enchia-se-lhe a casa de amigos, vizinhos, parentes e aderentes, a saberem da sua sa'ude, da viagem, do mar traiçoeiro do golfo, dos amigos e parentes que ficaram e de quem esperavam receber notícias e presentes ou só para ouvirem contar passagens, em frase pitorescamente salpicadas de terras ingleses, sobretudo interjeições americanizadas - Xôa ! a que os dentes de ouro emprestavam um brilho de muito prestígio entre os ouvintes."

Esse costume permanece até então, com as variantes adequadas à modernidade.

E ainda hoje voltam com a ideia de comprar um sobrado, construir uma casa grande, ter carros, muitas mulheres e "showing" tudo o que os "States" têm e de que Cabo Verde carece.

Esse "ronco" no dizer de Félix Monteiro é compreensível : o americano "tinha saído da terra pobre filho de ou trabalhador de terra, na ânsia de se fazer abastado, proprietário."

Assim, passados os dias de festa, mãos à obra na construção da casa ou na melhoria de que deixara.

Nho Ludgero, típico exemplo de um torna viagem, vivera dezasseis anos na América, quando chegou adquiriu terras de café e de outras culturas e comprou uma casa de dois pisos no Feijoal. Como novo rico que era mantinha relações de amizade com alguns brancos de terra, com os quais jogava bacará a sete-e-meio, desperdiçando, como eles, os rendimentos amealhados.

Enquanto isso, Nho Frank estava interessado em adquirir um sobrado na vila que lhe veio a ser vendido por herdeiros de uma grande família de cepa branca, como se narra no Ilhéu de Contenda.

Esta obra não esqueceu aqueles que constituíram os pioneiros desta emigração. Ao referir-se à Chilena, Nha Mariquinha, casada com José Claudio diz : "Viera do Chile, de lá do fim do mundo, trazida a bordo dum navio de baleia por José Cláudio, capitão de longo curso".

"Quando chegou à ilha tinha apenas 18 anos de idade. O marido era já um homem maduro. Este trazia algum dinheiro com que comprou quatro alqueires de terra em Piasco, uma propriedade de café dos Mosteiros e fez melhoramentos no caco de Ilheu de Contenda que havia herdado dos pais. Deixou nha mariquinha no Fogo e voltou para o mar donde nunca mais regressou".

Aí está, há, efectivamente, os que partiam e nunca mais regressavam ou nunca mais davam notícias deixando para trás a tristeza de viuvez e a amargura duma mulher talvez viúva.

A leva de emigrantes do pós-independência é, essencialmente, diferente da que lá antes, no entanto em pouco diferencia o comportamento, enquanto retornados. A necessidade de auto-afirmação um tanto social, um tanto económico traduz-se no envio antecipado de



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO FILIPE

viaturas, motos, roupas, alimentação para que as férias ou o resto dos seus dias na terra sejam tão próximos quanto possível da no "free-country".

É assim que ainda a casa de Nho Ludgero se reproduz, tanto na cidade como no interior: "casa com recheio americano, cadeirões estofados, camas com colchão de molas, as paredes cobertas de paisagem e figuras daquele grande país".

E, tal como dantes, a emigração para os Estados Unidos ainda não deixou de ser uma das várias alternativas de que hoje dispõe o homem cabo-verdiano.

2.2.4.2 S. Filipe, de vila a cidade

Nos finais do século XIX, a vila de S. Filipe era apenas um vestígio de um passado que se cria próspero.

Entretanto testemunhos há que atestam o ressurgimento de algum alento para a vida da vila : "Depois de ter jazido longos annos no mais censurável esquecimento, tem sido contemplada n'estes últimos tempos com algumas obras...". Estes eram, de acordo com o documento²⁹, a de Igreja de Nossa Sra da Conceição a que, nessa altura, apenas faltavam pequenos trabalhos de acabamento, a Alfândega no Porto da Luz e alguns lanços de estrada.

É natural que essa dinâmica tenha ganho um certo ritmo pois, só assim se compreende que algumas poucas dezenas de anos depois, a vila tenha sido elevada a cidade, considerando o lugar de destaque que ela ocupava entre as restantes da Província. Aliás, o Conselho Legislativo Colonial, no âmbito das suas funções, só dava categoria de cidade às povoações importantes pela sua população, comércio ou indústria.

Na data da sua elevação a cidade, a vila de S. Filipe contava com 4.000 habitantes, ~~1000~~ fogos e abrangia uma área de 25 km².

Para além de tudo isso, o Conselho Legislativo Colonial, ao aprovar o diploma que dá categoria de cidade à vila de S. Filipe, teve em conta alguns aspectos que vêm explícitos no Dip. legal nº 2 de 12 de Julho, publicado no Boletim nº 28 de 1922 e que se transcrevem:

Considerando :

"nobilíssimas tradições que a história regista com o gesto sublime de grandeza e patriotismo pela sua atitude altiva contra o domínio de espanha, perante o qual se não curvou ou submeteu."

"a avultada riqueza comercial e agrícola igualmente (que) a colocam numa situação preponderante"

"os importantes melhoramentos e notórias modificações, por que tem passado, atestam na fisionomia social da sua população o louvável desejo de se engradecer e progredir"

²⁹ Boletim Oficial nº 50/51 de 1980 - relatório do Administrador do Concelho do Fogo de 8/11/1880.

"[...] que a sua população se caracteriza ainda por um apreciável grau de instrução, sendo insignificante o número de analfabetos que nela se contam."

"o rendimento com que concorrem para os cofres da província, (que) tem aumentado de ano para ano, constituindo no presente uma cifra importantíssima".

Não há dúvida que razões não faltavam para que a Vila de S. Filipe se erguesse a cidade.

Não deixa de ser particularmente curioso que isso tenha acontecido quando a classe abastada, que dominou durante séculos a pacata vila, conhecia os seus momentos de regressão económica e social.

Mas é justo registar que a influência de um filho de Fogo, descendente de família, foi importante.

Lê-se assim, na revista Magma nº 4, Ano II, pág. 19 : "Tenho à minha vista, como se fora a mais nítida fotografia, a configuração e o perfil da minha antiga Vila, elevada em 1921, pela minha influência política de então, à categoria da cidade"³⁰.

Mas a cidade recém-criada ainda carecia de muitas infra-estruturas. Na primeira metade do século muito se fez em termos de melhoramentos urbanos : calcetaram-se ruas, melhoraram a conhecida praça, situada no Largo do Município, construindo ali o coreto e o quiosque, pavimentando-a e ajardinando-a. Ao abastecimento de água veio juntar-se a electrificação. Construíram o hospital, a escola grande. O porto de Fonte Vila teve pela primeira vez uma estrada carros que tinham acabado de chegar.

*Uma cidade em expansão

O primeiro centro da cidade de S. Filipe ter-se-á localizado no Largo da Misericórdia, conhecido, antigamente, por Meia-laranja e, hoje, Largo Pedro Monteiro Cardoso, grande poeta fogueense.

Ali funcionaram a antiga Câmara, o Tribunal e a velha Escola, onde foi professor, Padre Miguel, exímio mestre que marcou a sua época.

Existiram ainda neste largo uma Igreja e um mercado de peixe.

O largo principal comunicava, a sul, com a rua mais antiga de S. Filipe, de casinhas mal conservadas, que terminava no largo da Botica, actualmente cadeia civil, dando acesso ao porto de Fonte Vila.

Anos mais tarde, esse centro foi deslocado para um outro largo, cercado de sobrados pertencentes, ao tempo, às famílias importantes da Ilha. Estas defendiam de pergaminho em punho, a sua linhagem fidalga, razão por que não se misturavam com o povo, perante o qual se levantou uma intransponível barreira.

Até os primeiros anos deste século, o largo era térreo. Ali brincavam os filhos dos senhores dos sobrados e se faziam as cavalhadas.

³⁰ Figuras do Fogo - Nho Abílio Macedo, numa evocação da infância in ob.cit.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO FILIPE

O conhecido "Mê de Rua" (Meio da Rua) transformou-se depois numa bela praça, pavimentada com canteiros floridos, um coreto, um quiosque, bancos confortáveis e iluminada por belos candeeiros. Foi uma das primeiras "praças", a praça João Pais, entre as muitas com que a cidade conta.

Encimando o largo que, actualmente se designa Praça 4 de Setembro, fica o edifício onde funcionou a Câmara e hoje, o Secretariado Administrativo.

A partir deste centro a cidade foi-se construindo. Os limites da cidade, designada pelos seus habitantes como "Bila" permaneceram, durante longos anos, inalteráveis: "O casario quasi todo construído de bons edificios, no meio dos quais - caso raro em vilas, mesmo em cidades cobo-verdianas-poucas ruínas se notam, assenta sobre um terreno em anfiteatro. E, assim, o alinhamento dos tectos vai-se elevando, sensivelmente, à medida que nos distanciamos no mar. A "bila-baixo", começava no cimo das rochas do Boqueirão que se elevam aproximadamente a 50 metros do nível do mar e terminava, pelo Norte, na rampa da achada Pato, Sul, pela ribeira do Lém e leste por um barranco onde, mais tarde, se construiu um paredão formando o Alto de S. Pedro. (...) Em seguida, para leste, estendia-se a parte mais elevada que recebia o nome Bila-Riba. Havia, finalmente, o Presídio (presidi em crioulo), a nossa "terra de ninguém", ponto de reunião à tarde e à noite, dos magnates das duas zonas, de onde se avista todo o canal que separa o Fogo e a Brava, destacando-se esta e os ilhéus Rombos, a poucas milhas para Oeste"³¹.

Para além desses limites, moravam os negros, como já dissemos, a camada economicamente mais débil e socialmente desprestigiada. Moravam em casas feitas de pedra solta e cobertas de palhas ou de folhas de carrapato, que se chamavam funcos.

Estas casas eram todas iguais: rectangulares, com uma porta e duas janelas na fachada principal e sem qualquer abertura nas laterais. No enfiamento da porta de entrada, outra porta que dava para o quintal onde se criavam porcos, galinhas e se faziam as lidas da casa: lavar a roupa, moer, pilar, coxir, etc.

O mobiliário era parco e pobre. Uma cama para uma família geralmente de prole numerosa, uma mesa um ou mais bancos, sungais ou uma mala onde se guardavam desde alimentos a roupas.

A cozinha era separada de casa e reduzia-se a um funco: uma construção circular, com cobertura cónica de palha e uma porta por onde se entrava, curvando-se bastante.

O chão tanto da cozinha como da casa era de terra batida.

Gente humilde em casas deste tipo vivia por exemplo no antigo Fonte-Lexo que Teixeira de Sousa situa na avenida do Hospital.

"Ao chegaram à avenida do hospital, Benjamim mandou parar o táxi."

- Aqui era o antigo Fonte-Lexo. Era só funcos cobertos de palha.

³¹ Figuras do Fogo - Nho Abílio Macedo, numa evocação da infância, in *Magma*, nº 4, ano II, pág 19.

A antiga Estrada Nova, hoje Avenida Amílcar Cabral, surgiu totalmente alterada aos olhos de quem esteve ausente meio século. Do lado da ribeira de Trindade, desde a borda da falésia até à primeira ponte, alinhavam-se edifícios com alguma dignidade (...) diversas habitações, contrastando com a fisionomia do velho bairro dos pescadores, braçais e criadas de servir³²

A expansão da cidade fa, assim, empurrando mais pobres eram o L'sem, de cima e de baixo, o Fonte Aleixo, situado atrás do campo de futebol e Sta. Filomena.

Actualmente, para além da cidade se ter expandido em várias direcções dando azo ao aparecimento de outros bairros como o Xaguate, Cobom, III Congresso e de outras áreas, ocupadas com serviços públicos, ela deixou de ter espaços interditos. A sociabilização na "Bila" e a elevação das condições de vida de todos levam a concluir que a história dos sobrados ficou para trás.

* Como conciliar o velho e o novo?

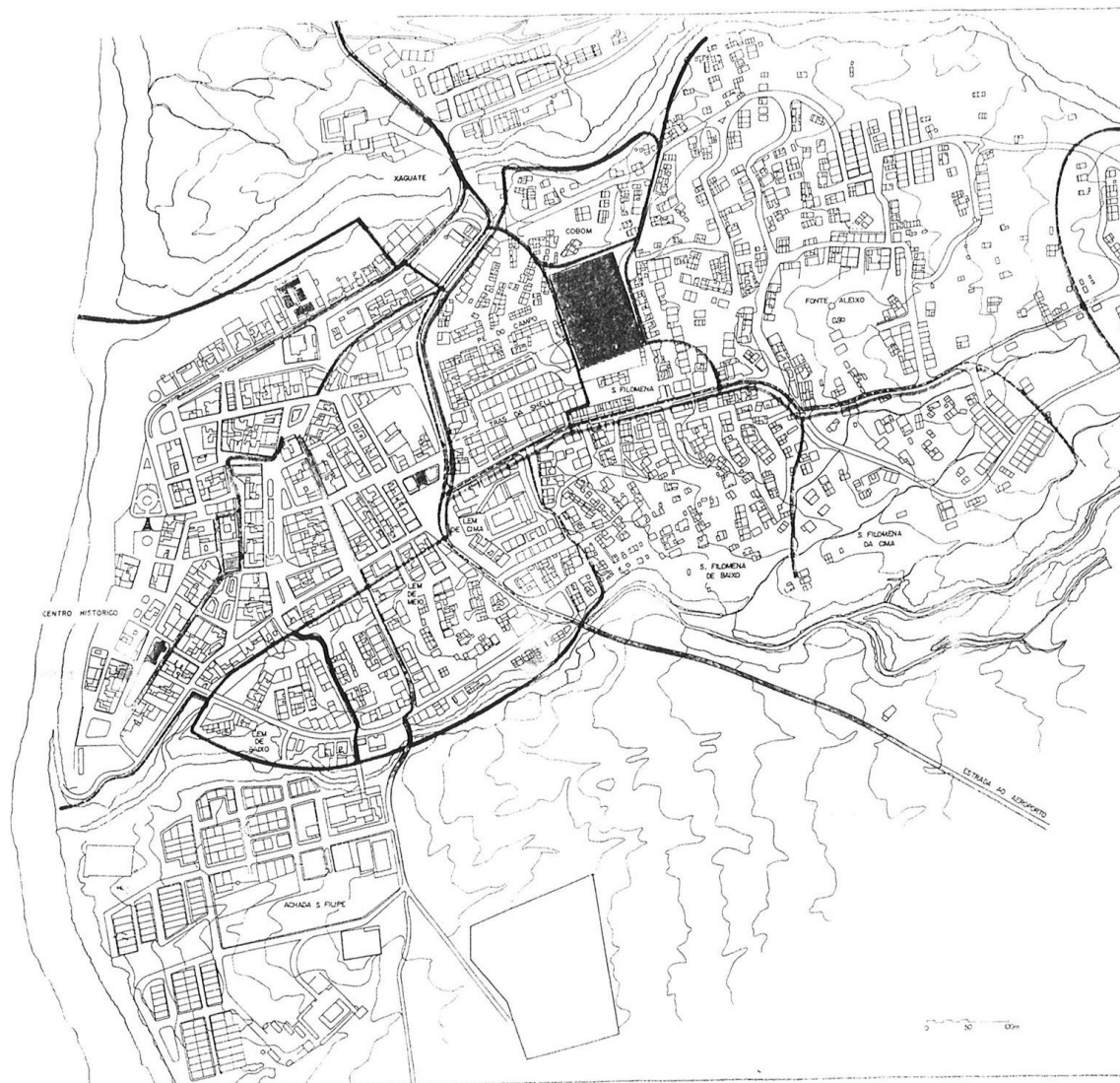
Teixeira de Sousa, médico de formação e escritor de vocação, tem vindo a estudar a sociedade fogueuse com tanta atenção que só a ele tem merecido.

Numa das suas obras, Xaguate, que ele pretende que seja a última da trilogia sobre a ilha que o viu nascer, procurou reavivar o passado, tecendo-o com as linhas fortes do presente. Af ele defende, na voz do engenheiro Ovídio a preservação da estilo arquitectónico e urbanístico de cidade de S. Filipe.

"Devemos preservar os modelos arquitectónicos legados pelos nossos antepassados sem preconceitos de qualquer ordem. No que respeita pelo menos à velha São Filipe. A moderna e a futura poderão adoptar outras traças. Mas, por amor de Deus, a vila dos telhados escarlates, das varandas de pau, das paredes de ocre azul e amarelo, de muros coroados de buganvílias, de casas mais modestas, com uma porta e duas janelas, dos portões em arco, dos candeeiros de braço espetado nas paredes, essa vila, hoje cidade, que não seja vilipendiada, ultrajada, em nome duma civilização conceito absoluto, pois a verdadeira civilização é o progresso na continuidade do que somos culturalmente"³³
Af também, dá conta da referida horizontalização social, fenómeno histórico, na ilha: "Hoje não há lugares diferentes para as diferentes classes de indivíduos. Hoje cada um de nós pode viver tão confortavelmente no Lém, como na Achada Pato, como no Meio-da-Rua, o problema é dos arranjos interiores, do equipamento doméstico, e não da cor da pele ou doutros atributos equivalentes. Esqueçamos esse passado ultrapassado. Nacionalizemos esse passado que já é o nosso presente e cresçamos sem pagar a traça dos velhos edifícios, sejam eles primeiros andares, sejam casas dum piso. Cresçamos à volta da velha cidade com edifícios, sejam eles primeiros andares, sejam casas dum piso. Cresçamos à volta da

³² Sousa, Teixeira, Xaguate, Publicações Europa - América, colecção século XX 289, p.16.

³³ Ob. Cit. p.p 168-169.



P.D.U. SÃO FILIPE

ESTRUTURA URBANA

- | | |
|---|--|
|  ESPAÇOS URBANOS PRINCIPAIS |  LIMITES URB. |
|  VIAS PRINCIPAIS |  LIMITE DE BA |

Annexe 7 : Revista Magma, N°1, 1998

Um Aspecto Original de Urbanização da Cidade de S. Filipe

— António Jorge Delgado

Não tem sentido livarmo-nos do passado para pensar apenas no futuro. Até o facto de nisto se acreditar é já uma ilusão perigosa. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; somos nós que para o construir, lhe temos de dar tudo, dar-lhe até a nossa vida. Mas para dar, é necessário possuir, e nós não possuímos outra vida, outro sangue além dos tesouros herdados do passado e dirigidos, assimilados, recriados por nós. Entre todas as exigências da alma humana, nenhuma é mais vital que a do passado.

Simone Weil, *A Primeira Raiz*, 1949

A escolha de um sítio como espaço de implantação de um determinado aglomerado urbano decorre de diversos factores destacando-se, normalmente, de entre eles, a sua posição estratégica em relação aos locais de produção de que depende, ou aos de troca a que está ligado.

Escolhida a localização, o local que vier a receber os primeiros ele-

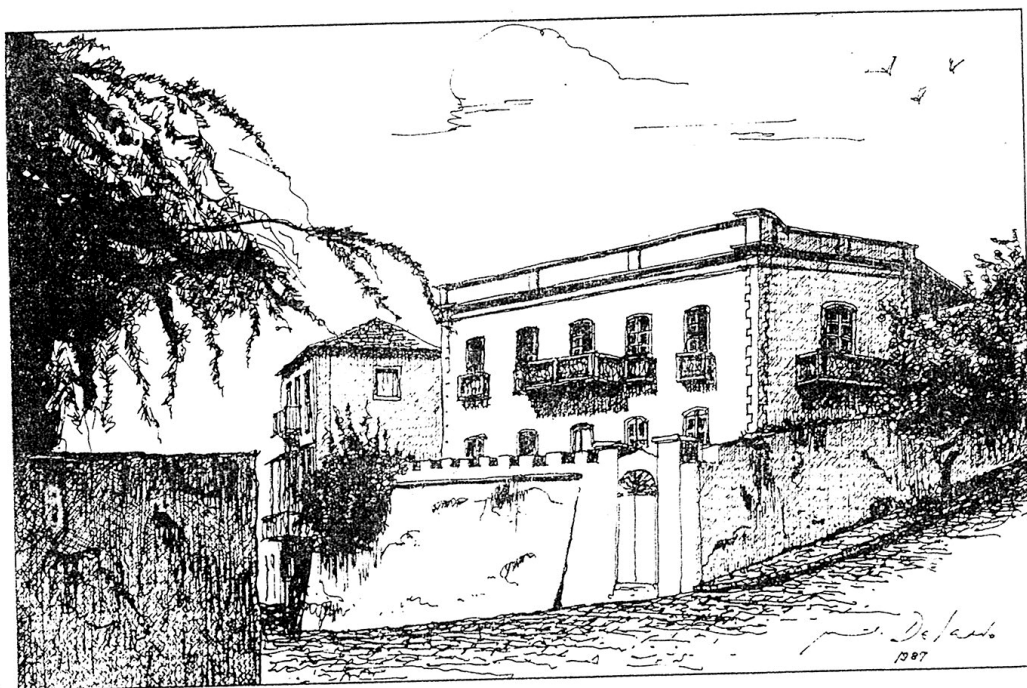


Fig. 0 — Espaço urbano característico da cidade de S. Filipe

In Revista Magma N°1 1998 p.4-8

mentos construídos passa a constituir o centro histórico do aglomerado.

Nos primeiros tempos, ou melhor, até a um determinado momento o centro histórico identifica-se com o *centro* do aglomerado, pois, corresponde também ao centro comercial. A partir de certa altura, porém, o *centro* desdobra-se em centro histórico e centro comercial, acabando este, muitas vezes, por se autonomizar.

Vila da Ribeira Grande, Mindelo e Praia, alcançaram até o momento pontos diferentes desse percurso. S. Filipe escolheu um outro caminho. É isso que pretendemos demonstrar. Mas comecemos por Santo Antão:

VILA DA RIBEIRA GRANDE

A vila da Ribeira Grande, de acordo com a figura 1, desenvolveu-se a partir do cruzamento de dois caminhos: um que começava na Garça, passava pelo vale da Ribeira Grande e terminava em Paúl/Janela e outro que punha em comunicação o vale da Ribeira da Torre com a zona de P. Sol/Fontainhas.

O Terreiro, designação do largo que forma o centro histórico e comercial da vila é, hoje, uma área praticamente consolidada do ponto de vista arquitectónico-urbanístico.

As perspectivas de expansão dessa povoação não representam qualquer perigo quanto à estabilidade do seu centro comercial. Dito doutra forma, o centro comercial da Ribeira Grande continuará a ser o Terreiro.

Em Mindelo a situação é já um pouco diferente da dessa pequena vila do norte de Santo Antão.

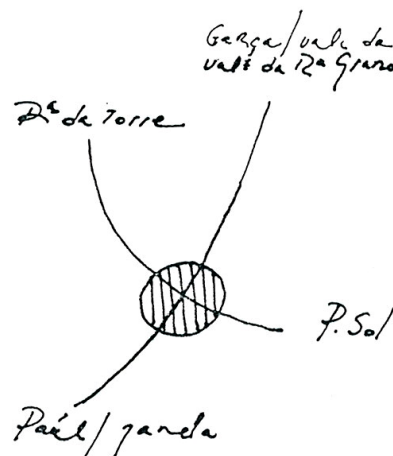


Fig. 1 — Vila da Rib. Grande

MINDELO

A cidade do Porto Grande representa um caso típico de cidade colonial, isto é, constitui o resultado da implementação de uma decisão política. No dia 11 de Junho de 1838 o então ministro das colónias assinou um decreto régio (!) que determinava a criação da cidade do Mindelo.

As primeiras construções foram levantadas à volta da actual Pracinha da Igreja. É aí, portanto, o centro histórico de Mindelo.

Ao observar a figura 2 verifica-se que o crescimento da cidade seguiu, nos primeiros tempos, uma certa disciplina urbanística, traduzida na malha ortogonal que caracteriza o centro comercial do Mindelo. Essa parte da cidade seria posteriormente envolvida por bairros, alguns deles estruturados à volta de poços (?). São disso exemplo, Fonte Filipe e Fonte Cutú. Modernamente começaram a surgir novos bairros, esses de carácter espontâneo.

Mindelo representa, assim, uma estrutura radial com o seu centro histórico inscrito no centro comercial e este, por sua vez, envolvido por dois cordões periféricos.

A importância de qualquer dos bairros continua a ser determinada em função da sua localização em relação ao centro histórico, o que quer dizer que o actual centro comercial mantém todo o seu vigor como parte estruturadora da cidade, pois, está directamente ligado ao centro histórico. Mais do que isso, enquadra essa pequena área. Todavia não se pode negar os indícios de uma disputa que poderá fazer confrontar Monte Sossego com a parte mais antiga da cidade. Basta ver o esforço investido por pessoas de Monte Sossego no grupo de carnaval que representa o bairro e o orgulho

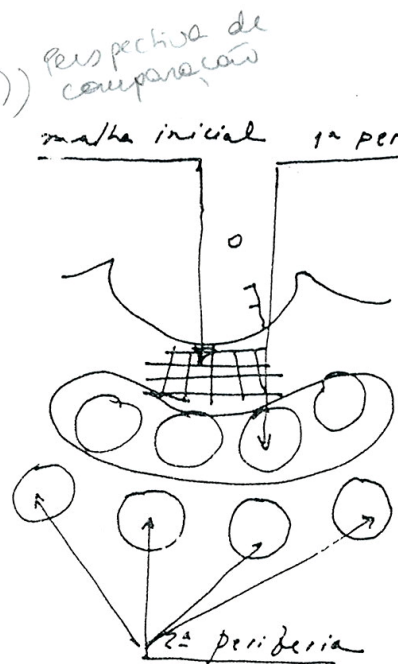


Fig. 2 — Mindelo

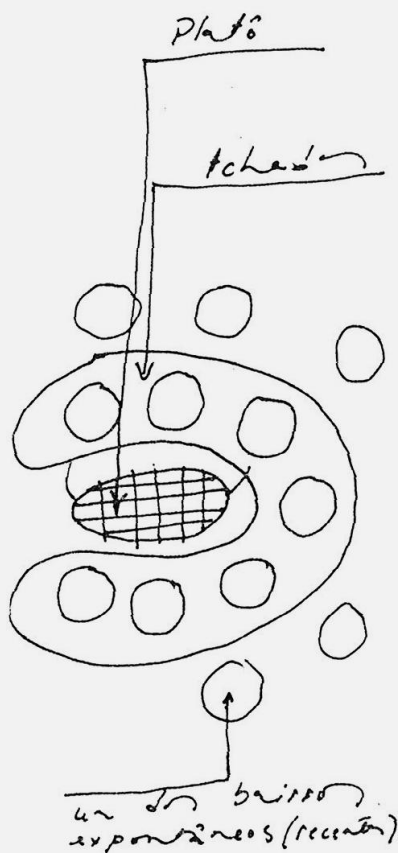


Fig. 3 — Praia

exibido na hora da vitória, principalmente quando participam nessa grande festa popular grupos dinamizados por gente do Centro. Nos últimos três anos Monte Sossego ocupou por duas vezes o primeiro lugar.

As novas construções e a ampliação da área comercial no bairro são outras tantas evidências que não podem ser negligenciadas.

Atenção!...

Falamos em disputa entre bairros duma mesma vila ou cidade. O bairrismo existente entre vilas ou cidades mais ou menos próximas, caso banal e universal, não constitui objecto do presente estudo. Esclarecido este aspecto passemos à capital.

PRAIA

Praia à semelhança de Mindelo apresenta o desenvolvimento típico de cidade colonial.

A antiga cidade da Ribeira Grande, conhecida hoje vulgarmente por Cidade Velha — a primeira capital de Cabo Verde — foi por diversas vezes atacada por corsários no séc. XVI. A história regista três saques importantes executados por piratas ingleses destacando-se o último conduzido pelo famoso Drake em 1598. Os outros aconteceram em 1558 e 1559.

A Cidade Velha voltaria a ser atacada pelo francês Cassard em 1721 mas dessa vez cederia o lugar à Praia que em 1770 se tornaria definitivamente a capital de Cabo Verde.

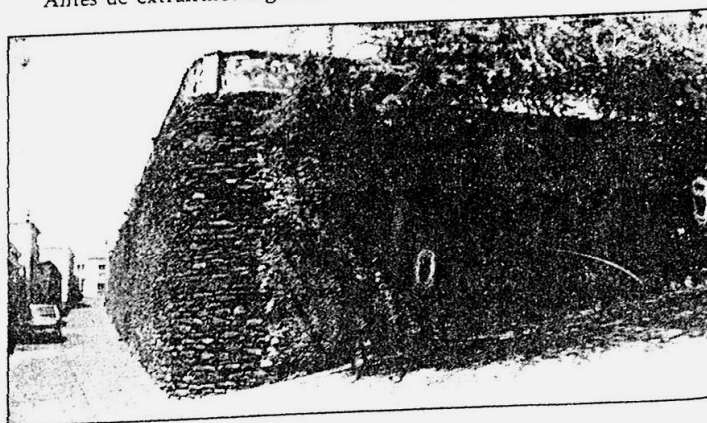
As primeiras construções realizadas na nova capital surgiram no «Platô» por razões de segurança.

O tabuleiro inicial circunscrito ao Platô foi sendo progressivamente envolvido à medida que os novos habitantes da cidade iam ocupando as várias «achadas» (ver fig. 3).

Até à independência do país o Platô reinou tranquilamente sobre os demais bairros. Hoje, porém, uma crise profunda com diversas origens se instalou nessa parte da cidade permitindo antever-se a ascensão dentro de poucos anos da Achada de Santo António à posição de centro comercial da Praia.

S. FILIPE

Antes de extrairmos algumas conclusões que poderão facilitar a com-



Paredão de Alto S. Pedro

preensão dos motivos que nos levaram a acreditar na originalidade do caso S. Filipe, falaremos do Porto — Portugal — cidade que viu há mais de um século o seu centro comercial separar-se do centro histórico.

A cidade do Porto nasceu junto a uma das margens do rio Douro no local hoje conhecido por Praça do Infante. Durante séculos foi essa praça o *centro* do Porto. A Avenida dos Aliados passou a ser no século XIX o centro comercial da cidade. Hoje essa avenida e a sua área envolvente começam a ter dificuldades em responder, como centro, à dinâmica imposta pelo desenvolvimento da cidade. É natural que venha a haver uma nova transferência do centro comercial dentro de pouco tempo.

A partir do que ficou escrito é legítimo concluir que o centro comercial de uma cidade não é fixo e que normalmente o aparecimento de um novo *centro* desactiva o anterior.

Em S. Filipe as coisas passaram-se de outra forma. Vejamos:

Teixeira de Sousa no n.º 8 da revista «Claridade» publicou um artigo intitulado «SOBRADOS, LOJAS & FUNCOS» com o seguinte subtítulo: «Contribuição para o Estudo da Evolução social da Ilha do Fogo».

O título desse artigo divulgado em Maio de 1958, sugere a ideia de que a casa constitui o espelho da alma do seu dono. Acrescentaremos que as nossas vilas e cidades não são mais do que o reflexo da evolução da sociedade que as criou.

O autor do romance «Ilheu de Contenda» chama a atenção para a sátira (?) segundo a qual, «antigamente, o macaco morava na rocha, o negro no funco, o mulato na loja e o branco no sobrado». Continuando ele diz que essa sátira «esquematiza nitidamente a estrutura social da ilha durante o período colonial». Diz ainda que «até princípios deste século os elementos leucodémicos constituíram a classe dominante sob o ponto de vista económico-social».

É sobre essa classe que iremos falar porque, como é natural, foi ela que ocupou as áreas que constituem o objecto do nosso estudo, isto é, o centro de S. Filipe.

O senhor Abílio Monteiro de Macedo, elemento dinâmico dessa classe, nasceu na ilha do Fogo a 3 de Abril de 1886.

Escreveu um livro de memórias ainda não publicado, no qual ele explica que «toda a classe mais elevada do pequeno mundo da Vila era produto de casamentos realizados entre parentes em grau mais ou menos próximo. E acontecia que aquelas famílias com raríssimas excepções, eram (...) descendentes de representantes da antiga fidalguia portuguesa que em diversas ocasiões, vieram estabelecer-se em Cabo Verde. Daí o motivo de toda aquela gente se orgulhar de uma ascendência aristocrática. Este orgulho de família constituía, sem sombra de dúvida, a feição mais saliente e predominante da gente gráuda da ilha do Fogo».

É justamente esse orgulho de família que iria ser o catalisador, como veremos, de um fenómeno urbanístico quanto a nós original.

S. Filipe é ainda uma pequena cidade que não conseguiu ultrapassar os 7.000 habitantes.

Sobranceiro ao mar, desenvolve-se numa plataforma que evolui suavemente em direcção ao vulcão, através de ruas bem delineadas, passando por praças fechadas por belos sobrados, muitos deles a acusar forte deterioração.

As primeiras casas surgiram na «Bila Baxo» (Vila Baixo).

Uma cisão na classe dominante viria a determinar a separação da então vila em duas partes: «Bila Baxo» e «Bila Riba» (fig. 4).

Um muro enorme delimitava e delimita as duas zonas, numa espécie de antecipação ao Muro de Berlim.

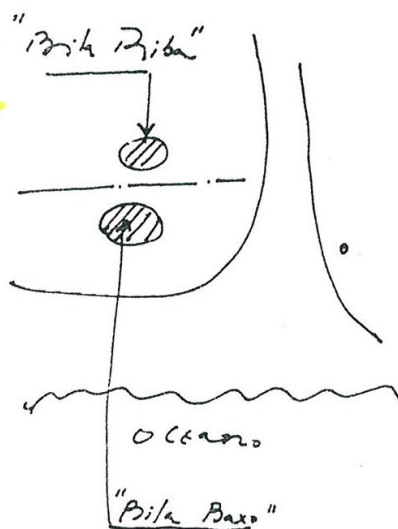


Fig. 4 — S. Filipe

Vejamos o que diz o senhor Abílio Macedo nas referidas memórias a respeito das duas «bilas».

«Quando ainda tenro infante, ofereceu-se-me ocasião de tomar apaixonadamente partido nessa memorável contenda. Nasci na 'Bila Baxo' e foi ali que se me decorreram os primeiros anos. Foi ali que (...) passei tantos anos que terei que evocar com saudades, visto que foram os mais felizes da minha vida. Mais tarde, porém, resolveu meu pai construir um grande e belo prédio na 'Bila Riba' e mudar para lá a nossa residência. Não se pode conceber o abalo que essa resolução — por nós considerada funestíssima — produziu no pequeno mundo da nossa casa e nas dos nossos vizinhos primos. O quê?! Trocar a nossa zona tam querida e pela qual combateríamos até à morte, por outra nossa rival escarnecida?! Como se podera conceber tal plano que nós consideramos uma autêntica defecção? É claro que empregamos todos os meios, os mais engenhosos para dissuadir meu pai: rogos, argumentos de peso, lágrimas... Mas é de crêr que ele tivesse perdido todo o sentimento de preconceitos bairristas. Foi por isso que se manteve intransigente. Um dia, soluçando, tivemos de o seguir na sua resolução 'insensata'».

Parece-nos que o texto do senhor Abílio Macedo é claro quanto à rivalidade que existia entre as duas «Bilas».

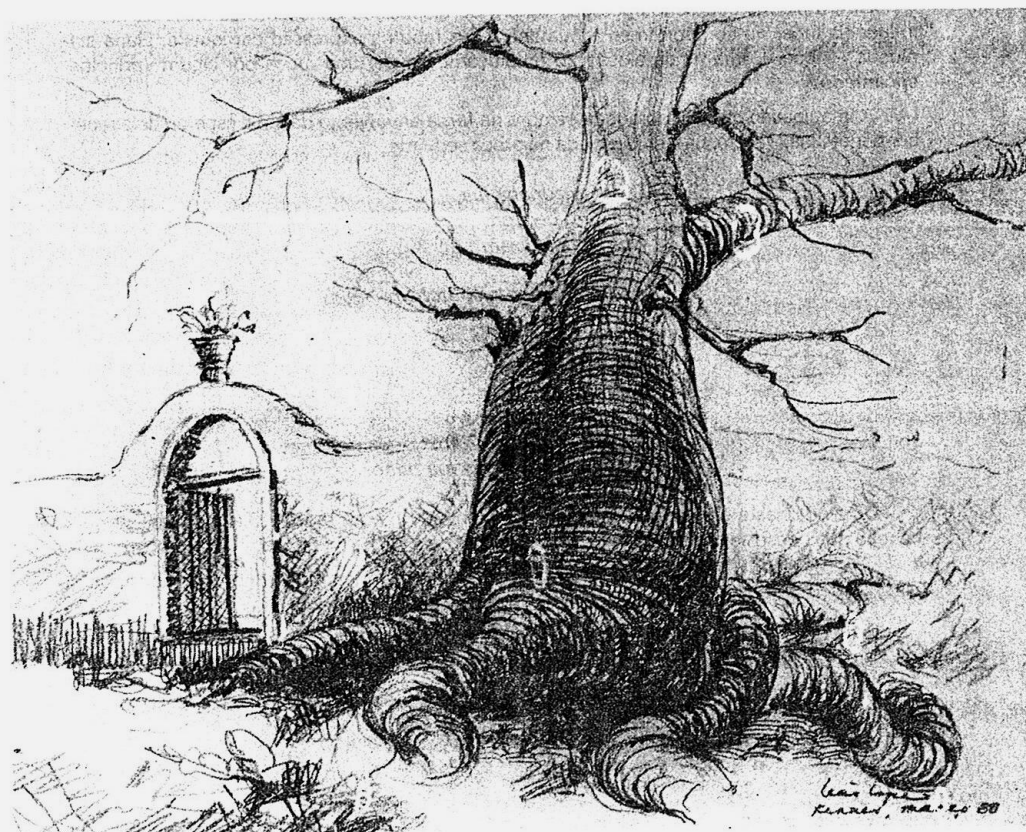
Nos casos apresentados como exemplo, isto é, Praia, Porto e Mindelo, foi sempre a exiguidade de espaço ao nível do centro comercial o elemento identificado como o responsável pela candidatura de um bairro novo ao lugar de *centro* de cidade. No Fogo a bipolarização de S. Filipe ficou a dever-se não à falta de espaço no núcleo inicial mas sim a questões de ordem Psico-sociológica. Quem tiver conhecimento de algum caso semelhante em qualquer parte do mundo, nos informe, agradecemos. □

Mindelo 7.3.88

N o t a s

- (1) *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da cidade do Mindelo* — Edição do F.D.N. — Ministério da Economia e Finanças, Publicação do M.H.O.P., 1984
- (2) Rodrigues, Moacyr — *Reflexões breves sobre a ficção humana em S. Vicente*, in BOLETIM ENAPOR, M.T.C., 1984
- (3) Teixeira de Sousa, Henrique — *Sobrados, Lojas & Funcos (contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo)* in CLARIDADE n.º 8, Maio de 1958.

AS MARCAS DOS MARCOS NA ILHA DO FOGO



Para um Francês, Cabo Verde pode ser representado por uma dialéctica onde estão sucessivamente presentes ou separadamente, os quatro elementos que estabelecem os princípios constitutivos de todos os corpos do Universo: terra, água, ar e fogo.

Se passarmos de um mundo ocidental ao arquipélago de Cabo Verde, temos a impressão de descobrir na sua forma primária esses elementos e muitas vezes no seu estado puro.

Três deles são comuns a todas as ilhas. Alternadamente reinam a sua vez e ficamos com a impressão constante, que Cabo Verde é despidido de vegetação para mostrar o predomínio da terra, duma terra onde os jogos de cor emprestam todo o seu brilho e sua força a uma paisagem radiosa. Terra de rigor, áspera, austera. A terra é a rocha, a solidez.

A água está em todo o lado, em Cabo Verde... a água salgada. Excepto sobre a terra.

Este segundo elemento estabelece claramente a separação, a divisão. A água salgada (o mar) em Cabo Verde define a sua natureza e revela a diversidade denunciando a diferença. O impacto da terra e da água (mar) são a partida, a riqueza da paisagem caboverdeana e é da sua oposição que se define o seu contorno, algumas vezes acentuado pelo ar, pelo vento, pela borrasca que sopra a crista das ondas. É aí que se introduz o terceiro elemento: o ar (o vento) onde a presença é permanente, lancinante na Literatura Caboverdeana: leste, lesteada, flagelados do vento leste.

Para um europeu, o vento é uma proximidade inolvidável que acompanha e que mesmo que se está protegido não se extingue, pois o vento é som, o contrário de uma ausência, uma verdadeira presença.

Quanto pensamos no quarto elemento, o fogo (o sol) nós o associamos naturalmente a Cabo Verde. Talvez de uma maneira ex-

cessiva quase exagerada. Cabo Verde tempera os excessos do sol estabelecendo um diálogo com os três outros elementos.

As características essenciais do arquipélago, do universo caboverdeano, impõe-se ao viajante e dão-lhe uma estranha caracterização que define profundamente a identidade regional ou nacional. Cada ilha pode privilegiar provisoriamente ou de maneira permanente um ou outro desses elementos.

O que aproxima as ilhas do arquipélago é uma presença esmagadora da natureza que dá a impressão que as ilhas podem muito facilmente viver sem os homens. A Natureza não precisa dos homens, cuja marca nela é modesta, apesar de terem modificado profundamente a paisagem. O homem parece senão supérfluo ou inútil pelo menos epidermicamente presente.

Talvez tudo isso seja ainda mais claro no Fogo onde a ilha marca uma diferença por demais evidente em relação a todas as ilhas do arquipélago. A ilha de S. Filipe interioriza uma intensidade, aliás intermitente, o fogo, o FOGO que a marcou mais profundamente, através da fusão do outro elemento da terra.

A ilha do vulcão atçou o ardor da chama que surgiu das suas entranhas. O fogo faz corpo com a ilha e emana dela. É por isso que por este marco particular e inescusável — que se impõe a todos — Fogo ocupa um lugar proeminente.

No momento de evocar Fogo num dia de celebração, particularmente gloriosa, o do seu renascimento literário através da participação de todos, nacionais e estrangeiros, convém lembrar um outro marco também muito do Fogo e que particulariza a ilha em relação às outras. Esse marco se relaciona directamente com a literatura.

Mesmo se a marca do homem se apresenta limitada diante duma natureza quase imaculada não se pode ignorar o esforço dos homens

que se estabeleceram em Cabo Verde e mais especificamente no Fogo: Os Portugueses, os Africanos, os Estrangeiros que a pouco e pouco se transformaram em Cabo-verdianos. Inúmeras gerações nele actuaram durante séculos e... arranharam a terra. São marcos gigantescos, geralmente anónimos — os caminhos, os pilares para a agricultura, as estradas — outras vezes marcos colectivos, as igrejas por exemplo que muitas vezes corresponde a um património da comunidade, e, num sentido mais geral, as casas e os sobrados.

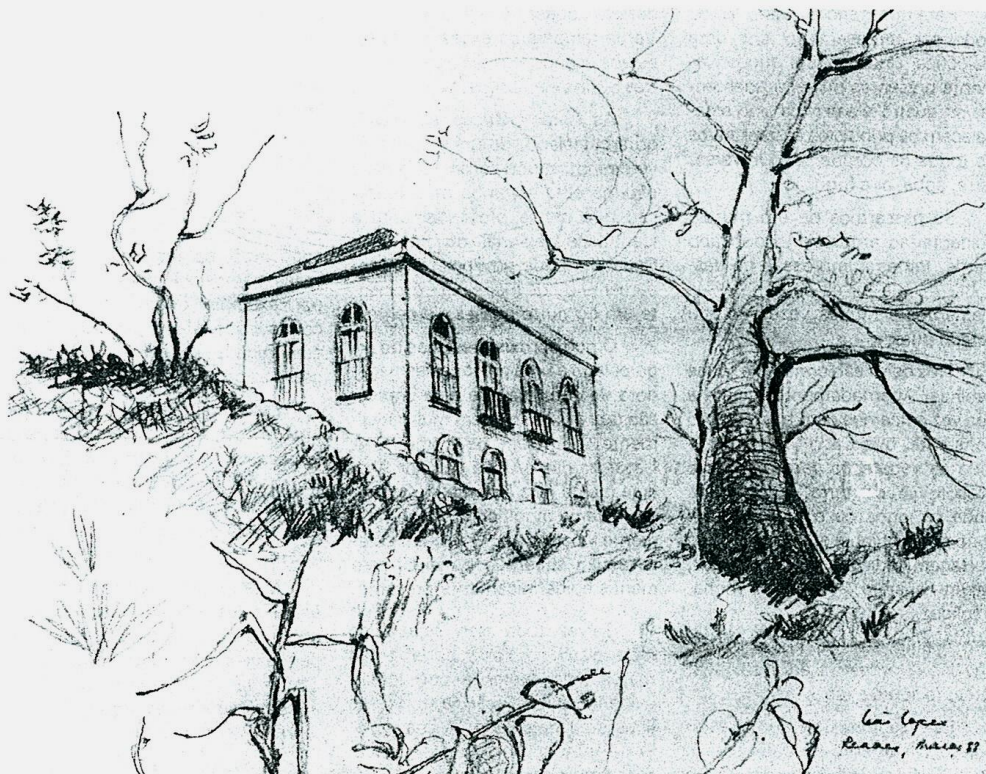
Esses marcos têm em comum uma relação original com o tempo e o espaço. Aliás essa relação que se chama precariedade e caducidade, está também relacionada com a vida e através da vida com a morte.

Mas existem outros marcos e é um deles que eu quero evocar agora, o marco simbólico que supera e vence o tempo e que atinge o mito num encontro de qualidade à convergência do concreto, do real e do abstracto.

O escritor Henrique Teixeira de Sousa é o agente dessa metamorfose. O autor de *Ilheu de Contenda* me parece ter aberto nesse romance, obra capital e clássica da literatura caboverdeana, um caminho literário exemplar. A minha intenção não é repetir aqui a apreciação que expus num artigo recente¹, mas vou contar uma experiência que me fez tomar consciência dessa transformação.

Na minha segunda viagem a Fogo, o meu roteiro literário foi feito com *Ilheu de Contenda* na mão. Já em Santo Antão e São Nicolau fi-lo da mesma maneira com Manuel Lopes e Baltazar Lopes. Recentemente evoquei esse itinerário-roteiro numa entrevista no *Tribuna*².

Além de ter descoberto vários lugares, por exemplo a igreja de S. Lourenço ou a vila de S. Filipe, rapidamente descobri um lugar-espaço-monumento (reincidente) e que se impunha lancinante. Tentei



fazer coincidir a obra, o texto com a sua representação, sua imagem real e simbólica.

Já compreendemos que esta procura visava o **sobrado Maria Chaves que naquele momento estava frágil mas de pé.**

O sobrado empertigado na encosta a 5 ou 6 quilómetros de S. Filipe, a capital, tem em si um valor arquitectónico próprio. Isso ninguém vai contestar. Embora seja igual aos outros elementos, Maria Chaves parece estar acima deles. Do sobrado manda-se sobre a terra, o olhar doma o sol, o vento é amparado e domina-se o mar. Mas o monumento, ele mesmo através da obra literária, metamorfoseia-se num símbolo onde se regista além do monumento, a riqueza da identidade da ilha. O sobrado é a base da metamorfose, o vestígio, o reflexo que facilita a transferência para um outro campo superior.

O monumento torna-se o arquétipo dessa existência, dessa identidade. Ele adquire ou melhor recebe pela vara mágica do escritor uma função nacional de farol e de espelho nacional.

O Fogo e mais especificamente Cabo Verde não parece ter percebido a importância nacional desse tipo de monumentos civis quando fecundados pelo génio da literatura. É um grito que lanço, um apelo à nação, um convite insistente à comunidade ilhoa.

Com a ajuda das autoridades locais estão já surgindo projectos para reabilitação arquitectónica e reutilização sócio-cultural do espaço monumental a fim de reintegrá-lo na vida regional graças ao que a literatura lhe acrescentou. Assim pode entrar numa espécie de eternidade nacional, mas uma eternidade viva e cheia de futuro onde coexistem numa síntese

renovada, o passado e o pulsar cultural do país.

Existem na ilha muitos outros monumentos civis e religiosos mas este impõe-se dinamicamente para o futuro.

Rennes, Março 88
Jean-Michel Massa
Tradução de Leão Lopes

1. «Ilheu de Contenda» (1979) um roman classique de la nouvelle littérature cap-verdienne, in «Mélanges W. Bels», Université de Louvain la Neuve, 1984.
2. «Tribuna», n.º 30, 1987.

CIDADE DE S. FILIPE, PASSADO OU FUTURO DA ILHA DO FOGO?

Costuma-se dizer que: «Só o passado existe. O presente é um momento fugaz e o futuro ainda não é.»

Mas também se diz que o passado é um retrato do presente perspectivado no futuro.

É dentro desta linha de pensamento que nos propomos lançar um desafio público a todos os que se interessam pelo futuro do Fogo.

Tem-se escrito e falado muito, nos mais variados ângulos, da cidade de S. Filipe, mas nunca se lhe perspectivou um futuro com base no seu passado.

Porque pensamos ser um vector base para o futuro da ilha, desafiamos-nos a nós mesmos e a todos, transformar estas «casas velhinhas que eu amo tanto», (no cantar de Padre Simões), em Património cultural nacional e mundial. E de passagem, porque não a «Chã das Caldeiras» e o «vulcão Pico» em património natural?

Para atingir esse fim pensamos, através de Magma, tornar conhecidos os requisitos necessários para que um bem cultural ou natural, sej incluído na lista do património mundial e tentar obter contribuições para o preenchimento de tais requisitos.

A Conferência Geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de 1972 adoptou a «Convenção concernente à protecção do património mundial, cultural e natural».

Nos termos desta convenção, um «Comité intergovernamental da protecção do património mundial, cultural e natural, denominado, «Comité do património mundial», estabelece, sob o nome de «Lista do património mundial» um rol de bens do património mundial, cultural e natural, que con-

sidera como tendo um valor universal excepcional, aplicando critérios estabelecidos.

Mas para que isso aconteça, é necessário que os estados membros, antes de submeter ao Comité do Património Mundial propostas concernentes aos bens situados no seu território, possíveis de serem inscritos na lista do património mundial, dêem a estes bens um estatuto jurídico com dispositivos legais que permitam a sua conservação, protecção, condições de ocupação e acesso, etc.

Isso implica que o País disponha de legislação interna sobre o seu património nacional. (Sabemos que esta legislação está em preparação e com a sua aprovação um passo importante fica dado em Cabo Verde).

No entanto há passos que podem ser dados por cidadãos interessados, individual ou organizadamente.

Neste número queremos falar de um destes passos que é a IDENTIFICAÇÃO. Esta compreende a descrição e inventário, elaboração de mapas e/ou planos, documentação fotográfica e/ou cinematográfica, história, bibliografia.

Um inventário e uma descrição detalhada do bem devem ser feitos. O bem deve estar classificado ou como património cultural ou como património natural.

No património cultural estão incluídos:

— **Os monumentos:** Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas ou grupos de elementos, que tem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da

ciência.

— **Os conjuntos:** Grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por causa da sua arquitectura, da sua unidade, ou da sua integração na paisagem, tem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

— **Os sítios:** Obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, e ainda zonas que compreendem sítios arqueológicos que tem um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

No património natural incluem-se:

— Os monumentos naturais constituídos pelas formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações que tem um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.

— As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas constituindo o habitat de espécies animal e vegetal ameaçados, que tem um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

— Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Por hoje ficamos por aqui e prometemos continuar com mais informações no próximo número.

J. J.

CIDADE DE S. FILIPE — «UM PATRIMÓNIO?»

Sob o título «Cidade de S. Filipe, passado ou futuro da Ilha do Fogo?» iniciamos uma série de artigos no sentido de sensibilizar a opinião pública para que a nossa cidade e o vulcão sejam considerados património.

Com grande satisfação nossa inteiramo-nos de assinatura de um protocolo de cooperação para o levantamento histórico, entre outras, da cidade de S. Filipe.

Aproveitamos aqui a oportunidade de sugerir ao Município do Fogo, a criação de uma comissão de trabalho para o património cultural e natural.

Continuando o artigo do número anterior falaremos ainda sobre a identificação dos bens que se pretende erguer em património.

Após a inventariação e a descrição do bem, deve-se procurar obter:

a) Mapas e/ou planos detalhados mostrando a localização e os limites do bem (e com toda a precisão e na medida do possível devem ser mapas oficiais) farão parte do dossier. Tratando-se de bens em zonas urbanas pode-se, se necessário, juntar um mapa em pequena escala indicando as coordenadas geográficas, um mapa em grande escala e/ou um plano detalhado que indicarão com exactidão a localização do bem.

b) Documentação fotográfica e/ou cinematografia, diapositivos, etc. podem ser juntas ao dossier com a devida identificação e indicação das fontes.

c) Documentação histórica:

Para um bem cultural deve-se recolher as seguintes informações:

— Para os monumentos e os conjuntos: O(s) período(s) representando, com a(s) data(s) de construção e o(s) nome(s) do(s) principais arquitectos, se forem conhecidos; o estado inicial e as modificações ulteriores; as funções iniciais e ulteriores.

— Para um sítio arqueológico: sua origem, as principais modificações sofridas ulteriormente em relação à forma do sítio, ao grupo que ocupava, a sua importância, etc.; o ano de descoberta e caso for impossível o nome do arqueólogo interessado.

Para os bens situados em zonas sujeitas a catástrofes naturais (tremores de terra, deslocação de terras, inundações, etc.) fornecer todos os elementos pertinentes: por exemplo, no caso dum bem situado numa zona sísmica, dar os detalhes sobre todas as actividades sísmicas, os cálculos e as análises sísmicos, etc.

Para um bem natural convém dar as informações seguintes:

— História natural do sítio;

— Modificações introduzidas pelo homem ao bem natural no presente e no passado, incluindo informações sobre a população e os agrupamentos humanos instalados no sítio natural;

— História do bem natural como unidade de conservação.

d) Bibliografia.

Deve-se enumerar à parte todas as publicações que contém referências importantes ao bem interessado e que serviram de fonte a elaboração dos documentos.

Para além da identificação é necessário informar do «estado de preservação/de conservação»

que inclui:

a) Diagnóstico:

Compreende a descrição do estado presente do bem. Se este está ameaçado por um perigo eminente ou eventual, dar os detalhes.

b) agente responsável pela preservação e o/ou conservação

Deve-se dar o nome e endereço do(s) organismos responsáveis pela preservação e/ou conservação e informar se são distintos dos organismos responsáveis pela sua administração.

c) História da preservação ou da conservação

Deve-se dar os detalhes acerca dos trabalhos de preservação ou de conservação feitos sobre o bem e dos trabalhos ainda necessários.

d) Meios de preservação ou de conservação

Convém dar informações sobre a legislação e as políticas presentes ou previstas que estabelecem o bem como unidade de conservação, os meios técnicos de que se dispõe, o quadro institucional no qual se inscreve a gestão do bem, assim como as fontes financeiras disponíveis para a sua preservação ou conservação.

e) Planos de gestão

Dar os detalhes sobre os planos locais, regionais ou nacionais existentes (arranjo urbanístico, reforma agrária, etc.) que são de interesse para o bem, as consequências que poderão advir sobre o bem.

Com mais esta informação terminamos o nosso artigo de hoje e prometemos continuar no próximo número.

J. J.

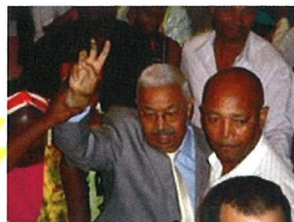
Annexe 11 : Journal *Liberal*, 26 janvier 2006

26 Jan, 10:40h

Presidenciais 2006

PEDRO PIRES PROMETEU LEVAR FOGO E O VULCÃO A PATRIMÓNIO NATURAL DA HUMANIDADE

Pedro Pires, em pré-campanha em Djar Fogo, prometeu que se for reeleito Presidente da República irá propor a sua ilha natal e o seu vulcão a Património Natural da Humanidade e São Filipe, com os seus sobrados, a património cultural nacional. Relacionando a sua campanha com a recente vitória do PAICV nas legislativas, Pires saudou o triunfo de José Maria Neves, dizendo que o povo de Cabo Verde decidiu bem, ao reconduzi-lo no Governo do País



São Filipe, 26 Janeiro— Pedro Pires, em pré-campanha em Djar Fogo, prometeu que se for reeleito Presidente da República irá propor a sua ilha natal e o seu vulcão a Património Natural da Humanidade e São Filipe, com os seus sobrados, a património cultural nacional. Relacionando a sua campanha com a recente vitória do PAICV nas legislativas, Pires saudou o triunfo de José Maria Neves, dizendo que o povo de Cabo Verde decidiu bem, ao reconduzi-lo no Governo do País.

Apresentando-se como candidato preocupado com valores como lealdade e dignidade, Pedro Pires defendeu que a ilha do Fogo deve explorar as suas potencialidades no turismo e na agricultura.

O candidato Pedro Pires iniciou a sua campanha com uma ronda pelas ilhas do Fogo e da Brava. Na cidade de São Filipe reuniu algumas centenas de pessoas num comício onde expôs os seus propósitos.

<http://liberal.sapo.cv/index.asp?IdEdicao=50&idSeccao=482&id=7156&Action=noticia>

Annexe 12 : Lettre ouverte au maire de São Filipe, Fausto ROSÁRIO, 19 avril 2006

Carta Aberta Ao Presidente da Câmara de São Filipe:

Considerando a época e as regras de uma boa redacção, deveria, senhor presidente, começar por desejar-lhe “um bom Sanfilipe” ao qual acrescentaria os votos de uma boa saúde e sucessos na vida familiar e profissional. Não o faço, porém: primeiro, porque detesto a paródia oportunista e de ostentação em que se tornou a festa - sendo a sua intervenção messiânica na noite de trinta de Abril a maior evidência, pelo não desejaria este ridículo nem ao pior dos meus inimigos; segundo, porque a sua vida familiar não me interessa; terceiro, porque o seu desempenho e o vergonhoso crime que vem cometendo contra o património histórico da cidade de São Filipe exigem que se grite “basta, Eugénio!”, antes que o vulcão expluda perante tanta ignomínia e tanta vontade de destruir.

Evidentemente que o senhor, na sua forma perversa e maniqueísta de interpretar a vontade popular, aliada, diga-se de passagem, a outras não tanto populares, que o elegeu, não escutará este “basta”, acreditando que, na qualidade de “eleito do povo”, tudo sabe e tudo pode e, desta arte, as ideias e realizações que forem (eu)genialmente surgindo da sua cabeça, nada mais são do que o querer do povo que, como dizia Zeca Afonso, “é quem mais ordena”. E assim, senhor presidente, temos a “democracia de um homem só” que não dialoga, que não questiona, que tudo sabe, que tudo faz, sempre guiado pelo espírito santo da “vontade do povo” que o torna infalível. Não duvido que tal tese é inédita, valiosa e relevante para a consolidação do processo democrático, pelo que ficarei á espera que, um dia, escreva, conferencie e elucide os muitos ignorantes que, como este humilde escriba, ainda não compreenderam a complexidade desta verdade, para si, tão evidente.

Mas, senhor presidente, do alto desta minha ignorância, permita que denuncie o vergonhoso crime por si perpetrado ao descaracterizar totalmente a Praça do Presidio, transformando o que antes era um espaço triangular com simetria perfeita entre as suas diversas componentes, numa bizarra jaula, sem estética e sem lógica e de total anacronismo, aonde se pode ver o pôr-do-sol aos quadrados e quebrar a cabeça a pensar porque é que os canteiros apontam para um lado e a fonte para outra, para que servirão os dois mausoléus colocados nas suas extremidades ou como conciliar o pedestal e busto de Serpa Pinto, dos inícios do século passado, com o piso sintético e, a tudo isso, continuar a chamar “zona histórica da cidade”? No ano da morte de Teixeira de Sousa, ele que fez tantas e tão belíssimas descrições deste espaço - será que já leu alguma, senhor presidente? - o senhor prestou-lhe uma não menos bela homenagem, destruindo o que a sua sensibilidade de escritor tentou preservar para as novas gerações. Já agora, senhor presidente, não teria sido melhor se, se tivesse optado por um recalcatamento e decoração nos moldes da calçada portuguesa, pelo reforço dos muros de protecção, revitalização das espécies vegetais, mantendo-se a função social da praça como espaço de circulação, convívio, descanso e lazer durante todo o ano, e não de efêmera sala de baile por cinco dias?

Aliás, senhor presidente, não menos criminoso é o arame farpado que limita o largo do Presidio e o busto de péssima qualidade homenageando Pedro Cardoso; penso que em mais nenhuma cidade do mundo se teve esta ideia (eu)genial de honrar o seu poeta maior com delimitação de tal espécie.

“The criminal always comes back to the place” - diz Sherlock Holmes. O senhor ainda fez melhor: não só voltou ao lugar como, encantado com a sua obra, decidiu repeti-la na “Praça João Pais”, em pleno centro histórico da cidade, à frente do edifício da Câmara a que preside, talvez porque do seu gabinete poderá deliciar-se em contemplar a sua (eu)genial obra. No ano da morte de Teixeira de Sousa que melhor homenagem senão a destruição de um dos espaços de localização de um dos seus mais emblemáticos contos: por acaso já leu “O Encontro”, senhor presidente? Mas não seria melhor, o senhor que tudo pode e faz, fazer ressuscitar o malogrado escritor e pedir-lhe que refaça a trama na qual os personagens não se apresentarão armados de varapaus, mas sim com espingardas e pistolas de raio laser e o Administrador (o senhor evidentemente) se dirigirá ao povo por meio de um potente equipamento de som a partir do coreto iluminado a néon? Mas senhor presidente, melhor não teria sido se, se tivesse optado pelo recalcatamento e outras intervenções que preservassem a traça original e toda a história que este espaço nobre comporta? É que está a ver, senhor

presidente, os sobrados são do século passado, a igreja e toda a trama arquitectónica também; ou será que vai mandar baixar uma ordem para que todos sejam "modernizados", segundo os cânones do "mamarracho" do senhor "Djédjé de Tutu" ou de outras construções recentes, por si autorizadas, em pleno centro histórico: varandas em betão e portas de alumínio?

"Encostou-se à balaustrada do Alto de São Pedro..."- conhece, senhor presidente? Duvido, pois se assim fosse, não mexeria numa pedra do Alto de São Pedro que não fosse para preservar. O coreto por si erigido e aonde se poderá sentar, dando largas à sua importância que nem Odorico Paraguassu, no dia maior da festa de São Filipe, não tem enquadramento pois é estranho ao contexto que ditou a criação do espaço em referência: imagine uma visita de estudo dos alunos do Liceu, no âmbito do estudo do conto "Na corte de el-rei, D. Pedro" (sim senhor presidente, é de Teixeira de Sousa): - bem, meus alunos, têm razão: este coreto e aquela coisa que "ninguém- sabe- o- que- é", encostada ao sobrado do republicano Agnelo Henriques, não pertencem à época descrita por Teixeira de Sousa e tão-pouco a nenhum outro momento relativo às convulsões sociais que abalaram a cidade; são intervenções de um outro D. Pedro que quis entrar à força na História: o presidente da Câmara de São Filipe, Eugénio Miranda Veiga. Mas o senhor não ficaria melhor na História se tivesse optado pela total recuperação do espaço e, quiçá, da casa que pertenceu (ou, pelo menos, viveu) a Armand Montrond?

Criminosamente, senhor presidente, foram (estão a ser...) destruídos (por si) três dos mais representativos espaços desta cidade nobre que um dia se sonhou poder vir a ser Património Mundial. E por falar nisso, não menos estranho e espantoso, é o silêncio do IIPC e das outras autoridades (leia-se Ministro da Cultura, Deputados e, inclusive o Presidente da República) sobre tais crimes. Se ainda não tiveram conhecimento, é grave porque significa que não estão a trabalhar e não zelam devidamente pelo que é pertença de todos os caboverdianos... Se tiveram conhecimento, então, ainda é mais grave, posto que se transformam em cúmplices de um crime hediondo perpetrado sobretudo contra as novas gerações que têm direito ao conhecimento da sua história, da sua cultura e à construção da sua identidade. Se um dia alguém, à semelhança de Leão Lopes, pretender adaptar para o cinema qualquer obra relativa à cidade de São Filipe, terá sérias dificuldades em encontrar um espaço histórico que faça jus ao nome, sem colidir com as aberrações que agora foram introduzidas. Mas senhor, presidente, Cobom, Xaguate, Achada São Filipe, Belchês, e Congresso, todas zonas de expansão da cidade, todas totalmente despidas de zonas de lazer e convivência, não têm direito a ter a sua praça e outros equipamentos sociais?

Disse-me alguém serem tais obras (crimes) reveladoras da sua vontade em se recandidatar a um quinto mandato. Não merecemos tal (des)honra. Por nós já fez muito, transformando São Filipe num autêntico "pajigal", cumprindo assim a sua inócua promessa eleitoral de melhor "integração campo- cidade". A sua capacidade e genialidade merecem um espaço em que poderá ser melhor visto e apreciado. Faça as devidas negociações no interior do seu partido e candidate-se por... Cidade Velha!... Imagine o que não poderia fazer para apressar a elevação à categoria de património Mundial: A Fortaleza, a Sé Catedral, o Pelourinho todos atapetados com piso sintético; as ruínas do Seminário forte "modernizadas e alargadas" de modo a poderem receber mais gente por ocasião dos festivais do PBS e outros; um coreto iluminado a néon e, o máximo senhor presidente, uma estátua sua com quinze metros de altura (réplicas menores serão colocadas no Presídio, na Praça João Pais - que passará a ter o seu nome, e no Alto de São Pedro, todas como consequência de um movimento "espontâneo" de cidadãos expressando a não menos espontânea vontade popular) idênticas às muitas que existiam na terra natal de Vlad Tepes - a Roménia onde estudou, e hoje, felizmente, apeadas e votadas ao total esquecimento.

Sanfibia, 19 de Abril de 2006

(des) Respeitosamente,

Fausto Amarílio do Rosário

Annexe 13 : Réponse publique du maire de São Filipe à la lettre ouverte

CÂMARA DE S. FELIPE AMEAÇA COM CADEIA AUTOR DE CARTA ABERTA CONTRA OBRAS FEITAS NA CIDADE

26 Abr,21:56h

S. Felipe, 26 Abril - Reparos, sob a forma de carta-aberta, de um residente (Fausto Rosário) em S. Felipe sobre obras havidas naquela cidade, que na opinião manifestada, disformam e adulteram o património monumental, merecem agora **resposta por parte da Câmara Municipal da** cidade da ilha do Fogo. O director do Gabinete do presidente da Câmara de S. Felipe, divulga um despacho relativo a essa carta-aberta. É o seguinte o seu teor:



Eugénio Veiga,
presidente da Câmara

"Comunicar que, lamentavelmente, aqueles que menos ou mesmo não contribuem para o progresso são os que "choram" quando notam realizações. O autor deve fazer a retrospectiva da vida de quando era todo poderoso nesta Ilha, e ter a coragem de dizer o que foi, é e possivelmente continuará a ser, para além de leitura, recitação e transcrição de contos de outrem e provavelmente os seus crimes que, talvez não sejam poucos e tenham outra natureza, possam vir a ser julgados em Instâncias próprias e com pena efectiva. Neste quadro, em vez de contemplar o opor do sol através dos quadrados da vedação metálica do Presídio, passaria a ver o nascer e o opor de sol no espaço que lhe parece ser mais adequado.

In Journal *A semana*, 26 avril 2006, Praia, Cap-Vert.

Annexe 14 : Des citoyens enchainés sur la Place de São Filipe, avril 2006

Em defesa do património histórico da cidade de S. Filipe

TRÊS CIDADÃOS ACORRENTADOS NA PRAÇA DE S. FILIPE

Três cidadãos acorrentaram-se na praça defronte ao edifício dos Paços do Concelho de S. Filipe, em protesto contra obras realizadas pela Câmara Municipal, que acusam de “estar a descaracterizar o património arquitectónico da cidade”. Se a moda pega, não haverá correntes nem cadeados que cheguem para “mostrar indignação”, tantos são aos atentados ao património que por aí se vêem

S. Filipe, 28 Abril - Três cidadãos encontraram uma forma original de protesto na cidade de S. Filipe, ilha do Fogo: acorrentaram-se na praça defronte ao edifício dos Paços do Concelho, em protesto contra obras realizadas pela Câmara Municipal. Consideram que se está “a descaracterizar o património arquitectónico da cidade”. Os três indivíduos - um empresário local, uma cidadã alemã com interesses em São Filipe, na área da restauração, e uma professora liceal - acorrentaram-se, prendendo-se depois a cadeado contra a vedação colocada recentemente na referida praça.

Em declarações à RCV, Agnelo Vieira de Andrade, um dos protagonistas, disse que “os protestos que levamos a cabo visam denunciar alterações ocorridas recentemente na fisionomia da cidade e que a estão a denegrir. As coisas têm de ser projectadas, planeadas e não podem estar a depender apenas da vontade e do autoritarismo de uma única pessoa”. Os “acorrentados” reclamam ainda a necessidade de legislação que “defenda o legado patrimonial e histórico da cidade de São Filipe” e advertem que o Instituto de Investigação do Património e Cultural (IIPC) já foi avisado da situação prevalecente no Fogo.

Esta semana, quando falava no programa “Quarta à Noite”, da Rádio de Cabo Verde, o edil de São Filipe falou sobre as obras levadas a cabo na cidade e que têm sido alvo de contestação, tendo dito que as mesmas se enquadram num projecto de requalificação de toda a parte histórica da cidade, “com o propósito de se preservar o passado e dignificando o presente”.

Se a moda pega, com os atentados ao património histórico de Cabo Verde a ser destruído um pouco por toda a parte, não haverá correntes que cheguem para tanta “indignação”.

ES

Journal A Semana, 28 abril 2006, Praia, Cap-Vert

Revista "Ponto & Vírgula"
N° 17 1987 p. 53-56
Lopes Leão, MASSA F. e J. M.

Maria Chaves —
O Sobrado de «Ilhéu de Contenda» de
Teixeira de Sousa,
Suporte de um projecto cultural
na Ilha do Fogo

A proposta surgiu dos professores da Universidade de Rennes — França, Jean Michel Massa e François Massa, quando em Abril de 86 e com o romance de Teixeira de Sousa na mão, descobriam Fogo a partir da Igreja de S. Filipe.

No seu itinerário foram descobrindo os sobrados do romance, os personagens e seus espaços cénicos, até Maria Chaves o sobrado de Ilhéu de Contenda, cerne de toda a acção nos anos cinquenta do romance de T. de Sousa.

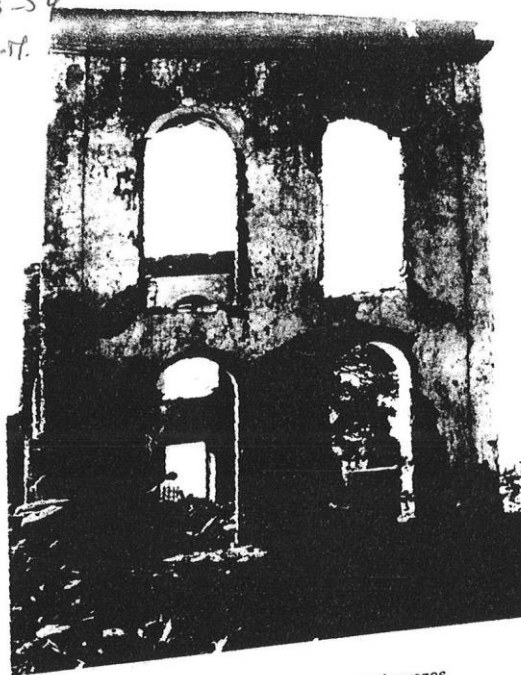
O Sr. Aquino acompanhava-os. O sobrado era já sem tecto, sem vigas mas ainda com frescos nas paredes olhando para o mar e representando cenas de caça e veados. A estrutura de pedra mantinha-se. As telhas (numerosas) estavam arrumadas num canto do pátio.

A primeira ideia surgiu: reabilitar um marco histórico-literário da ilha, a partir de um trabalho de restauro de Maria Chaves e transportar o romance de Teixeira de Sousa para um outro plano de vivência cultural.

A ideia foi esplanada para o Ministério de Desenvolvimento Rural (proprietário de Maria Chaves) através do Ministro João Pereira Silva. Estávamos em pleno simpósio Claridade em Novembro de 86. João Pereira Silva espontaneamente grato à ideia, pôs à disposição o sobrado. O primeiro grande passo estava dado, haveria que se mexer para outros: financiamentos, mais aderentes ao projecto, etc.

Teixeira de Sousa aderiu de imediato, o Secretariado Administrativo do Fogo também.

Novembro de 87, nova investida. Visita dos citados professores, entusiasmo do Secretariado Administrativo do Fogo e o sobrado Maria Chaves fomos encontrá-lo debilitadíssimo. Não resistiu às agruras



do tempo nem às urgências sem tempo que às vezes os homens têm para se salvarem a si mesmos nas suas referências culturais, minimizando o sofrimento e o desgaste dos seus marcos patrimoniais.

Maria Chaves era já e apenas a imponência caquética de bocados de parede a emergirem sobre montões de pedra. É agora a história dos sobrados a quererem desaparecer da nossa memória, como que numa tentativa de iludir a história de todos nós, as células desta sociedade ainda não em ruínas.

Maria Chaves denuncia-nos: Eis-me aqui, eu um pedaço da vossa carne, apodrecendo, eu um testemunho do vosso passado ainda cheio de oportunidades no presente. Eis-me aqui de vez, acusando a vossa consciência que é ainda a minha. Não me apaguem da vossa memória como quem passa uma borracha por um pedaço da sua história escrita a lápis!

Reunimos com o Secretariado Administrativo do Fogo. Sempre entusiasmado com o projecto,

divulgação

juntos delineamos acções e retivemos palavras-chaves respondendo ao apelo de Maria Chaves:

- Eco - Museu
- Canteiro de Juventude
- Reabilitação do Artesanato Local
- Circuito turístico - literário.

Acções imediatas:

- Consolidar o que resta das paredes. Arrumar as pedras.
- Recolha de documentação visual, escrita e oral sobre o sobrado.
- Edição de uma brochura sobre a Ilha do Fogo (princípios de 1989) com o objectivo de angariar fundos e de divulgar o projecto.
- Acções a médio prazo:
- Artesanato - Reabilitação do artesanato local, ocupando as dependências do pátio com Ateliers: cestaria, tecelagem, culinária, doçaria, chás.
- Agricultura:
- Reposição na zona limítrofe de algodoeiro, cajueiro, maracujá;
- Plantação de espécies em extinção;

- Turismo

Pequena hospedagem.

Turismo como complemento cultural e não como finalidade. Culinária tradicional. Circuitos de Turismo nacional e internacional. Circuitos pedestres e montados. Canteiro de Juventude (nacional e internacional). Intercâmbio cultural e Ensino.

- Cultura

Teatro e música no pátio

Reconstrução do edifício principal.

- Museu (dentro do espírito do conceito do Movimento Internacional de Nova Museologia)

- Reedição do romance «Ilhéu de Contenda» de Teixeira de Sousa.

Objectivos gerais:

- Desenvolvimento cultural e económico da zona e de outros recursos humanos
- Protecção da natureza
- Ensino e respeito aos valores do património cultural da ilha
- Convivência com o meio
- Intercâmbio linguístico. Ensino recíproco.

Expondo assim o projecto, pensamos ter dado uma ideia global do Projecto Maria Chaves cuja realização estará a cargo do S. A. do Fogo e para o qual conta-se já com o apoio do MDR, Direcção-Geral do Património, Direcção-Geral do Turismo, Cooperação Caboverdiana, Cooperação Francesa, Universidade de Rennes (J. M. Massa e Françoise Massa), Atelier Mar (L. Lopes), Teixeira de Sousa e outras entidades oficiais e particulares.

- Maria Chaves, um projecto que parte do passado para se perspectivar no presente da cultura caboverdiana; um projecto dinâmico que visa a defesa do património cultural como motor de desenvolvimento.

L. LOPES
J. M. MASSA
F. MASSA



Ainda o Sobrado

Gilda Barbosa

Vou continuar a minha filosofia barata sobre o tema iniciado no número anterior.

É bom que no nosso mundo haja escritores e escrevedores, filósofos e filosofadores, investigadores e procuradores, e assim por diante.

A monotonia do viver quotidiano será menor e conseguiremos oferecer algo de variado, para que o público possa pensar, ler ou até divertir-se.

Acredito muito na sabedoria popular, no conhecimento que é transmitido de pais para filhos ou de geração para geração, enfim de tudo o que tem um sabor mais vivencial, carregado de humanidade e simplicidade.

Acabei o escrito anterior com uma questão interpelativa e parece-me essencial a definição clara do conteúdo do que se pretende, sobretudo no campo da cultura.

Se observarmos hoje o conjunto das que eram casas assobradadas, temos uma triste visão e contam-se a dedo aquelas que ainda podem ser consideradas minimamente iguais às originais, fazendo parte de algum património centenário.

A cidade de S. Filipe, parte histórica (?), vai perdendo as suas características e assistimos a verdadeiros assassínios de prédios, estruturas arquitectónicas e dos muitos «largos», que sempre contribuíram para a agradável harmonia desta cidade.

Entidades privadas e oficiais são os autores desta morte lenta.

Enfim, vai tudo ao sabor dos ventos!

São as contradições da vida!

Gostaria de ter ideias mais claras sobre o que oíço.

Volto a bater na mesma tecla: o que é que se quer dizer concretamente quando se fala nos sobrados do Fogo, na parte histórica de S. Filipe, etc., etc.?

É o sobrado em si que interessa ou é toda uma história passada, cujos elementos não são apenas a casa material, mas as pessoas, os factos, as lendas e tradições?

Da minha parte, excluo o que chamo «invenções», que tomaram corpo logo no início de 1974-75 e continuam a povoar a cabeça de muito boa gente.

A cultura, a história, a identidade de um povo, constroem-se na verdade, sem misturas nem complexos já mais que ultrapassados.

Não havendo um esclarecimento por quem de direito, entramos numa santa indefinição e não conseguimos andar com os pés na terra.

Ninguém pode colaborar num projecto que não conhece.

Qual é o futuro que se quer dar à cidade de S. Filipe?

O que é que se considera património?

Quais são os elementos que determinam o querer considerar algo como património?

Qual é o plano concreto que se tem em mente?

Enfim, poderia prosseguir na lista de perguntas, o que não interessa, pois mais vale uma de cada vez do que muitas sem resposta.

Cada um pode realizar o que pretende, individualmente ou em pequenos grupos, mas é mais útil e interessante conhecer os planos concretos do País, para que não se faça uma manta de retalhos, sem a unidade na diversidade das cores e dos tecidos usados.

Mesmo sem conseguir abarcar todo o conteúdo dos discursos sobre os sobrados, seguirei o caminho inicialmente traçado e partilharei o que sei e vou descobrindo sobre as casas antigas e as suas gentes.

Fica para o próximo número: As ruínas de S. Filipe.

Terra Nova N° 262

Julho 98

AS RUÍNAS-DE S. FILIPE

Gilda Barbosa

A lembrança de criança e a beleza dessas ruínas, que ainda retinho na memória, estão na origem da escolha deste sobrado, para dar início à série prometida.

Retomando o que há tempos escrevi sobre a árvore genealógica, um dos mais recentes portugueses que entraram na família foi o capitão Amaro Monteiro de Rebelo, vindo de Portugal, nos finais do século XVII ou princípio do XVIII.

O capitão Amaro, conhecido depois por «nhô Amaro bedjo», casou no Fogo com Maria das Donas, morgada e descendente dos morgados Pires de Barros.

Pela certidão, um tanto deteriorada e pouco legível, o filho mais velho desse casal, António Barbosa Aranha terá casado com a morgada Isabel Correia Tavares, no ano de 1750, 53, 60 ou 63.

Tendo o primeiro neto, Francisco José do Sacramento Monteiro, nascido em 1780, a lógica levava-nos a considerar como mais provável a data de 1750 ou, quando muito, 1753, como a do casamento dos avós.

Foi esta linha descendente que deu origem aos «morgados Monteiro», que eram muito bons para todos os que os serviam e trabalhavam nas terras: escravos e homens livres.

Temos de pensar dentro do contexto da escravatura, a maior mancha da humanidade, que vigorava na época. Mesmo assim, havia os que tratavam bem esses seres humanos e os que eram mais incorrectos no contacto com os mesmos.

O primeiro morgadio dos Pires de Barros era enorme; foi-se subdividindo e, posteriormente, outras junções se deram.

Não há muitos dados escritos que permitam certezas e aos documentos existentes temos de juntar a tradição oral de pais para filhos e uma certa lógica comparativa.

A primeira moradia dos morgados Monteiro, no campo, foi a Casa Velha, que deu o nome à localidade onde se encontrava, relativamente perto de S. Lourenço.

Quando e por quem foi construída, é uma pergunta a que não posso dar resposta e desaparece-

ram já todos os vestígios da casa.

O certo é que foi dos morgados descendentes dos Pires de Barros e serviu de moradia do campo até o morgado bem conhecido, Francisco José do Sacramento Monteiro, filho de Amaro Monteiro de Rebelo («nhô Amaro nobu») e de Maria Dornalha de Andrade.

Na vila de S. Filipe, a casa dos morgados ficava na zona onde está hoje a Câmara Municipal. Era uma casa de primeiro piso, cujo quintal ocupava uma grande superfície que, a Leste, ia até o paredão do alto de S. Pedro.

Francisco José do Sacramento Monteiro, nasceu em 1780, casou em 1811 e morreu viúvo em 1857. Foi o primeiro a introduzir o nome Sacramento, que depois passou a figurar como apelido.

Exerceu as funções de Capitão-mór da ilha e foi o administrador da capela (ver o significado no Dicionário) de Pico Pires.

Na vila de S. Filipe, esse meu tetravô que era muito bom mas tinha um temperamento especial, deixou a casa inicial porque não gostava do barulho das pessoas que passavam na rua, em frente às janelas e foi construir um enorme e magestoso sobrado do outro lado da ribeira de bocarron, na terra que lhe pertencia e no sítio que ainda hoje tem o nome de S. Filipe.

Conheci as ruínas que se levantavam naquele lugar, gigante solitário e magestoso, a mostrar um pouco o carácter de quem o construiu, nos princípios de 1800.

Em criança, nos anos 1940, iam brincar nas ruínas de S. Filipe, cujas paredes estavam em bom estado, assim como uma escadaria que dava acesso ao primeiro andar e o pátio em frente à casa. Já nada existia em madeira.

Foi o primeiro sobrado a desaparecer da história de S. Filipe, nos anos 1950, se não me enganar, depois dos herdeiros terem vendido à Câmara o terreno e as ruínas.

Assim morreram as ruínas de S. Filipe, o grande sobrado que deu mais vida à parte da povoação que ficava do outro lado.

Terra Nova
N° 263

Ag/8t 98

Ao Sabor dos Ventos

Casa Nhanhana

Ao continuar a falar sobre algumas das casas assobradadas de S. Filipe, em relação às quais tenho certos dados e ligações familiares, não se pense que é um mero saudosismo.

Há muito que a minha filosofia pessoal é: as pessoas morrem, quanto mais as casas e outras coisas simplesmente materiais.

O parente e saudoso amigo Miguel Alves elaborou uma brochura sobre S. Filipe e a sua evolução até à categoria de cidade.

Nessa brochura dá muitos elementos sobre as casas, começando pelas mais antigas, da «Bila Baxo», até chegar à «Bila Riba» e arredores.

A minha intenção não é a de repetir o que foi já escrito, mas, de forma simples, contar a história de algumas delas, indo mais longe no tempo e determinando os sucessivos donos.

Um povo, uma população, que esquece todo o passado ou só fala dele para desprezar, para fazer juízos de valor sem verdadeiro conhecimento das situações, acaba por não ser capaz de construir o presente, em vista a um futuro de maior desenvolvimento em todos os domínios. Portanto, cuidado!

Com a casa da «Nhanhana Nhô Padri», associo a que deu lugar à actual Casa Paroquial e a que está em frente desta.

A ver vamos como vai resuscitar a casa da Nhanhana, transformada em esqueleto há bem pouco tempo. O certo é que nunca terá o mesmo estilo e desapareceu para sempre o único telhado feito em telhas de madeira, a chamada telha inglesa.

A casa deve ter sido construída nas primeiras décadas de 1800, por Maria Josefa do Sacramento Monteiro, filha de Francisco do S.M., que casou com o primo direito, Amaro Monteiro Barbosa.

Amaro Monteiro Barbosa enviuvou muito cedo, tendo ido para o Sacerdócio; das duas filhas que teve o casal, uma morreu em pequena, ficando apenas a Ana Josefa Monteiro Barbosa (Nhanhana Nhô Padri), que foi «criada» (educada) em casa dos tios, Jerónimo do Sacramento Monteiro e Ana Maria Benedita Monteiro Barbosa.

Por heranças sucessivas,

S.M. para a filha, Ana Josefa M.B., seguindo-se Antónia Leonor do S.M. (prima direita) e Matilde Amélia de V.B.V. Oliveira (sobrinha neta e afilhada). Depois foi vendida ao Sr. João Pina, que, recentemente, também a vendeu.

Pela configuração da casa da Nhanhana e da que foi substituída pela Casa Paroquial, via-se que pertenciam a familiares próximos. Tinham uma porta que fazia ligação entre os dois quintais e havia um encaixe engraçado, mas que realmente só daria para família.

Esta segunda casa a que me refiro foi inicialmente de Isabel Barbosa Monteiro, tia de João Baptista Vieira de Vasconcelos, que era casado com Maria Fidalga do Sacramento Monteiro de Vasconcelos (Nhã Noquinha).

Conforme o testamento consultado, Isabel B.M. deixou a casa, em legado, a Maria Fidalga, que morreu depois do marido.

Por isso é que Miguel Alves fala no sobrado da Nhã Noquinha, que aí viveu até à morte, já neste século.

Os sucessivos habitantes da casa foram Isabel M.B., a sobrinha, Maria F. do S.M.V. — Nhã Noquinha, Leonor Beatriz Monteiro de V.N. Jordão — filha, e foi vendida à Paróquia há já bastante tempo.

A terceira de que quero falar é a que fica em frente, e pertencia inicialmente à Nhã Firmina, Maria Firmina Monteiro Barbosa de Vasconcelos, tendo passado, sucessivamente, por herança, para a filha, Maria Teresa Barbosa, depois, para seu primo irmão, Pedro do S.M. (Nhô Tita Montêro), que a deixou às irmãs, Antónia e Carolina do S.M., seguindo-se a sobrinha Berta M. de V. Gomes Barbosa até à filha, Gabriela Zita Barbosa, que a vendeu.

• Pelos documentos e outros dados encontrados, vemos que as casas assobradadas fizeram parte de uma época, talvez fins do século XVIII — princípios do XIX.

As primeiras construções, depois do povoamento eram de um só piso, o que, aliás, se compreende, numa altura em que era corrente o ataque dos piratas e de outros navegantes que passavam ao lado.

No próximo número tentaremos falar de mais uma casa ou de mais casas.

Terra Nova N° 264
Out 98

Ao Sabor dos Ventos

Recordando a Capela da Misericórdia

Gilda Barbosa

Esperando não estar a maçar os leitores do Terra Nova, continuo a minha digressão por algumas das casas mais antigas de S. Filipe, ainda que me seja bastante difícil conseguir dados seguros e fundamentados.

São «contagens», de geração em geração, sentados nos degraus da casa!

Vamos entrar nas casas que ficam nesta minha rua, a Judice Biker.

Antes, porém, penso que não será mau recordarmos alguns dados, para uma melhor compreensão dos textos.

Se for possível, duas fotografias complementarão o texto.

Na primeira, mais recente, vê-se ao fundo a casa da Nhanhã ainda como era inicialmente, com o telhado em madeira, os balcões e a varanda já sem cobertura. Ao lado, a casa paroquial, onde havia o sobrado da Nhã Noquinha e, em frente desta, separada pela travessa de S. João, a da Nhã Firmina.

Como se disse antes, o primeiro

andar, a seguir ao da Nha Firmina, é uma construção dos nossos dias e não do século XVIII.

A segunda fotografia, mais antiga, permite-nos ver a disposição dos largos e casas da cidade de S. Filipe, do lado do mar.

Em 1500 já se fala da Igreja matriz de S. Filipe, do lado Sul da ribeira de bocarrim, que se descortina na fotografia, o que nos leva à conclusão de que as moradias pequenas e de um só piso teriam começado desse lado.

Mas certamente haveria logo nos começos do povoamento quem habitasse do lado Norte, onde, no século XVI, havia já as capelas de S. João, no local onde construíram o actual mercado do peixe, a de S. Sebastião, no presídio e a de S. Pedro, no largo que tomou o mesmo nome, o alto de S. Pedro.

Em 1657, altura em que a Igreja matriz de S. Filipe foi reconstruída, após um grande saque, fala-se nas três capelas mencionadas, que foram consertadas e nelas celebra-

vam os ofícios divinos.

Não se fala da capela da Misericórdia, construída no largo da meia laranja, mas tudo leva a pensar que terá sido no século XVII.

As primeiras dependências do município foram feitas mais acima, para o Norte, em 1676. Espalhavam-se na zona pequenas casas de um só piso, mas nada consegui ver desenhado, que nos possa dar a ideia de como eram.

Na fotografia aérea, ainda se pode ver o espaço que ocupava a capela da Misericórdia, sobranceira à praia da fonte da vila, entre os dois blocos de casas, na direcção do Fortim Carlota (actual cadeia civil).

Infelizmente, nesse espaço, tiveram a triste ideia de construir umas casas pequenas de primeiro andar, que nada têm a ver com a arquitectura da cidade de S. Filipe.

Na altura tudo devia ser um grande largo, com as tais pequenas construções. À travessa hoje existente, que passa por trás da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, deu-se o nome de traves-

sa do largo da Misericórdia.

Os nomes de ruas, largos e travessas podem ser encontrados nos registos matriciais dos prédios urbanos e é pena que não sejam conservados, com a indicação correspondente, pois fazem parte da história desta cidade. Muitas outras ruas haverá para novos nomes.

Na visita ao Fogo do Bispo D. Patrício Xavier de Moura, em 1850, diz-se que encontrou a Igreja Paroquial da Vila em bom estado, embora fosse térrea. Este Bispo chegou a residir no Fogo.

À excepção da capela de S. Filipe, as de S. João, S. Pedro, S. Sebastião, Santa Luzia e S. Francisco estavam já demolidas. Logo, a Igreja paroquial de que se

fala é ainda a capela da Misericórdia.

Certidões de casamento de 1880 falam ainda da capela da Misericórdia, funcionando de Igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição.

Através de certidões posteriores, que ainda não consegui consultar no Arquivo Histórico, poder-se-á determinar o ano em que passou a funcionar a actual Igreja, construída nas últimas décadas de 1800.

A Capela da Misericórdia, cujas ruínas ainda existiam no início deste século, segundo informações dos mais antigos, parece ter sido destruída por um incêndio.

A introdução está feita e continuaremos no próximo número.



Terra Nova N° 265 Nov 98

	DESIGNAÇÃO ANTIGA	DESIGNAÇÃO ACTUAL	EXTENSÃO
1	Farolim.....	Farolim de São Pedro.....	Farolim do Posto Policial
2	Largo Dr. Diniz.....	Largo 24 de Setembro.....	Largo junto do Posto Policial
3	Rua Fortim Carlota.....	Rua de São Tomás e Príncipe.....	Rua da casa de N.ª Filhinha, (parte que dá para o mar)
4	Caminho da Fonte da Vila.....	Caminho da Fonte da Vila.....	Casa de Nhoná, lado oeste, que vai para a Fonte da Vila
5	Rua Pedro Escobar.....	Rua Moçambique.....	Rua da casa de N.ª Filhinha Frank, para leste
6	Largo Cristiano Monteiro.....	Largo Justino Lopes.....	Largo do antigo mercado de peixe
7	Rua Poeta Pedro Monteiro Cardoso.....	Rua Poeta P. Monteiro Cardoso.....	Casa de Nhoná, parte frente
8	Largo Poeta Pedro Monteiro Cardoso.....	Largo Poeta Pedro Monteiro Cardoso.....	Largo onde está o balneário do presidio
9	Largo Serpa Pinto.....	Largo 5 de Julho.....	Largo do presidio
10	Rua da Esclava.....	Rua N.ª Kruma.....	Rua onde mora N.ª Tereza e vai até de N.ª Filhinha Avelino
11	Avenida Dr. Oliveira Salazar.....	Avenida Amílcar Cabral.....	Rua de ex-Administração do Concelho até Ponte de Trindade
12	Largo Governador Brigadeiro Lopes dos Santos.....	Largo Franz Fanon.....	Largo da Ponte de Trindade
13	Rua Candido dos Reis.....	Rua Ernestina Silas.....	Rua entre a Casa de N.ª Fimá e os Correios
14	Rua Manuel de Arringa.....	Rua Zimbábue.....	Rua da antiga Igreja Protestante até onde mora perrumana
15	Rua Dr. Julio de Azevedo.....	Rua da Liberdade.....	Rua do mercado, Barbosa & Barbosa até botiquim do Mário
16	Rua Comendador João Vieira de Vasconcelos.....	Rua Argélia.....	Casa João de Tocha, Zeca, N.ª Henriqueta até casa de Gomes
17	Rua Judic Biker.....	Rua Guerra Mendes.....	Câmara até casa de N.ª Martina
18	Rua do Município.....	Rua 25 de Abril.....	Parte da Casa de Rendall até porta da casa de N.ª Mariquinha de N.ª Ch
19	Estrada do Porto de N.ª Sr.ª de Encarnação.....	Rua Abel Djassi.....	Casa de N.ª Martina, Casa de Tadeu, estrada para o mercado de peixe até à estrada que vai para o campo de aviação hoje rua do povo
20	Praça João Paes.....	Praça 4 de Setembro (a).....	Praça da Câmara Municipal
21	Rua S.ª da Bandeira.....	Rua Heróis da Ilha do Como.....	Esquina leste da Câmara/Achado Fato
22	Rua Rui Barbosa.....	Rua 30 de Junho.....	Casa de Justina até garagem de Joãozinho de N.ª Padre
23	Rua de Alfândega.....	Rua Alfândega.....	Casa de N.ª Tuda, lado norte, casa de N.ª e casa de Pichichote
24	Rua "Os Lusitãos" o. Rua de Bilhar.....	Rua Jaime Mota.....	Casa de Horácio Pina Búdi, subindo pelo chafarizinho até casa de Nhoná de Marinho
25	Praceta Governador Sacramento Monteiro.....	Praceta da Independência.....	Praceta junto da ex-Administração do Concelho, hoje Tribuna de Povo
26	Largo da República.....	Largo Mártires de Padiguiti.....	Largo do Eduardo, João Lucio de Sousa e Geraldo
27	Rua Governador Filipe de Carvalho.....	Rua Domingos Ramo.....	Casa de N.ª Filhinha Avelino, lado norte, subindo até aguadilha
28	Largo 5 de Outubro.....	Largo 1 de Maio.....	Largo do Agnelo, Nelinho, Abílio Macedo e Protestante (lado oeste)
29	Largo Pato Moniz.....	Largo Che Guevara.....	Joãozinho de N.ª Padre, Augusto Bino, N.ª Nóná, N.ª Anibal, Nhoná Recebedor
30	Rua América.....	Rua Somália.....	Casa Nhangó e casa Tola
31	Rua de Albuquerque.....	Rua Eduardo Mondlane.....	Casa de Isaac até Câmara Municipal
32	Rua Carlos de Vasconcelos.....	Rua Namíbia.....	Antigo Bar (lado Sul) e Alberto Galvão
33	Rua do Corvo.....	Rua Angola.....	Rua do portão de Tuntum e Ernesto Alves, lado do paredão
34	Rua Ivens.....	Rua do Município.....	Loja do Ernesto Alves, armazém, e casa de Tito de Nhoná de Dade 1970 norte

	DESIGNAÇÃO ANTIGA	DESIGNAÇÃO ACTUAL	EXTENSÃO
35	Largo Dr. Alvaro Henriques.....	Largo Patrice Lumumba.....	Frente da casa de António Henriques
36	Rua do Capelo.....	Rua Unidade Africana.....	Casa de Tadeu Barbosa até casa de Filipe
37	Rua Tenente Valadim.....	Rua 16 de Dezembro.....	Rua de TACV, N.ª Natercia, João Brito seguindo até rua Abel Djassi
38	Rua Guerra Junqueiro.....	Rua Senegal.....	Rua da casa de Djédjé de Nhontone (frente)
39	Rua Teófilo Braga.....	Rua Konakri.....	Rua Luísa N.ª Preta e portão da casa de Djédjé de Nhontone
40	Rua Luis de Camões.....	Rua Unidade Guiné-Verde.....	Casa de Filipe, Mário Vieira Barbosa, Nhoná de Chape Joãozinho Fátó e Vitalina
41	Rua João M. Macedo.....	Rua Guiné Bissau.....	Casa Mário Oficial até casa de Souzinho
42	Rua Sousa Macedo.....	Rua Camilo Cienfuegos.....	Lado norte casa de António Henriques até casa de Rui de Martina
43	Rua Caminho do norte.....	Rua Príncipe Chiment.....	Da cruz dos Passos até casa de Jesuino
44	Praceta João de Figueiredo.....	Praceta 12 de Setembro.....	Praceta junto da porta de frente do depósito de Aguadilha
45	RUA "L".....	Rua Pansa.....	Esquina da casa de Elvira Pencho até Avenida Amílcar Cabral
46	Largo Comandante João Belo.....	Largo 19 de Setembro.....	Largo da Cruz dos Passos
47	Rua "P".....	Rua William du Bois.....	Da esquina da casa de Nhó Dandem até casa de António Rosário
48	Estrada de Sul.....	Rua do Povo.....	Da esquina da loja de Tchina Branco até ponte de S. João Luís
49	Estrada de Santa Filomena.....	Rua Mártires de Angola.....	Da esquina da casa de Fifi, subindo a estrada de Santa Filomena
50	Via de acesso ao campo de Futebol.....	Rua do Desporto.....	Da esquina da casa de N.ª Domingos até o campo de Futebol

Ao Sabor do Vinte

O Nosso Quarteirão

Gilda Barbosa

Para terminar a conversa sobre as casas antigas do quarteirão que era dos familiares do Nhô Bino (T.N. de Dezembro-98), falo hoje da parte de trás das mesmas, que dão para a rua C.B. de Vasconcelos.

Inicialmente, as casas ocupavam espaços que iam de uma rua à outra, onde tinham, normalmente, a entrada do quintal.

Desse lado, conheci sempre o primeiro piso do Armazém e dois primeiros andares, feitos de forma a não estragar o todo da casa. A maior parte tinha dois quintais e algumas dependências destinadas aos trabalhos caseiros e da lavoura.

Na visão actual e desconhecendo a vida dessa altura, parece um mau aproveitamento do espaço urbano, que poderia servir para novas moradias.

O certo é que é esse tipo de construção que constitui a parte antiga, que se quer conservar, pelo menos teoricamente.

Algo pode ser mudado, respondendo à exigência do aumento da população mas nunca estragando o que já existe.

Cada vez mais temos uma cidade descaracterizada e cinzenta, devido às coberturas em betão armado e ao facto de muitas construções se manterem inacabadas

por vários anos.

Poderia dar inúmeros exemplos, mas ficarei com a que está mais perto e de algum modo me envolve e me lesa.

No T.N. de Janeiro, o escrito dizia respeito às casas do Nhô Djédje, habitando eu na parte mais alta, única que continuou na família descendente.

O próprio tinha já mandado construir uma casa assobradada, com a fachada para a rua de trás, quando uma das filhas estava para casar. Foi substituída por uma outra, com um telhado esquisito, tendo perdido as características iniciais.

A casa ocupou parte do espaço do quintal da que foi de Nhá Fina de Chica grande, antes de passar para o Nhô Djédje.

Nos finais de 1980, a casa onde estou necessitava de obras no madeiramento da varanda interior, bem como na parede do quintal, com o seu grande portão de madeira a pedir substituição.

De acordo com a restante família, a solução seria de vender a parte de trás e tentar «aguentar» a da frente. É preciso que se diga que a conservação destas casas antigas gasta muito. Actualmente, com o preço alto do material e as

fracas posses dos donos, é preciso fazer muita ginástica.

Infelizmente, ainda com a minha ingenuidade, acabei por a vender a pessoa errada, embora outra me desse mais dinheiro. E isto, apenas porque me deixei levar pelas convicções da interessada que pensava num projecto simples e que não afectaria o aspecto global da casa antiga.

O espaço restante era grande e mais do que suficiente para a casa assobradada e pessoas que a habitariam. Enganei-me redondamente pois afinal era tudo um artifício de cálculo para conseguir a prioridade na compra barata do terreno.

Infelizmente, alguns dos emigrantes partiram do local de origem sem terem tido oportunidades para interiorizar os verdadeiros valores. Desde que ganhem um dinheiro, este é que passa a ser o fio condutor de tudo o que fazem na vida.

Desaparecem a nobreza de sentimentos, o compromisso moral, a honestidade de consciência, o sentido dos outros e da justiça social, etc., etc.

Vim residir no Fogo em 95 e, passando a conhecer melhor a família que entraria no quarteirão, tentou-se recuperar o terreno, oferecendo três vezes mais do que o valor da compra (ofertal), mas já era tarde.

So depois de eu ter vindo, é que começou a telenovela da construção, que vai ainda pelo meio. E eu ia subindo a parede do meu quintal.

Como sempre, documento o escrito com as fotografias da parte da frente e da que dá para o interior da casa onde habito. Elas falam por si.

Termino, dizendo: «Pachenchinha Nhor' Dés!»

tal, para não ser devassada.

Nesta altura, vejo da varanda interior um monstro construído sem respeito pelos vizinhos e formas de qualquer obra que dê para outras casas.

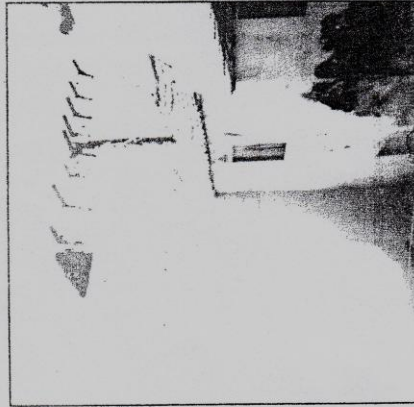
A culpa maior é das autoridades que aprovam projectos deste tipo, que estragam o aspecto da zona mais antiga, não existindo a fiscalização necessária.

É pena que não se possa atribuir o cartão vermelho do futebol aos que infringem as regras do jogo social.

Resta a consolação do cartão (em) branco, mas só pode ser atribuído na última partida do campeonato!

Como sempre, documento o escrito com as fotografias da parte da frente e da que dá para o interior da casa onde habito. Elas falam por si.

Termino, dizendo: «Pachenchinha Nhor' Dés!»



Terra Nova N° 269 Março 99

Annexe 21 : www.fogo.cv, 10 février 2010

Portal da Ilha do Fogo

São Filipe: cidade esquecida pelos próprios habitantes

Enviado por JF
15-Jul-2008

O dia do nascimento, baptizado, casamento de uma pessoa ou de ocorrência de um acontecimento que traga a felicidade, ou mesmo de uma tragédia ou catástrofe, é sempre recordado e celebrado com maior ou menor emoção e júbilo consoante a sua dimensão e importância histórica.

Como não existe regra sem excepção, infelizmente esta prática não se aplica em relação a São Filipe, cuja data da sua elevação à categoria de Cidade, **12 de Julho de 1922**, tem passado sistematicamente despercebida por todos - sobretudo por aqueles que tem o dever e a obrigação de promover e divulgar eventos desta natureza -, as autoridades locais.

Todas as cidades de Cabo Verde assinalam o dia da sua ascensão a esta categoria. Assomada e Porto Novo, só para citar as mais recentes, são exemplos disso.

São Filipe, apesar dos seus 86 anos de vida como Cidade, apenas uma vez a data foi celebrada por uma entidade privada (empresa Djar’Fogo), que apesar da nobreza da iniciativa não contou com a colaboração das autoridades municipais, facto que teria desencorajado o promotor de prosseguir com iniciativas semelhantes.

São Filipe, o núcleo populacional mais antigo de Cabo Verde, depois da Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago), pela sua história, merecia muito mais das autoridades, e, neste caso, nada melhor que celebrar com dignidade a data da sua ascensão a cidade.

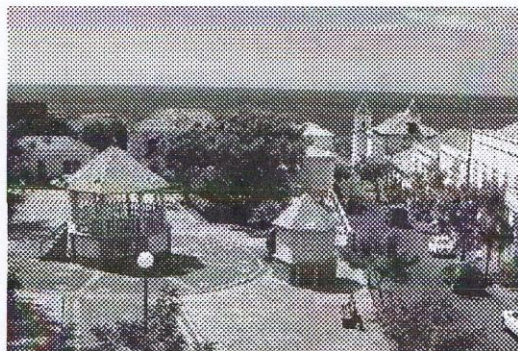
Como forma de não deixar passar em branco a data, muitos cidadãos defendem e propõe que o dia do município de São Filipe, comemorado a Primeiro de Maio, seja transferido para o dia 12 de Julho.

Há dois anos, a Câmara propôs à Assembleia Municipal novos feriados municipais, entre eles o 10 de Agosto (São Lourenço), 8 de Dezembro (Nossa Senhora da Conceição), padroeiros das duas freguesias e tolerância de ponto para datas como 18 de Maio (Salinas) e 5 de Agosto (Nossa Senhora do Socorro), ignorando pura e simplesmente o 12 de Julho, uma data histórica que, sem desprimor para as outras, devia afigurar-se na linha da frente.

Refira-se, que a elevação da então Vila de São Filipe à categoria de Cidade, contou na altura com influência política do cidadão Abílio de Macedo, uma figurar ainda referenciada na ilha.

Proprietário gasta 10 mil contos para recuperar valor-histórico

Escrito por AB
01-Jul-2009



Um dos sobrados mais emblemáticos da cidade de São Filipe, na ilha do Fogo está em obras de restauro, avaliadas em cerca de 10 mil contos.

As obras que arrancaram nesta semana serão realizadas por fases, uma vez que o custo total será assumido integralmente pelo seu proprietário. " O único apoio conseguido foi a isenção do pagamento da licença da construção à Câmara Municipal", disse.

O sobrado, segundo dados históricos, terá sido construído provavelmente pela família Medina, em finais da primeira metade do século XIX (entre 1820 a 1850) e passou pelas mãos de vários proprietários até ser adquirido nos anos 70, pela família Barbosa Vicente.

O restauro deste sobrado e de outros que proliferam pelo centro histórico da cidade de São Filipe é uma necessidade que se impõe dado o estado avançado da degradação de muitos deles.

O esforço de recuperação dos mesmos tem sido notório. Recentemente, foram restaurados também os da "família Macedo" (adquirido por um casal cabo-verdiano-dinamarquês), os de "Nha Martina" (propriedade de uma cabo-verdiana), e os de Francisco do Sacramento Monteiro "Nho Francisquinho", actual museu municipal, que além de embelezar a cidade, valorizam um dos maiores patrimónios arquitectónicos e culturais de São Filipe.

O Instituto da Investigação do Património Cultural, IIPC, que restaurou a Igreja Matriz de São Filipe, mostrou interesse em delinear uma intervenção de fundo para a recuperação, no futuro, do conjunto do centro histórico da Cidade de São Filipe.

www.fogo.cv

imprimé le 01/02/10

Annexe 23 : www.fogo.cv, 21 août 2009

Um dos sobrados de São Filipe poderá transformar-se em Academia de Música

Escrito por AB

21-Ago-2009

Graças às acções e iniciativas do músico alemão, Markus Leukel, os jovens do Fogo vão disponibilizar de uma academia de música, que vai situar no centro histórico da cidade, mais precisamente num dos sobrados do casal Alemão/Cabo-verdiano, Peter e Cármen Pfaumann, ainda no decorrer deste ano.

O músico que vai dar oportunidade aos jovens fogueenses, pretende também editar os ritmos tradicionais das bandeiras da ilha do Fogo em livro e CD.

O projecto que envolve restauração e apetrechamento do edifício, dentro de um período de quatro meses, conta com o apoio da Escola Secundária "Dr. Teixeira de Sousa" e de várias personalidades da ilha.

O elevado número de jovens interessados na aprendizagem de um instrumento musical e a inexistência de escolas de músicas na Ilha do Fogo, justificam a criação do projecto e garantem a sua viabilidade, de acordo com o promotor alemão. "Trata-se de um projecto diferente dos outros, por dar ênfase total às necessidades da juventude, que precisa de incentivos e possibilidades para aprender a tocar um instrumento musical", disse o músico, anotando que a escola contará com salas especialmente criadas para que os alunos possam praticar.

Desde guitarra, baixo, teclados, violão, bateria, percussão, entre outros instrumentos, os jovens vão ter acesso as aulas, incluindo também o programa de ensino de todos os estilos tradicionais da música de Cabo Verde e importantes estilos estrangeiros, leccionados por músicos da Ilha do Fogo e de outras ilhas.

O próprio promotor da iniciativa ensinará bateria e percussão com destaque para os ritmos tradicionais de Cabo Verde.

A digressão efectuada por um grupo de intérpretes dos ritmos tradicionais das bandeiras da Ilha do Fogo a Alemanha e Áustria serviu também para sensibilizar e mobilizar parcerias e meios financeiros para pôr de pé a academia de música.

imprimé le 01/02/2010

www.fogo.cv

População de São Felipe insatisfeita com a adulteração de um dos Sobrados do Fogo

Escrito por AB

13-Out-2009

O restauro e reabilitação da antiga "Casa Dade", uma das mais emblemáticas casas comerciais situada na parte cima da cidade São Filipe, está a dar muito que falar entre os foguenses que circulam diariamente nas proximidades do edifício, apesar da obra ter sido licenciada e autorizada pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Câmara Municipal.

De acordo com a Agência Inforpress, com as obras de restauro, o edifício foi alterado e transformado, abancando que mesmo os técnicos em matéria de construção civil e de arquitectura não ficam indiferentes a esta opção técnica que descaracterizou quase na totalidade o antigo edifício, e com a permissão das autoridades.

Algumas pessoas sugerem inclusive ao Gabinete de Apoio Técnico que colocasse, a título experimental, na pracinha Dade, um livro para reclamações, sugestões e comentários das pessoas que diariamente circulam nas redondezas do edifício para ter a noção do estrago provocado ao património arquitectónico da cidade dos sobrados com o restauro da "Casa Dade".

O restauro do património arquitectónico da cidade de São Filipe, o núcleo populacional mais antigo de Cabo Verde, depois da Ribeira Grande de Santiago, "Cidade Velha", é conhecida como a Cidade dos sobrados devido a "proliferação" de construção de edifícios de dois andares, erguidos no velho estilo colonial, considerados um verdadeiro património cultural da ilha do Fogo e de Cabo Verde, não pressupõe a sua adulteração.

Contrariamente ao restauro de um dos mais belos e emblemáticos sobrados da parte alta da Cidade de São Filipe, "Bila Riba", cujos traços arquitectónicos convidam a todos para uma visita, separado por menos de 50 metros, o de "Casa Dade" não respeitou, nem de longe nem de perto, aquilo que está estatuído no Plano Urbanístico da Cidade produzido por uma equipa técnica especializada Espanhola no ano de 1992.

Depois de requalificados e restaurados alguns sobrados do Centro Histórico, nas redondezas da Igreja Matriz de São Filipe, como o de "Nha Martina", construído, provavelmente, entre 1890 e 1900 e o de Francisco do Sacramento Monteiro "Nho Francisquinho", actual museu, construído entre 1880 e 1890, foram recuperados recentemente os da "família Macedo", construído entre 1880/83, o de Nho Agnelo (actual hotel Savana) e o de Orlando Barbosa (em curso), todos respeitando as regras definidas no quadro do Plano Urbanístico de São Filipe.

Além da Casa Dade outros erros crassos foram cometidos no passado recente e que contribuíram para descaracterizar o património arquitectónico da cidade. Uma cidade que aspirar ser património arquitectónico não pode permitir de forma "cúmplice que tais actos possam acontecer impunemente".

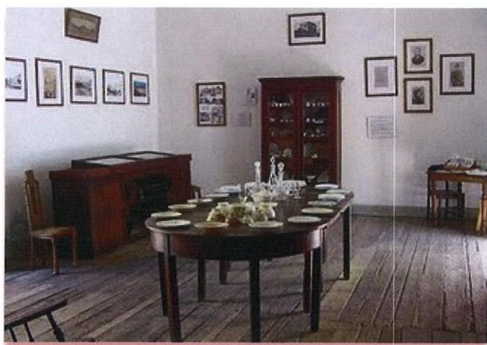
O restauro da "Casa Dade" é apenas um exemplo de muitos outros que adulteraram de forma expressiva o património arquitectónica da cidade de São Filipe.

www.fogo.cv

imprimé le 01.02.2010

Annexe 25 : <http://odiaquepassa.blogspot.com>

S.Filipe: histórias do quotidiano



Uma iniciativa de preservação que salta à vista de quem visita a ilha do Fogo, é a **Casa da Memória da cidadã Suíça Monique Widmer** que escolheu a cidade para viver.

Casa da Memória, o canto etnográfico da ilha, situa-se na parte histórica da cidade e é uma antiga casa de habitação e, depois, casa comercial, que serviu, nos anos 60, para projectar filmes, funcionando assim como o primeiro cinema ao ar livre do Fogo. Desde a sua **restauração, em 2001**, a Casa da Memória tornou-se num **museu incontornável que acolhe em permanência uma exposição etnográfica dos diferentes aspectos da cultura e da história da Ilha do Fogo.**

Ultimamente a casa recebeu um novo espólio (uma biblioteca) com raridades que atravessam séculos, diferentes géneros de publicações e alguns discos. Obras que dormiam há décadas no Sobrado de João Monteiro de Macedo, a mais emblemática e bonita casa da cidade.

Source : http://odiaquepassa.blogspot.com/2009_07_01_archive.html

Imprimé le 09/05/10



Guia para o investimento em Cabo Verde

> Desenvolvimento económico cria oportunidades de investimento

Cabo Verde é um pequeno paraíso insular. Com 10 ilhas, heterogêneas e ricas – umas em recursos naturais, todas em simpatia e generosidade cultural do seu povo –, o arquipélago é, além disso, uma promessa em concretização em matéria de negócios. Em termos económicos, o crescimento alcançado deverá permitir a Cabo Verde promover o seu estatuto de "país menos avançado" para "país de desenvolvimento médio", estando em marcha um esforço diplomático para que a União Europeia reconheça a Cabo Verde um estatuto especial, semelhante ao das regiões ultraperiféricas. A verdade é que a estabilidade política e económica deste país africano permitiram que o escudo cabo verdiano,

a moeda oficial, esteja agora indexado ao euro. Além disso, as contas públicas de Cabo Verde cumpriam as metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) europeu.

Portugal apoia expressamente Cabo Verde junto da União Europeia, no projecto de atribuição de um estatuto especial. Estes são dois países com relações históricas muito fortes e que ainda muito recentemente subscreveram um programa anual de cooperação, bem como um acordo que

liberaliza o transporte aéreo entre os dois países. Esta proximidade faz com que Portugal seja, já hoje, um dos principais parceiros comerciais de Cabo Verde e que tenha origem no país europeu grande parte do investimento estrangeiro no arquipélago africano. Outro parceiro primordial é a Espanha, verificando-se uma relação muito intensa com as Canárias, cuja proximidade geográfica ajuda a explicar a situação.

As dunas do Morro de Areia na ilha da Boa-Vista. Foto: Artur Ferreira/África Imagens

Queremos que Cabo Verde seja um país moderno e competitivo

> Entrevista ao primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves

Liderou há poucos meses uma remodelação do Governo, em que extinguiu e criou alguns Ministérios e secretarias de Estado. Quais são agora os seus objectivos e prioridades?

Queremos que Cabo Verde seja um país moderno e competitivo e estamos a implementar a reestruturação do sector dos transportes aéreos e marítimos. Queremos transformar Cabo Verde num interface de passageiros e de cargas, um "gateway" para África. Queremos desenvolver rapidamente o sector das comunicações e das novas tecnologias e queremos ter um desenvolvimento forte do turismo e de tudo o que diga respeito ao mar: água, pesca, indústrias, energia e todos os recursos, de modo a que Cabo Verde seja dentro de poucos anos moderno e capaz de concorrer no mercado global. Temos que implementar uma estratégia para fortalecer este processo em todos os sectores, como o turismo e a indústria visando a exportação. Para conseguir todos estes objectivos, temos de garantir as infra-estruturas, como aeroportos, portos, estradas, electricidade, água e saneamento em todas as ilhas do país. Nos próximos três anos, vamos ter três aeroportos internacionais, na Praia, Boa Vista e São Vicente. Estamos também a desenvolver planos directores para a modernização dos portos de Praia, Porto Novo em Santo Antão, Palmeira no Sal e Porto Grande em São Vicente. Temos um grande projecto para construir uma rede de auto-estradas em todo o território nacional. Além disso, faremos um forte esforço na electrificação de todo o país e no desenvolvimento de programas na área do meio ambiente, saneamento, águas, agricultura e pescas. É fundamental introduzir uma forte dinâmica para consolidar a economia real e para desenvolver o sector empresarial cabo-verdiano e atrair mais investimento externo.

Para empresas portuguesas e espanholas potencialmente investidoras em Cabo Verde, que zonas e projectos específicos realça?

Temos projectos de infra-estruturas, estradas, aeroportos, portos, saneamento, etc. São projectos básicos, fundamentais e prioritários.

Temos também projectos de turismo, que podemos implementar rapidamente, como infra-estruturas e redes de hotéis. Além disso, procuramos fortes investimentos na área de indústria para a exportação.

Para Espanha, deve haver um interesse importante no turismo. Vamos criar uma sociedade para o desenvolvimento turístico do Sal e Boa Vista. As empresas espanholas e portuguesas poderão facilmente contribuir em Cabo Verde na área das infra-estruturas. Por exemplo, estabelecendo parcerias com empresas cabo-verdianas, para a mobilização de financiamento para a construção de infra-estruturas amplas. Vamos fazer investimentos importantes dentro de quatro a cinco anos e estes investimentos podem ser de elevado interesse para as empresas espanholas e portuguesas. Em consórcio com empresas cabo-verdianas ou em parceria com o seu próprio Estado, essas empresas poderão desenvolver programas para mobilização de recursos financeiros e para o financiamento. Nestas infra-estruturas e construções de infra-estruturas poderão entrar e financiar os projectos que seriam executados em consórcio entre empresas espanholas e cabo-verdianas ou portuguesas e cabo-verdianas, espanholas, portuguesas e o Estado de Cabo Verde. E isto é também aplicável ao domínio do turismo. Há muitas possibilidades de financiamento e de desenvolvimento de projectos na área de transporte aéreo e marítimo, e nas novas tecnologias.



Primeiro Ministro, José Maria Neves

Assim, estas são as áreas que neste momento requerem fortes investimentos, privados, públicos e público-privados...

Que outros sectores poderão fomentar as relações entre a Península Ibérica e Cabo Verde?

Outra prioridade para Cabo Verde que pode interessar ao "mundo ibérico" e ao espaço da Macaronésia é uma universidade em Cabo Verde. E o desenvolvimento desta iniciativa poderá envolver a participação das universidades e de professores de Espanha e de Portugal. Outra área possível é o desenvolvimento da formação profissional. Escolas de hotelaria e turismo, por exemplo, ou outras de formação profissional, poderão ser factores importantes desta estratégia. Há um conjunto de aspectos importantes que podem ser analisados.

Um país em desenvolvimento

> Razões para investir em Cabo Verde



Edifício da Cabo Verde Telecom, Cidade da Praia | Igreja da Vila de Ribeira Brava, em São Nicolau. Fotos: Artur Ferreira/África Imagens

Localizado 500 quilómetros a oeste do continente africano, o arquipélago de Cabo Verde é composto por 10 ilhas e cinco ilhotas de origem vulcânica, com a capital na Cidade da Praia. Os seus principais recursos naturais são o sal, peixe, calcário e pozzuolana (cinza vulcânica silícia usada para produzir porcelana). A economia, que tem crescido continuamente nos últimos anos (o PIB cresceu 5% em 2003, num ritmo que se vem mantendo desde o início dos anos 90), é alimentada sobretudo pelo sector dos serviços (69,9%), seguido pela indústria (21,4%) e agricultura (8,7%). Os principais produtos agrícolas são amendoim, banana, batata doce, café, cana-de-açúcar, feijão e milho.

Este é um país muito aberto ao estrangeiro, tendo como principais parceiros comerciais Portugal, Estados Unidos, Espanha, Brasil e Guiné-Bissau. E grande parte do investimento privado que se verifica hoje em Cabo Verde tem já origem no estrangeiro, facto que é encorajado pelo Governo local.

Razões para investir

Há um conjunto de razões que tornam Cabo Verde um país muito atractivo para o investimento. Primeiro, surge a estabilidade política e económica. Depois, a situação geográfica privilegiada (está equidistante do Norte da América e do Sul de África, a meio caminho entre a América do Sul e a Europa Central, sendo servido por carreiras marítimas e aéreas regulares). Além disso, vários acordos comerciais, bilaterais e multilaterais asseguram o acesso preferencial a determinados mercados (da União Europeia, da CEDEAO, dos Estados Unidos, Canadá e AGOA). Há disponibilidade de mão-de-obra, que é muito receptiva à formação profissional, e que tem um nível de produtividade acima da média. Finalmente, há um conjunto de incentivos ao investimento externo,

que incluem a disponibilidade de dois parques industriais infra-estruturados, aeroportos e portos internacionais de boa capacidade, tecnologias de comunicação e de informação eficientes, disponibilidade de serviços de abastecimento de água, energia, reparação naval e de processamento e armazenamento de peixe.

Quadro legal moderno

O Governo de Cabo Verde anunciou para este ano a redução dos impostos sobre os lucros das empresas e a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado, que suprime um grande número de impostos. Esta reforma fiscal contempla, ainda, a racionalização e simplificação da tributação aduaneira: "Os direitos de importação terão uma estrutura de sete níveis com taxa máxima de 50%, que compara com os 64 níveis existentes e que apresentam uma taxa máxima de 250%. Serão eliminados os emolumentos gerais, a taxa especial de armazenagem e o imposto de selo nas Alfândegas", explica o Ministério das Finanças. Além disso, "o novo sistema de gestão aduaneira permite a ligação 'on-line' com os despachantes, transitários e transportadores, a Banca e outros serviços, o que confere maior celeridade no despacho das mercadorias."

Esta reforma vem consolidar o quadro legislativo vigente. Segundo o advogado João Fialho, sócio da Miranda, Correia, Amendoim & Associados (sociedade sediada em Portugal que tem fortes ligações a países africanos de língua oficial portuguesa, entre os quais Cabo Verde), o arquipélago "tem uma legislação a todos os níveis muito sofisticada, mesmo comparando com os padrões europeus, quer em termos das soluções encontradas, quer do ponto de vista técnico." Além disso, garante João Fialho, "essa legislação está assente num sistema judicial eficaz, que funciona bem." O advogado conclui: "Em ter-

República de Cabo Verde

Língua oficial	Português
Língua falada	Criolo
Capital	Praia (Ilha de Santiago)
Superfície Total	4.033 km ²
População	483.000 (2003)
Densidade demográfica	110,1 hab/km ²
População urbana	53%
Religião predominante	Católica (98% da população)
Índice de alfabetização	71,6% da população
Índice de esperança de vida	70 anos (homens) 72 anos (mulheres)
Moeda nacional	Escudo caboverdiano (ECV)
Taxa de inflação	1,2% (2003), 1% (2004, previsão)
Índice de desemprego	17,4%
Investimento estrangeiro	39 milhões de dólares (2003)
Principal origem da IDE (Investimento Directo Estrangeiro)	Espanha, Itália e Portugal
Número de linhas telefónicas	70.000 (2003)
Número de telefones móveis	50.000 (2003)

mos legislativos, Cabo Verde está no 'top' africano".

Para o Investimento Directo Estrangeiro, estão previstos vários incentivos fiscais, como a isenção de tributação dos dividendos e lucros distribuídos ao investidor externo durante cinco anos e/ou sempre que reinvestidos. Mas há mais isenções de tributação (sobre amortizações e juros, por exemplo) e prevê-se a estabilização do regime geral, com uma taxa de imposto sobre os lucros de 10% após o sexto ano de actividade.

Esta legislação é relativamente recente (tem 11 anos) e prevê dois regimes para o investimento externo, com a criação de um regime contratual para projectos considerados de importância excepcional para Cabo Verde, onde é possível negociar condições específicas, como vantagens fiscais, aduaneiras ou cambiais.

Cabo Verde tem ainda uma zona comercial para empresas francas, criada em 1998, nomeadamente para empresas que produzem bens ou prestam serviços exclusivamente destinados à exportação ou a venda a outras empresas francas em Cabo Verde.

Como investir: "one stop shop"

A Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos e de Exportação é a nova entidade, criada este ano pelo Governo cabo-verdiano, para substituir a Promex. E esta é a entidade por excelência para intermediar relações com investidores estrangeiros, assumindo o conceito de "one stop shop": o investidor estrangeiro terá que lidar apenas com esta entidade para iniciar o processo de instalação neste país africano. O processo é simples, claro e célere. No caso das solicitações para adquirir o estatuto de empresa em Zona Franca, "os projectos demoram 30 dias a serem apreciados e os prazos são de facto cumpridos", realça o advogado João Fialho. <



A cidade de Santa Maria, na Ilha do Sal, é a mais frequentada por turistas. Foto: Artur Ferreira/África Imagens

Mais e melhor turismo

> Plano estratégico reposiciona desenvolvimento do sector



Mergulhadores em Santa Maria. Foto: Artur Ferreira/África Imagens

Criar uma imagem de marca forte é um dos objectivos do governo de Cabo Verde. E nada melhor do que aproveitar os recursos naturais, a geografia, a vivacidade dos seus habitantes. O clima ameno, a diversidade de paisagens, de praias de areias brancas, a montes e vales verdejantes, associados à ausência de conflitos políticos e étnicos ou religiosos, apontam para o turismo como um dos principais sectores em que vale a pena apostar.

Segundo a Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos e de Exportação, de 1994 a 2003, o investimento externo neste sector atingiu cerca de 460 milhões de dólares (377 milhões de euros ao câmbio actual) e, no ano passado, o turismo contribuiu para mais de 10% do Produto Interno Bruto.

O Governo de Cabo Verde elaborou o Plano Estratégico do Desenvolvimento Turístico, considerado um dos maiores trunfos do país em termos de estratégia no sector.

No que se refere à concretização de projectos, Boa Vista, juntamente com o Sal e São Vicente, são as ilhas com maior potencial para oferta turística e continuam a despertar o interesse de grandes operadores económicos, com disponibilidade para investir 1,6 mil milhões de euros, num período de 15 anos.

De acordo com a Agência de Promoção de Investimento e Exportação, no ano passado foram aprovados duas dezenas de projectos neste sector, que apontam para verbas estimadas em 34 milhões de euros. Os

empresários italianos constituem a grande fatia dos investidores na área turística, representando uma maioria de 52% no total dos sectores. Seguem-se os portugueses, com 16%, os alemães com 14%, os suecos com 8% e os espanhóis com 5%.

O Sal, enquanto destino preferencial dos investimentos turísticos, é a ilha com mais infra-estruturas do país. Entre os projectos de grande envergadura, destaca-se o "Riu Funaná", do grupo espanhol Riu Hotels. A unidade hoteleira de cinco estrelas, localizada na zona de Ponta Preta, está projectada para mil quartos e deverá estar concluída em 2005.

Na Boa Vista, está em marcha o empreendimento de capitais italianos "Areias de Chaves", com 300 quartos, bem como o projecto Euro-Turística, também de promotores italianos. Na ilha de Maio foi autorizada uma ampliação significativa do aldeamento turístico "Bela Vista" e, na cidade da Praia, o destaque vai para o "Praia Palace Hotel", unidade hoteleira de cinco estrelas pertencente a investidores das Canárias.

São Vicente está a ser alvo de investimento ibérico. O Hotel Executivo do Mindelo é detido por capitais espanhóis. Já os empresários portugueses estão representados na ilha com um projecto de um aldeamento turístico com 100 moradias e com um centro de actividades ligadas ao desporto.

Mas além dos portugueses e dos espanhóis, ou mesmo dos italianos, há investidores de muitas nacionalidades a analisar as oportunidades de Cabo Verde – e a investir. <

Transportes e infra-estruturas

> Investimento decidido em infra-estruturas e nas acessibilidades



Porto de São Vicente _ Foto: Artur Ferreira/Africa Imagens



Se o Turismo é o "produto final" que potencialmente mais dinamismo económico pode ter para o investimento externo, o crescimento sustentado e duradouro dessa indústria precisa e depende dos progressos alcançados noutros sectores. As grandes apostas concentram-se na modernização e construção de vias de acesso: **aeroportos, estradas e portos.**

Aeroportos

No ano passado, foram retomadas as obras do novo Aeroporto Internacional da Praia, já terminado e que será inaugurado em Novembro deste ano. Os estudos de viabilidade e transportes para os aeroportos da Boa Vista e de São Vicente ficaram concluídos em 2003, abrindo oportunidades de negócio para potenciais investidores. Actualmente, estão em curso as negociações para o financiamento destes projectos que, depois de concretizados, passarão a receber voos "charters", de médio curso, gerando um leque de possibilidades aos operadores turísticos e companhias de aviação.

De acordo com Manuel Inocêncio Sousa, este aeroporto vai melhorar o sistema de transportes, sobretudo na ligação do país ao exterior, permitindo o aproveitamento das oportunidades que se oferecem, tanto em matéria do turismo, como em matéria da prestação de serviços de transporte aéreo e marítimo, assim como uma maior ligação entre as ilhas.

Portos

A internacionalização do Porto da Praia e do Porto Grande são grandes metas a atingir por parte do Governo cabo-verdiano. O primeiro possui o maior tráfego do país e vai ser alvo de um processo de expansão, sustentado num "master plan" que vai até 2020, um investimento previsto que ultrapassa os 30 milhões de euros. "Contactámos algumas instituições, como o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Árabe de Desenvolvimento (BADEA) que mostraram abertura para co-financiar este projecto", conta Franklin Spencer, presidente do conselho de administração da ENAPOR (Empresa Nacional de Administração dos Portos).

O Programa de Modernização e Expansão das Infra-estruturas Portuárias prevê também a remodelação do Porto Grande, dado ser um ponto estratégico internacional de passagem de navios, e a modernização dos restantes. Tudo isto deverá ser gerido por investidores privados, dada a aprovação, por parte do Governo, da estratégia de privatização das operações portuárias, acelerando assim o processo de privatização da ENAPOR.

Estradas

O investimento em infra-estruturas rodoviárias é outro dos pontos fortes do Executivo, que investiu 25 milhões de dólares na construção de estradas, principalmente em zonas rurais, a partir de um financiamento obtido junto do Banco Mundial.

Actualmente, existe um grande número de projectos de construção ou de remodelação de auto-estradas, de alto interesse para os investidores estrangeiros, entre os quais se destacam a Circular da Praia, a recuperação da Circular do Fogo e a auto-estrada de Nossa Senhora do Monte Lomba (ver quadros anexos). <



BCA Empresas
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

**Uma nova forma
de fazer
Grandes Negócios**





BCA Empresas - Sede: Chã d'Areia - Cidade da Praia - República de Cabo Verde - Tel: (238) 60 85 50 - Fax: (238) 61 96 60 - E-mail: bca.empresas@bca.cv

ASA: aeroportos de futuro

> Caso de sucesso



Aeroporto da Ilha do Sal



A consolidar a construção e modernização do sistema aeroportuário de Cabo Verde está a ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, empresa responsável pela gestão e desenvolvimento da rede de aeroportos e aeródromos, bem como por uma importante região de informação de voo, a FIR Oceânica do Sal. Fundada em 1984, a empresa assume um papel cada vez mais importante, servindo de suporte às estratégias de desenvolvimento social e económico do arquipélago.

A ASA salienta que a indústria de transportes aéreos tem sido um dos motores de desenvolvimento da economia nacional. “Os aeroportos representam, desta forma, uma peça fundamental para o desenvolvimento de Cabo Verde e nós suportamos esse desenvolvimento”.

Duas décadas após a sua criação, a ASA atravessa uma fase ascendente que se caracteriza por uma firme e continuada aposta no desenvolvimento tecnológico e no apetrechamento dos seus recursos humanos com instrumentos de gestão compatíveis com os modelos existentes em países mais avançados, permitindo-lhes o acompanhamento e a adequação ao dinamismo e às

mudanças que se processam no sistema mundial dos transportes aéreos.

Suporte à modernização

No quadro da modernização das infra-estruturas aeroportuárias, está em curso a elaboração do plano nacional aeroportuário, em cooperação com a IATA – International Airline Transport Association para o estabelecimento de Planos Directores Aeroportuários (Airport Master Plans) nos aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, com maior notoriedade para os do Sal, Praia, São Vicente e Boa Vista, com vista à sua modernização e segurança. Para tal, a empresa, entre outras medidas, vai melhorar os meios de combate a incêndios, a prestação de socorro e salvamento e a gestão da plataforma.

Inovações

No sector da navegação, a ASA aposta fortemente na melhoria da qualidade do serviço, através da instalação de um moderno sistema de controlo de tráfego aéreo que contemplou novas infra-estruturas e equipamentos, baseados nos novos sistemas de comunicações, navegações e vigilância/gestão do Tráfego Aéreo da ICAO.

O chamado SISTASAL que foi operacionalizado no passado 15 de Abril, vai substituir o sistema convencional de controlo de tráfego aéreo da Região de Informação de Voo do Sal (FIR) e da Área Terminal (TMA), em operação desde 1980. É um sistema produzido pela Indra, empresa espanhola com uma vasta experiência neste domínio.

Em paralelo, decorre o projecto de cobertura radar da região de Cabo Verde, a partir de três ilhas (Sal, Santiago e Santo Antão), mas que cobre uma parte muito significativa da área de maior densidade de tráfego aéreo. Este é um projecto que contou com a colaboração empenhada da AENA, a empresa espanhola de Aeroportos e Navegação Aérea, congénere da ASA, no âmbito do Protocolo de Cooperação existente entre as duas empresas. A inauguração deste novo centro de controlo ficou marcada para 22 de Junho.

De acordo com Mário Paixão, presidente do conselho de administração da ASA, nenhuma destas realizações técnicas seria possível sem a componente humana e respectiva formação. O pessoal técnico e operacional da empresa recebeu formação e os controladores de tráfego aéreo receberam adicionalmente a formação radar na AENA, em Madrid, para obtenção das novas qualificações específicas do Radar.

**CAIXA
ECONÓMICA
DE CABO VERDE**

Créditos
Habitação; Pessoal; Tesouraria; Promoção Imobiliária; Investimento.

Aplicações
Depósitos à Ordem e a Prazo (moeda nacional e estrangeira);
Depósitos de Poupança; Conta Especial Emigrante;
Títulos do Tesouro.

para todos os momentos
www.caixaeconomica.cv

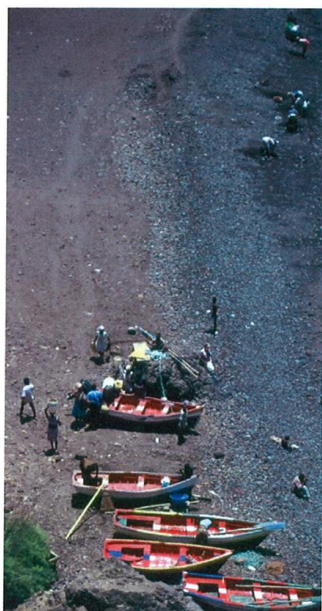
Operações com o estrangeiro
Câmbios, Transferências, Cheques Bancários, Créditos Documentários, Remessas Documentárias.

Meios de Pagamento
Cartão Redo Vini4; Ordens de Pagamento (rendas, água, luz, telefone, etc.); Travellers Cheques; Cartões de Crédito.

Tradição na Modernidade ao Serviço de Cabo Verde

Privatizações abrem oportunidades de negócio

Cabo Verde quer alargar a base de participação do sector privado no crescimento económico do país, tendo definido 2004 como um ano decisivo, com o lançamento e o aprofundamento, no quadro das reformas estruturais do país, de medidas de privatização e melhoria das capacidades de regulação económica. Segundo afirma o Governo, as privatizações podem ser um importante factor de desenvolvimento do sector privado, mas têm de ser acompanhadas "de reformas profundas nos domínios financeiro e da regulação económica".



Pescadores no Tarrafal, Ilha de Santiago
Foto: Artur Ferreira/África Imagens

Transporte aéreo

O transporte aéreo é estratégico para o turismo, uma prioridade nacional. A privatização da TACV acontece num contexto de liberalização gradual do sector, que deverá aumentar o número de companhias aéreas que operam voos de e para Cabo Verde, beneficiando do investimento público que está a ser feito em novos aeroportos internacionais e em infra-estruturas marítimo-portuárias (que facilitarão o transporte intermodal de passageiros e carga).

Saúde e sector farmacêutico

Está prevista a privatização da Inpharma (produção), que dispõe de 14 farmácias e 23 postos de venda. Na lista estão ainda dois hospitais centrais, três regionais, 18 centros de saúde, 21 postos de saúde, 91 unidades sanitárias de base e várias farmácias do Estado. Mas a "Joia" é a Emprofac (importação e distribuição), considerada pelo Ministério das Finanças como "rentável". A empresa facturou em 2002 perto de 7,8 milhões de euros e a sua alienação está prevista para 2005, depois da instalação da Agência de Regulação de Produtos Farmacêuticos e Alimentares.

Marítimo

A Enapor é responsável pela administração e operações portuárias, gerindo um activo de 32 milhões de euros e vendas de 12 milhões de euros. Ao todo, são nove portos sob gestão, sendo Praia e Mindelo os mais relevantes. Aliás, serão estes os dois portos visados na primeira fase de privatização, através de contrato de concessão. Na segunda fase serão abrangidos os pequenos portos por contrato de concessão ou gestão. O método escolhido prevê negociações directas com potenciais investidores, depois da pré-qualificação pelo envio de proposta técnica. O contrato de concessão será elaborado de acordo com a estratégia de privatização. O processo está já em marcha, com o lançamento de uma consultoria internacional, estando prevista a sua conclusão no primeiro semestre de 2005.

O mesmo calendário tem a privatização da Cabnave, empresa de reparação de navios de dimensão média. A companhia presta serviços de soldadura, reparação de cascos, pintura, reparação de tubagem, manutenção e reparação de máquinas, e electricidade. As oportunidades em torno desta operação são geradas não só pela presença da frota pesqueira espanhola na região mas também pelo "phase-out" dos subsídios da União Europeia aos estaleiros das Ilhas Canárias, de onde são originários os principais concorrentes da companhia. <

PROJECTOS DE LICITAÇÃO EM CABO VERDE

Expansão e acondicionamento do Porto da Praia

Aviso prévio de concurso (Ref.: CV 0021)

Sector: Construção e actividades relacionadas, infra-estruturas e obras públicas
Financiamento: Governo nacional
Data prevista de publicação do concurso: 2º semestre de 2004
Tipo contrato: Obras
Descrição: O Porto da cidade da Praia será objecto de obras de expansão que ultrapassem os 30 milhões de euros. Em Março, iniciam-se os estudos de viabilidade, razão pela qual se espera que no segundo semestre de 2004 seja lançado o concurso internacional para a execução das obras.
Mais informação: licitaciones@afrcainfomarket.org

Projecto Desenvolvimento e Competitividade

Aviso de concurso aberto (Ref.: WB1274-633/04)

Sector: Equipamento informático e técnico
Financiamento: Banco Mundial
Data limite de recepção de ofertas: 30 de Julho de 2004
Tipo contrato: Fornecimentos
Entidade adjudicatadora: Ministério da Justiça
Descrição: Fornecimento de equipamentos informáticos para o Ministério de Justiça da cidade da Praia.
Mais informação: licitaciones@afrcainfomarket.org

Apoio aos Sectores da Água, Saneamento e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

Aviso prévio de concurso (Ref.: EUR/119930/D/SV/CV)

Sector: Consultoria e assistência técnica, tratamento de águas, saneamento e resíduos.
Financiamento: União Europeia - FED
Data prevista de publicação do concurso: Junho 2004
Tipo contrato: Serviços
Entidade adjudicatadora: Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional
Descrição: Estudos Plano Director para o tratamento de resíduos sólidos urbanos (DSU) na Ilha de Santiago.
Mais informação: licitaciones@afrcainfomarket.org

Apoio aos Sectores da Água, Saneamento e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

Aviso prévio de concurso (Ref.: EUR/119932/D/SV/CV)

Sector: Consultoria e assistência técnica, tratamento de águas, saneamento e resíduos.
Financiamento: União Europeia - FED
Data prevista de publicação do concurso: Junho 2004
Tipo contrato: Serviços
Entidade adjudicatadora: Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional
Descrição: Estudos para a distribuição e saneamento de água em Mindelo.
Mais informação: licitaciones@afrcainfomarket.org

www.afrcainfomarket.org

Uma plataforma para Africa

AFRICA
infomarket.org

Empresas

Cooperação para o desenvolvimento

Cultura

PROJECTOS DE INVESTIMENTO
EM CABO VERDE

Circular da Praia

Construção, a partir do Novo Aeroporto da Praia, de 18 km de estrada circular na cidade da Praia.

Data de início: 2005

Data de conclusão: 2008

Valor do projecto: € 18.000.000

Instituição responsável: Ministério das

Infraestruturas e Transportes

Entidade: Direcção-Geral das Infraestruturas e Saneamento Básico

Auto-estrada de Nossa Senhora
do Monte Lomba

Reabilitação de 27 km de estrada incluindo melhoramento do piso, alargamento da faixa, correcção de curvas, introdução de passagens hidráulicas e tratamento de taludes.

Data de início: 2004

Data de conclusão: 2006

Valor do projecto: € 2.900.000

Instituição responsável: Ministério das

Infraestruturas e Transportes

Entidade: Direcção Geral das Infraestruturas e Saneamento Básico

Extensão da pista
do aeroporto de São Vicente

Extensão da pista actual até 2000 metros de comprimento, com 45 metros de largura. Extensão da iluminação; construção de mais uma via de circulação; extensão da área de estacionamento; construção de uma nova aerogare; construção da zona de combate a incêndio; construção de um terminal de carga.

Data de início: 2004

Data de conclusão: 2006

Valor do projecto: € 9.200.000

Instituição responsável: Ministério das

Infraestruturas e Transportes

Entidade: Direcção-Geral das Infraestruturas e Saneamento Básico / ASA, SA

Aumento da capacidade
de produção de água
dessalinizada no Sal

Expansão e modernização da capacidade de produção de água para consumo humano, através da instalação de um novo dessalinizador no Sal.

Data de início: 2005

Data de conclusão: Dezembro 2005

Valor do projecto: € 1.900.000

Instituição responsável: Ministério da

Economia, Crescimento e Competitividade

Entidade: Direcção Geral da Indústria e Energia/ELECTRA

Água e saneamento da Ilha Brava

Projecto a elaboração dos estudos, projecto de execução e "dossier" de concurso bem como a execução das obras de melhoria da rede de abastecimento e distribuição de água, rede de esgotos, estação de tratamento de esgotos e estação de tratamento de resíduos sólidos.

Data de início: 2005

Data de conclusão: 2006

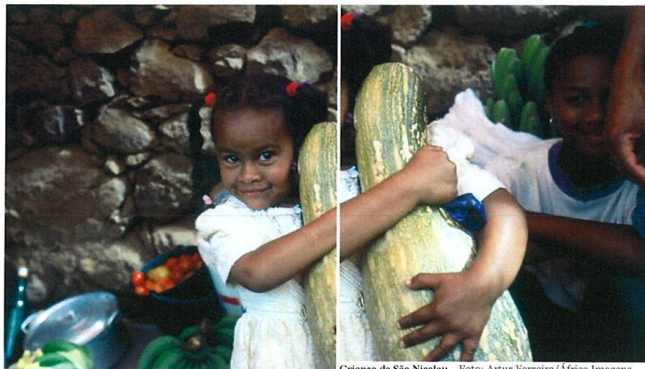
Valor do projecto: € 3.200.000

Instituição responsável: Ministério das

Infraestruturas e Transportes

Entidade: Direcção Geral das Infraestruturas e Saneamento Básico

Obs.: Este projecto faz parte do pacote submetido ao BADEA

Ritmo intenso
de cooperação

Criança de São Nicolau _ Foto: Artur Ferreira/África Imagens

A no da diplomacia.

Com o reforço da participação no sistema das Nações Unidas, Cabo Verde alcançou maior prestígio e visibilidade internacional. O país obteve a categoria 1 de aviação civil internacional, a inclusão na lista branca da Organização Marítima Internacional e o fim do embargo da União Europeia ao mercado de pesca internacional.

O ano de 2003, que foi chamado "o ano da diplomacia", ficou marcado pelo périplo do primeiro-ministro a vários países da Europa. Cabo Verde quer reforçar laços e criar novas âncoras para apoiar o seu processo de desenvolvimento. Relações privilegiadas com os Estados Unidos, parceria especial com a União Europeia, eventualmente sob a forma do estatuto de região ultraperiférica, uma forte aproximação às ilhas da Macaronésia, Canárias, Açores e Madeira, bem como uma forte cooperação com a China, favorecem o investimento externo.

Apoio ao estatuto especial

A visita, em Março passado, do Presidente da República de Portugal, Jorge Sampaio, a Cabo Verde, saldou-se por um rotundo sucesso. Um novo acordo aéreo e a assinatura do Plano de Cooperação entre os dois países, estiveram ao lado da festa das multidões e do ritmo do batuque.

Para o Presidente, a assinatura deste acordo era determinante para permitir aumentar o número de voos e baixar o custo das passagens entre Cabo Verde e Portugal, dando um novo impulso à colaboração dos dois países no domínio do turismo. Com a "liberalização" deste espaço, tal como Jorge Sampaio reforçou no seu discurso à Assembleia Nacional de Cabo Verde, "elimina-se um estrangulamento neste sector de importância vital para o desenvolvimento de Cabo Verde".

Portugal é o principal exportador para Cabo Verde, para onde vende mais do que para vários dos parceiros na União Europeia (143 milhões de euros em 2003).

Cabo Verde e a OMC
Na rota do Comércio Mundial

A alteração de estatuto de Cabo Verde pela Organização das Nações Unidas (ONU) de País Menos Desenvolvido para País de Desenvolvimento Médio e a aceitação da adesão do arquipélago africano à Organização Mundial do Comércio são sinais claros perante a comunidade internacional de que Cabo Verde está cada vez mais apto a entrar na rota da economia globalizada. Duas "conquistas" para as quais contribuíram a estabilidade económica e política do país, a paz social e uma administração eficaz. No entanto, a entrada de Cabo Verde para a OMC é também um enorme desafio para uma economia tão dependente do exterior e que passará a lidar com uma nova e mais exigente dinâmica competitiva que obrigará, entre outras questões, a um crescente desenvolvimento do país em matéria de Sociedade de Informação e a uma maior qualificação profissional da sua mão-de-obra.

Por parte da OMC foram também canalizados para o arquipélago cerca de 245 mil euros para o desenvolvimento de um projecto de qualificação comercial e para a instalação de uma unidade de apoio ao processo de adesão.

Para Jorge Sampaio, a política de cooperação portuguesa deve orientar-se em torno de quatro eixos estratégicos e prioritários: o reforço da estabilidade macroeconómica, no quadro do mencionado Acordo de Cooperação; o apoio à consolidação das instituições; a valorização dos recursos humanos, da cultura e do património histórico, e o desenvolvimento de infraestruturas e melhoria do sector empresarial.

Foi para o financiamento de projectos nestas áreas que foi assinado, durante a visita presidencial, o Plano de Cooperação entre ambos os países, o qual destinou para Cabo Verde 18 milhões de euros do orçamento português, ao abrigo do Programa de Indicativos de Cooperação que, entre 2002 e 2004, prevê a transferência de 50 milhões de euros. O acordo assinado em Março, dados os elogios feitos pelo Presidente português à estabilidade política do arquipélago, deu um sopro de optimismo adicional à festa de cinco dias onde a palavra "morabeza" ("hospitalidade", em crioulo) foi muitas vezes pronunciada. <

Canárias: o grande investidor



Papateiras na Ilha de São Nicolau
Foto: Artur Ferreira/África Imagens

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO: O MAIOR GRUPO FINANCEIRO

Com a privatização da Banca Comercial do Atlântico (BCA), Cabo Verde assistiu ao nascimento daquele que é hoje o maior grupo financeiro do país. Concluído em Dezembro de 2000, o processo resultou na aquisição de 52,2% do capital por parte do consórcio constituído pela Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico – o parceiro estratégico escolhido pelo governo cabo-verdiano. A segunda posição acionista é detida pela companhia de seguros Garantia (12,5%), seguida pelo Estado de Cabo Verde (10%). No entanto, a grande maioria das cerca de 600 acionistas da BCA é constituída por pequenos subscritores (20,6%) e trabalhadores da instituição (4,4%), que, numa segunda fase do processo, tiveram à disposição 25% do capital alienado pelo Estado de Cabo Verde.

Apostando numa forte dinâmica de relações com o mercado, o BCA tem vindo a disponibilizar uma série de serviços e de produtos que visam incrementar a sua posição nos mais variados segmentos, nomeadamente junto do público empresarial, emigrantes e estudantes universitários. Para tal, além de uma estratégia de "marketing" concertada que investe em protocolos, patrocínios nas áreas da cultura e do desporto e acções de solidariedade social, o BCA tem-se revelado também pioneiro ao nível da inovação e das novas tecnologias. Em Junho de 2003, a instituição inaugurou o primeiro "site" institucional do sector da banca, bem como o primeiro serviço de banca "online" da República de Cabo Verde.

Já em Junho de 2004, o banco inaugurou as novas instalações da sua sede em Chã de Areia, na cidade da Praia, que albergará as direcções centrais de três empresas do Grupo CGD: Banco Comercial do Atlântico, Companhia de Seguros "Garantia" e Sociedade de Capital de Risco "A Promotora".

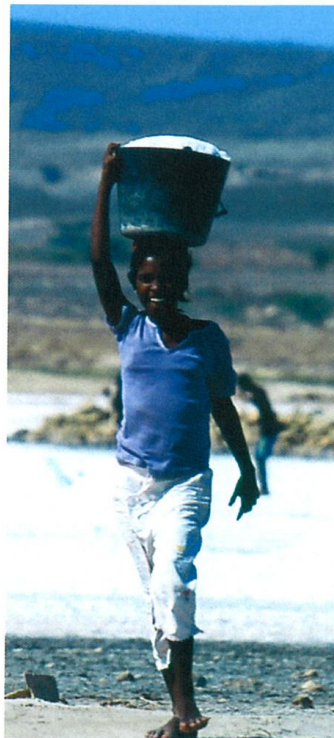
A penetração do BCA em Cabo Verde tem-se feito não só pela expansão geográfica mas também pela diversificação da oferta. É o caso do BCA Global Invest, um produto financeiro inovador direccionado para projectos empresariais de poupança ou investimento. Este produto apóia desde a análise ou desenho de um projecto empresarial, incluindo avaliação técnica e financeira, até à procura de parceiros e à montagem financeira da operação (incluindo acesso a crédito e capital de risco).

P principal origem do investimento estrangeiro em Cabo Verde desde 2001, as Canárias representam actualmente 40% do investimento externo directo no arquipélago africano, segundo dados de 2002 da Câmara de Comércio, Indústria e Navegação de Santa Cruz de Tenerife das Canárias. Mas no que respeita às relações económicas Canárias-Cabo-Verde prevê-se que muito esteja ainda por acontecer.

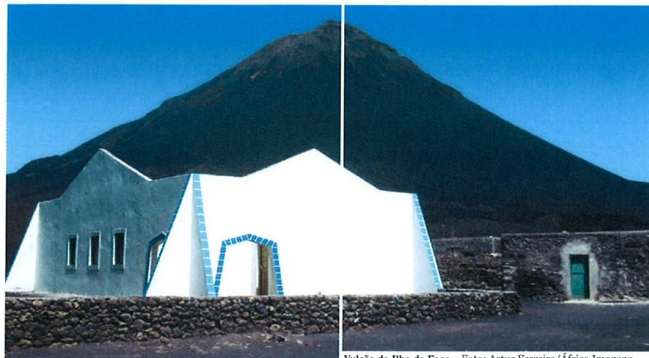
No seu esforço de intensificação de relações com África – nomeadamente com países como Cabo-Verde, Marrocos, Mauritânia, Senegal, Costa do Marfim, Ghana e Nigéria –, o executivo canário é o único governo autónomo espanhol que tem uma direcção-geral orientada exclusivamente para aquele continente, criada em 1998, com o objectivo de coordenar a acção governamental e institucional, entre os mercados

canário e africanos. Só entre 2002 e 2003, a Direcção Geral de Relações com África do Governo das Canárias canalizou 2,95 milhões de euros para o arquipélago de Cabo Verde, através de projectos de cooperação ao nível das infra-estruturas, educação, desenvolvimento institucional e formação de capital humano.

O turismo – primeiro sector económico das Canárias – é um dos sectores que está ser alvo de uma aposta mais forte. Em curso está um projecto realizado pela Direcção Geral em conjunto com a Agência de Promoção de Investimento e Exportação e com Portugal com o objectivo de promover a ordenação do território das ilhas da Boavista e Maio, as que contam com "um potencial turístico maior", conforme afirma Luís Padilla, director geral das Relações com África do Governo das Canárias. >



Salinas na Ilha de Maio _ Foto: Artur Ferreira/África Imagens



Vulcão da Ilha do Fogo. Foto: Artur Ferreira/África Imagens

Apresentados os estudos, as autoridades cabo-verdianas acordaram como objectivos um desenvolvimento para os próximos 15 anos de aproximadamente 30 mil camas para a Boavista e 12 mil para Maio. A aposta nos recursos naturais cabo-verdianos como factor de potenciação do sector turístico tem, também, merecido a atenção do executivo das Canárias, que esteve envolvido em projectos como o Natura 2000, através do qual se definiram os espaços naturais e as zonas a proteger no arquipélago africano. "Ou, no tema do meio ambiente, e uma vez que Cabo Verde conta com a segunda maior concentração de tartarugas do mundo,

fizemos um estudo com o objectivo de revalorizar a tartaruga como atractivo turístico fundamental", explica Luís Padilla.

Dinâmica.

A intensificação das relações institucionais entre os dois arquipélagos, a partir de 1998, traduziu-se também no reforço dos laços económicos entre os mercados das Canárias e de Cabo Verde. Desde então as movimentações empresariais transinsulares ganharam uma nova dinâmica. Em 2002, a Macaronésia (região geográfica composta pelas Canárias, Madeira, Açores e Cabo Verde)

DEZENAS DE PROJECTOS PREVISTOS NAS INFRA-ESTRUTURAS, TRANSPORTES, ÁGUAS, SANEAMENTO E SUPORTE INSTITUCIONAL

São muitos os projectos lançados Cabo Verde, parte dos quais já com financiamento garantido, outros ainda sem "funding".

Nas infra-estruturas de transportes, uma das áreas em que as necessidades de investimento são maiores, o Programa de Investimento Público 2004-2005 prevê um total superior a 95 milhões de euros que têm já financiamento garantido. Deste valor, apenas 37 milhões terão financiamento interno e os demais 58 milhões terão financiamento externo, de entidades como o português Banco Espírito Santo o BADEA, a ENAPOR ou a ASA. Já entre os projectos que não têm financiamento garantido, o Programa de Investimento Público 2004-2005 prevê um total de cerca de 133 milhões de euros.

escolheu a ilha cabo-verdiana de S. Vicente para realizar a sua primeira feira.

Um ano depois, surgiu o primeiro acordo de colaboração entre as Câmaras de Comércio macaronésias, que visa criar um mercado com um potencial de 17 milhões de consumidores.

Potenciar a cooperação empresarial através de parcerias e detectar novas oportunidades de investimento nos quatro arquipélagos. Este acordo comercial, que data de há um ano, foi considerado histórico e foi liderado pelas Câmaras de Comércio dos países intervenientes.

P R A I A

P a i x ã o A t l â n t i c a

VISÃO DE FUTURO

PROJECTOS URBANÍSTICOS E DE INFRAESTRUTURAS ABERTOS AO INVESTIDOR

MEGA-PROJECTOS FUTUROS

Nova Praia, Novo Plateau, Palmarejo Grande, Cidadela, Praia Negra

Câmara Municipal de Praia - CP 108 - Praia, Santiago - Cabo Verde | Tel: +238 615226 / 616881 - Fax: +238 611242 / 614888

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE PROSSEGUE EXPANSÃO

A Caixa Económica de Cabo Verde decidiu recentemente renovar a sua imagem corporativa e apostar no desenvolvimento de uma estratégia de "marketing" que posicione a instituição de acordo com o crescimento e as alterações que esta instituição financeira tem vindo a efectuar, nomeadamente o lançamento de novos produtos e serviços.

Depois da passagem, no final de 1985, da tutela da antiga Caixa Económica Postal do Ministério das Telecomunicações para o Ministério das Finanças, com a actual designação, diversas outras datas foram marcantes para a consolidação do banco. Em 1993, terminou o processo de transformação da instituição em banco universal. No ano seguinte, o início das operações cambiais e a inauguração do funcionamento "online" da agência do Mindelo foram momentos marcantes numa história que hoje inclui 10 agências presentes nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Sal e Santo Antão, uma rede de ATM da Rede Vini4, diversos serviços de crédito para particulares e empresas, ao abrigo de um protocolo de cooperação, um sistema de venda cruzada de seguros juntamente com a seguradora Impar.

Actualmente, a Caixa Económica de Cabo Verde aposta numa constante aproximação aos clientes, quer no arquipélago quer internacionalmente, junto da comunidade caboverdeana instalada em Portugal e nos Estados Unidos, entre outros países.

Do lado espanhol, os presidentes das câmaras de comércio de Tenerife e de Las Palmas têm mostrado a vontade de consolidar uma plataforma que permita, a partir de um enfoque regional, procurar soluções para os problemas próprios de regiões ultraperiféricas.

A Câmara de Las Palmas, aliás, tem trabalhado activamente na dinamização do comércio com Cabo Verde, tendo arrancado com um projecto de

desenvolvimento de uma plataforma digital centrada no comércio com o país africano para estimular relações comerciais recíprocas.

Cerca de 27 empresas canárias operam hoje em território cabo-verdeano, em sectores tão diversos como o turismo, têxtil, construção e ramo automóvel, gozando dos protocolos e programas de cooperação entre as autoridades dos dois arquipélagos que facilitam o processo de instalação dos operadores das Canárias, em termos burocráticos e fiscais e da legislação tributária cabo-verdeana que favorece o investimento externo na região.

Para o tecido empresarial das Canárias, Cabo Verde é mais do que um arquipélago com potencial de investimento. O país é também um mercado cada vez mais atractivo em termos de exportação. Segundo os números da Câmara de Tenerife, em 2002 as exportações canárias para Cabo Verde saldaram-se em 1,33 milhões de euros. Alimentação, equipamentos, materiais de construção e embalagens são alguns dos sectores mais activos. Face ao potencial de mercado, a Câmara de Comércio, Indústria e Navegação de Santa Cruz de Tenerife aproveitou a realização da Semana de Cabo Verde nas Canárias, em Março último, para oficializar a criação da Associação de Exportadores Canários (Aunexca).

Sendo uma porta de entrada privilegiada em Cabo Verde, ao abrigo das relações da Macaronésia, as Canárias querem assumir-se como uma plataforma intermédia de investimento externo no arquipélago africano, pelo que o executivo está apostado em promover o seu estatuto de Zona Especial das Canárias (autorizada pela Comissão Europeia em 2000), ao abrigo do qual as empresas que se instalarem nas ilhas canárias gozam, além dos benefícios fiscais previstos pela ZEC, condições excepcionais nos negócios com África. Actualmente, a ZEC conta já com mais de 160 empresas a operar ao abrigo deste estatuto.

CIDADE DA PRAIA: PAIXÃO ATLÂNTICA

Enquanto espera a aprovação de um Estatuto Administrativo Especial, a capital de Cabo Verde prepara-se para levar a cabo diversos projectos de grande dimensão ao nível das infra-estruturas, indispensáveis para sustentar o desenvolvimento da ilha de Santiago.

Um desses projectos âncora é o novo aeroporto internacional. E estão previstos – só no sector turístico – projectos de investimento que totalizam 250 milhões de euros da responsabilidade de vários grupos internacionais, incluindo o português Grupo Pestana.

A concretização, neste campo, do plano de estudo estratégico das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI), tem um papel fundamental para o desenvolvimento sustentado da região no sector e é uma aposta forte dos responsáveis políticos em conjunto com os interesses privados, ao lado da criação de Sociedades de Desenvolvimento Urbano.

As áreas da requalificação viária, do saneamento e do abastecimento de água e luz, ao nível das infra-estruturas, têm vindo a ser tidas como prioritárias nos últimos anos para a sustentação dos projectos existentes e futuros.

Africanfomarket melhora oferta "online"

Disponer de informação útil em tempo real e estar informado sobre temas essenciais ao investidor é mais fácil com a Internet. E é mais fácil com o Africanfomarket, um portal de negócios (residente em www.africanfomarket.org) pioneiro na Europa, que centraliza informação sobre as Canárias, Cabo Verde, Mauritânia, Senegal e Marrocos. O projecto é uma iniciativa das Câmaras de Comércio das Canárias, da Direcção Geral de Relações com África do Governo das Canárias e da Sociedade Canária de Fomento Económico (Proexca), contando também com a participação de instituições dos países africanos citados.

O portal Africanfomarket afirma-se como uma ferramenta determinante para quem tem ou quer ter negócios com estes países africanos. O serviço disponibiliza um vasto leque de informação, incluindo sobre linhas de transporte com África, concursos públicos internacionais com o continente africano, mas também manuais de negócio, bases de dados de empresas, planos de desenvolvimento, informação sobre programas de financiamento e sobre projectos de cooperação e cultura.

O projecto é considerado um exemplo e mantém o dinamismo de crescimentos. No fim de Abril, foram novos lançados projectos de colaboração empresarial e institucional, além de iniciativas de cooperação com países da África Ocidental, África do Norte e Canárias. O Africanfomarket acaba, igualmente, de inaugurar dois centros de formação empresarial "online" em Cabo Verde, nas cidades da Praia e Mindelo, projectos que foram financiados por fundos europeus (Interreg).



Aldeia de Carvoeiros, Ilha de São Nicolau - Foto: Artur Ferreira/África Imagens

Agradecemos a colaboração de...

• Luis Padilla, Director Geral das Relações com África • Luis Padrón, Secretário Geral da Câmara de Comércio de Las Palmas
• Governo de Cabo Verde • Presidência da República de Portugal • Pestana Hotels & Resorts

Produção...



Príncipe Anglona 7, off: 3C Madrid 28005 Espanha
info@peninsula-press.com

Coordenação e execução...



Desenho...



A CVMóvel vai mais longe

X Fechar Janela Imprimir...

Fogo: Parecer da IIPC chumba intervenções da Câmara no Centro Histórico de São Filipe

(14-08-2006)

Autor : Jaime Rodrigues

Fonte : Inforpress

Local : Fogo

Cidade São Filipe, 14 Ago (Inforpress) - As intervenções efectuadas pela Câmara Municipal de São Filipe nalguns espaços públicos daquela cidade, em Maio último, foram "chumbadas" pelo Instituto da Investigação e do Património Cultural (IIPC), alegando, que as mesmas "descaracterizam" o Centro Histórico da cidade.

O IIPC, que assumiu esta posição em parecer solicitado no passado mês de Junho pelo Ministério da Cultura, na sequência várias contestações às referidas obras, por parte da sociedade civil, concluiu, que as intervenções "não foram objecto de um estudo prévio" e nem tão pouco existiram projectos de execução com o devido "enquadramento com o conjunto histórico, patrimonial e ambiental".

Conforme apurou a Inforpress, face a esta situação e com base meramente em questões técnicas, a Câmara e o Ministério da Cultura deverão reavaliar o caso e propor, através do IIPC, soluções que melhor sirvam os interesses da cidade, dos munícipes e da ilha do Fogo.

Para o efeito, o Ministério da Cultura já convidou a Câmara Municipal a indicar uma equipa técnica que irá trabalhar conjuntamente com o IIPC na reavaliação do projecto e procura de soluções adequadas.

Num despacho produzido em meados de Julho, o ministro da Cultura fez ressaltar, a esse propósito, que a Constituição da República incumbe ao Estado de "promover a salvaguarda do património cultural, histórico e arquitectónico", tendo feito referência ainda à lei 102/III/90, que estabelece as bases do património cultural.

O referido despacho, que adverte ainda serem obrigações das autarquias locais, preservar, defender e valorizar o património cultural existente na sua respectiva área de jurisdição, convida também a Câmara de São Filipe e o Instituto de Investigação e do Património Cultural, a tomarem todas as medidas necessárias em vista a se "delimitar e classificar" com a urgência que se impõe, o Centro Histórico de São Filipe.

Topo

Annexe 28 : Agenamar, liaisons maritimes, 2010



AGENAMAR - Agência de Navegação Marítima, Lda



Ferry-Boat ligação

BARLAVENTO/SOTAVENTO					
FOGO/BRAVA/PRAIA					
SAIDAS			CHEGADAS		
2ª Feira	Praia/Brava	23h00	3ª Feira	Praia/Brava	07h00
3ª Feira	Brava/Fogo	11h00	4ª Feira	Brava/Fogo	12h15
4ª Feira	Fogo/Brava	08h00	4ª Feira	Fogo/Brava	09h15
4ª Feira	Brava/Fogo	10h00	4ª Feira	Brava/Fogo	11h30
4ª Feira	Fogo/Praia	13h00	5ª Feira	Fogo/Praia	20h00
5ª Feira	Praia/Fogo	23h00	6ª Feira	Praia/Fogo	06h30
6ª Feira	Fogo/Brava	13h00	6ª Feira	Fogo/Brava	14h15
6ª Feira	Brava/Fogo	18h00	6ª Feira	Brava/Fogo	17h15
6ª Feira	Fogo/Praia	20h00	Sabado	Fogo/Praia	05h00
ATTENTION: AS HORAS DE SAIDAS E CHEGADAS PODEM SER ALTERADAS PREVIAMENTE					
OS HORARIOS SEMANALMENTE PODEM SER ALTERADOS.					
Agenamr, aos 13 de Novembro de 2006					

AGENAMAR - Agência de Navegação Marítima, Lda
S.Filipe - Fogo - Cabo Verde

Telefone: 2 811012 - Telefax: 2 811312

E.mail : dedefogo@yahoo.com - adsl8001@cvtelecom.cv

Annexe 29: Liaisons aériennes inter-îles, 2010



Timetable - Horario Domestic flights

Rotta	LU	MA	ME	GI	VE	SA	DO	Partenza	Arrivo	Durata	Tipo Aereo
Boavista - Sal	→	→	→	→	→	→	→	17.15	17.45	0.30	VR4411
Boavista - Sal					→			17.45	18.10	0.25	VR4412
Boavista - Sal		→				→		17.45	18.15	0.30	VR4412
Maio - Praia					→			10.20	10.40	0.20	VR4701
Maio - Praia			→					13.55	14.15	0.20	VR4701
Praia - Maio					→			9.35	9.55	0.20	VR4071
Praia - Maio			→					13.10	13.30	0.20	VR4071
Praia - Fogo		→		→	→		→	10.15	10.45	0.30	VR4051
Praia - Fogo	→		→					11.20	11.50	0.30	VR4051
Praia - Fogo						→		11.30	12.00	0.30	VR4051
Praia - Sal		→						0.55	1.25	0.30	VR6011
Praia - Sal	→	→	→	→	→	→	→	7.30	8.20	0.50	VR4011
Praia - Sal		→		→		→	→	13.45	14.35	0.50	VR4013
Praia - Sal	→		→		→			15.05	15.55	0.50	VR4013
Praia - Sal		→			→			19.20	20.10	0.50	VR4012
Praia - Sal			→	→				21.30	22.20	0.50	VR4012
Praia - Sal							→	21.40	22.20	0.40	VR4012
Praia - Sal						→		22.55	23.30	0.35	VR6011
Praia - Sal			→					23.25	23.55	0.30	VR6011
Praia - S.Vicen	→							6.00	6.50	0.50	VR4021
Praia - S.Vicen		→	→	→	→	→	→	6.20	7.10	0.50	VR4021
Praia - S.Vicen							→	11.40	12.30	0.50	VR4023
Praia - S.Vicen		→	→	→	→	→	→	18.00	18.50	0.50	VR4022
Praia - S.Vicen	→							18.35	19.25	0.50	VR4022
Praia - S.Vicen		→		→	→		→	11.10	11.40	0.30	VR4501
Fogo - Praia	→		→					12.15	12.45	0.30	VR4501
Fogo - Praia						→		12.25	12.55	0.30	VR4501
Sal - Boavista	→	→	→	→	→	→	→	16.20	16.50	0.30	VR4141
Sal - Boavista					→			16.55	17.20	0.25	VR4142
Sal - Boavista		→					→	16.55	17.25	0.30	VR4143
Sal - Praia	→	→	→	→	→	→	→	9.00	9.50	0.50	VR4101
Sal - Praia			→					14.00	14.30	0.30	VR6101
Sal - Praia		→						14.05	14.35	0.30	VR6101
Sal - Praia							→	15.05	15.35	0.30	VR6101
Sal - Praia					→			16.10	16.40	0.30	VR6101
Sal - Praia	→	→	→	→	→	→	→	18.05	18.55	0.50	VR4103
Sal - Praia		→		→				21.10	22.00	0.50	VR4102
Sal - Praia			→					21.45	22.35	0.50	VR4102
Sal - S.Nicol			→				→	22.45	23.35	0.50	VR4102
Sal - S.Nicol	→							8.45	9.25	0.40	VR4131
Sal - S.Nicol			→					9.05	9.45	0.40	VR4131
Sal - S.Vicente		→		→		→	→	9.05	9.55	0.50	VR4121
Sal - S.Vicente	→							10.55	11.45	0.50	VR4121
Sal - S.Vicente			→		→			11.15	12.05	0.50	VR4121
Sal - S.Vicente		→						11.25	12.15	0.50	VR4123
Sal - S.Vicente							→	15.30	16.20	0.50	VR4123
Sal - S.Vicente			→					15.40	16.30	0.50	VR4123
Sal - S.Vicente					→			15.50	16.40	0.50	VR4123
Sal - S.Vicente		→	→	→	→	→	→	21.05	21.55	0.50	VR4122
Sal - S.Vicente	→							21.40	22.30	0.50	VR4122
S.Nicolao - Sal	→							9.50	10.30	0.40	VR4311
S.Nicolao - Sal			→					10.10	10.50	0.40	VR4311
S.Nicol - S.Vicen	→		→					10.45	11.15	0.30	VR4321
S.Vicen - Praia		→		→		→	→	10.20	11.15	0.55	VR4201
S.Vicen - Praia			→					10.20	11.50	1.30	VR4201
S.Vicen - Praia	→							12.10	13.05	0.55	VR4201
S.Vicen - Praia					→			12.30	13.25	0.55	VR4201
S.Vicen - Praia							→	16.45	17.35	0.50	VR4203
S.Vicen - Praia					→			17.05	18.00	0.55	VR4203
S.Vicen - Praia		→	→	→	→	→	→	22.20	23.10	0.50	VR4202
S.Vicen - Praia	→							22.45	23.50	0.55	VR4202
S.Vicente - Sal	→							7.30	8.20	0.50	VR4211
S.Vicente - Sal		→	→	→	→	→	→	7.50	8.40	0.50	VR4211
S.Vicente - Sal			→					11.40	12.35	0.55	VR4213
S.Vicente - Sal		→						12.40	13.35	0.55	VR4213
S.Vicente - Sal							→	12.55	13.45	0.50	VR4213
S.Vicente - Sal					→			13.00	13.50	0.50	VR4213
S.Vicente - Sal		→	→	→	→	→	→	19.15	20.05	0.50	VR4212
S.Vicente - Sal	→							19.50	20.40	0.50	VR4212
S.Vicen - S.Nicol	→		→					16.55	17.25	0.30	VR4231

Annexe 30 : Statistiques sur le tourisme au Cap-Vert, INE

Quadro 2 : Evolução do N.º de estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo, por Ilha, 1999 - 2004

Ilha	Total												Tipo dos estabelecimentos												Continua						
													Hotéis						Pensões							Pousadas					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999	2000	2001	2002	2003	2004							
Total	79	88	88	93	105	108	19	22	24	24	26	27	26	28	26	30	32	35	6	5	4	4	6	4							
S. Antão	6	11	11	11	13	14	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-							
S. Vicente	11	12	12	12	14	16	2	2	2	2	2	3	2	4	4	4	4	3	-	-	-	-	-	-							
S. Nicolau	8	8	7	6	7	7	-	-	-	-	-	-	-	4	6	6	4	5	1	1	1	-	-	-							
Sal	14	17	17	19	23	24	7	9	10	11	12	12	2	3	2	3	4	4	2	1	-	-	-	-							
Boavista	6	6	6	7	7	6	3	3	3	3	3	2	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1							
Maio	2	2	3	3	3	3	-	-	1	-	-	-	2	1	1	1	1	1	-	-	-	1	1	-							
Santiago	22	22	22	23	25	26	6	7	7	7	7	7	10	7	6	8	7	10	-	-	-	-	1	1							
Fogo	7	7	7	9	9	7	1	1	1	1	1	1	-	4	5	5	7	7	6	1	1	1	1	1							
Brava	3	3	3	3	4	5	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1							
Fonte: INE																															

Fonte: INE

Quadro2 : Evolução do N.º de estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo, por Ilha, 1999 - 2004

Ilha	Tipo dos estabelecimentos													Conclusão					
	Hotéis-apartamentos						Aldeamentos turísticos						Residenciais						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999	2000	2001	2002	2003	2004							
Total	1	3	3	5	5	5	2	2	2	2	3	4	3	25	28	29	27	32	34
S. Antao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	11	11	11	10	10
S. Vicente	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	4	4	4	6	9
S. Nicolau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	2	2	2
Sal	-	1	1	2	2	2	-	-	-	-	1	1	1	3	3	4	3	4	5
Boavista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2
Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	1	1	-	-	-
Santiago	-	1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	5	6	7	5	7	5
Fogo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Brava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Fonte: INE																			

Fonte: INE

Quadro 24: Hóspedes/Entradas segundo o tipo do estabelecimento, por país de residência habitual dos hóspedes, 2000-2004

Continua

País de residência habitual	Total				Hotéis				Pensões				Pousadas			
	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2004
Total	145.076	162.095	152.032	178.379	184.738	99.800	118.722	114.155	131.243	142.459	10.830	10.854	8.122	8.414	6.996	
Cabo Verde																
Caboverdianos	29.072	27.114	24.619	27.856	26.767	13.676	14.465	13.086	15.294	13.498	3.664	3.352	3.105	3.264	3.017	
Estrangeiros	989	812	1.561	475	919	501	374	1.154	207	90	210	265	280	136	227	
Estrangeiros																
África do Sul	4.469	3.392	10.003	5.225	10.034	4.351	3.298	9.943	5.186	9.957	63	44	23	3	27	
Alemanha	17.631	17.617	13.796	18.095	14.433	10.578	11.327	9.555	12.150	8.983	1.824	1.409	891	997	673	
Austria	1.482	1.216	662	822	703	889	672	276	447	284	251	146	163	107	107	
Belgica+Holanda	2.828	2.694	2.798	9.702	4.159	1.396	1.112	1.498	6.586	2.563	431	572	363	644	414	
Espanha	4.704	4.223	4.722	7.679	10.281	2.624	2.353	3.078	5.661	8.624	469	414	400	518	292	
Estados Unidos	2.035	2.382	1.665	1.740	1.472	1.504	1.808	1.162	1.143	1.009	149	175	154	92	93	
Franga	10.223	11.642	11.813	12.847	11.160	3.984	4.950	5.818	5.675	4.907	1.256	1.737	1.093	997	741	
Reino Unido	665	749	833	1.140	824	361	510	546	446	498	89	97	47	31	25	
Italia	28.514	44.661	35.080	54.278	55.200	25.093	40.384	31.090	49.193	50.751	729	1.005	647	631	511	
Portugal	32.182	36.417	34.292	28.548	38.129	28.321	31.734	29.961	22.540	34.041	953	910	500	467	390	
Suica	2.326	2.289	1.794	1.638	1.415	974	976	682	569	406	324	275	201	259	171	
Outros Países	7.956	6.887	8.394	8.334	9.242	5.548	4.759	6.306	6.146	6.848	418	453	255	268	308	
Fonte: INE																

Quadro 25: Hóspedes/Entradas segundo as Ilhas, por país de residência habitual dos hóspedes, 2000-2004

País de residência habitual	Total				São Vicente						Sal				Continua
	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	
Total	145.076	162.095	152.032	178.379	184.738	21.077	20.178	16.023	18.376	17.401	75.016	93.496	93.783	116.319	129.608
Cabo Verde															
Caboverdianos	29.072	27.114	24.619	27.856	26.767	6.552	5.276	4.160	4.798	4.201	9.313	10.103	10.791	12.508	12.398
Estrangeiros	989	812	1.561	475	919	272	110	126	173	102	307	350	1.043	23	452
Estrangeiros															
África do Sul	4.469	3.392	10.003	5.225	10.034	53	20	27	32	34	4.163	3.155	9.814	5.097	9.868
Alemanha	17.631	17.617	13.796	18.095	14.433	2.328	2.141	1.249	1.991	1.973	9.340	9.620	9.258	12.476	8.833
Austria	1.482	1.216	662	822	703	184	153	162	166	159	605	422	124	305	202
Bélgica+Holanda	2.828	2.694	2.798	9.702	4.159	524	538	453	1.212	590	1.019	930	1.115	6.531	1.942
Espanha	4.704	4.223	4.722	7.679	10.281	848	829	1.053	1.074	879	1.982	1.741	1.953	4.815	7.950
Estados Unidos	2.035	2.382	1.665	1.740	1.472	212	316	265	244	217	950	1.201	581	745	562
França	10.223	11.642	11.813	12.847	11.160	2.132	2.518	2.150	2.545	1.846	3.386	4.251	5.271	5.427	4.719
Reino Unido	665	749	833	1.140	824	77	116	195	223	280	204	230	275	538	268
Italia	28.514	44.661	35.080	54.278	55.200	1.623	2.011	1.431	1.364	1.719	21.071	35.236	26.623	46.957	50.717
Portugal	32.182	36.417	34.292	28.548	38.129	4.523	4.224	3.195	3.036	3.878	19.562	23.231	22.505	16.274	26.842
Suíça	2.326	2.289	1.794	1.638	1.415	349	511	326	288	319	774	732	556	655	475
Outros Países	7.956	6.887	8.394	8.334	9.242	1.400	1.415	1.231	1.230	1.204	2.340	2.294	3.874	3.968	4.380
Fonte: INE															

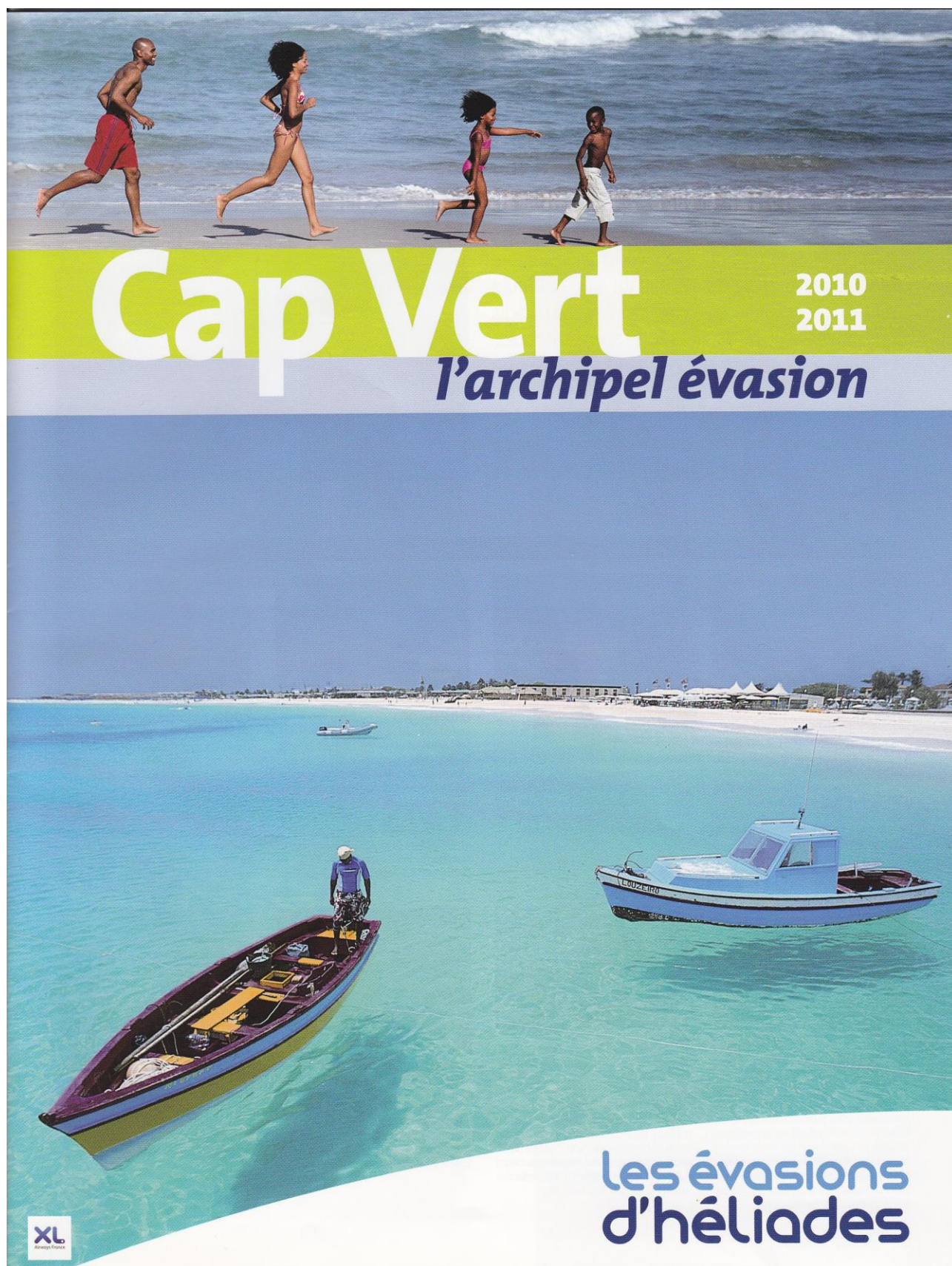
Fonte: INE

Quadro25: Hóspedes/Entradas segundo as Ilhas, por país de residência habitual dos hóspedes, 2000-2004

País de residência habitual	Bao Vista					Santiago					Restantes Ilhas					Conclusão
	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	
Total	9.402	10.168	9.023	7.918	3.849	30.514	28.196	24.514	28.421	24.756	9.067	10.057	8.689	7.345	9.124	
Cabo Verde																
Caboverdianos	870	865	827	1.063	805	9.195	7.940	5.938	6.901	6.229	3.142	2.930	2.903	2.586	3.134	
Estrangeiros	5	-	-	-	7	263	149	175	157	118	142	203	217	122	240	
Estrangeiros																
África do Sul	7	2	1	4	2	133	129	142	91	114	113	86	19	1	16	
Alemanha	1.267	1.735	885	702	466	3.095	2.536	1.274	2.045	1.728	1.601	1.585	1.130	881	1.433	
Austria	70	56	39	38	14	506	425	214	208	198	117	160	123	105	130	
Belgica-Holanda	119	80	89	50	74	798	767	828	1.524	897	368	379	313	385	656	
Espanha	212	190	146	267	181	1.313	1.088	1.114	1.157	922	349	375	456	366	349	
Estados Unidos	26	27	19	28	9	709	686	717	600	587	138	152	83	123	97	
França	844	761	709	757	552	2.880	2.622	2.259	2.835	2.549	981	1.490	1.424	1.283	1.494	
Reino Unido	35	40	42	54	14	294	193	240	284	196	55	170	81	41	66	
Italia	4.112	5.407	5.395	4.342	1.216	1.194	1.237	1.000	1.009	999	514	770	631	606	549	
Portugal	827	669	609	416	269	6.370	7.262	7.403	8.481	6.728	900	1.031	580	341	412	
Suica	277	189	160	106	82	642	538	387	430	300	284	319	365	159	239	
Outros Países	731	147	102	91	158	3.122	2.624	2.823	2.699	3.191	363	407	364	346	309	
Fonte: INE																

Fonte: INE

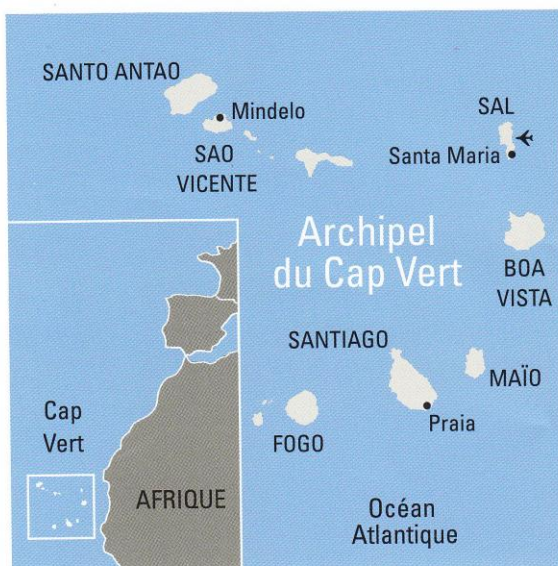
Annexe 31 : Eliades voyages, 2010 / 2011



Cap Vert

L'archipel évasion

Ces 10 îles au large de l'Afrique, caressées par les vents, fascinent par leur singularité. Leur origine volcanique, leurs belles plages de sable et leurs montagnes mystérieuses en font un véritable paradis pour les amateurs de découvertes, de sports nautiques, de nature. Chanté par des artistes tels que Cesaria Evora, le Cap Vert est sans cesse bercé par une musique unique aux multiples influences. Sal, l'île du sel, est la plus touristique d'entre elles. C'est une île surprenante et un spot de sports de glisse reconnu mondialement !



A voir



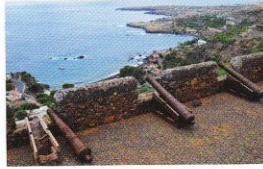
L'île de Sal

Île plate de 216 km², elle s'étend du nord au sud sur 29,7 km et d'est en ouest sur 11,8 km. Les points les plus élevés : le Monte Grande (406 m) et le Monte Leste (263 m). La population y est très accueillante. A Sal, on peut profiter des kilomètres de plages désertes qui bordent l'île. Climat chaud mais venté, apprécié par les amateurs de planches à voile. Une des épreuves du championnat du monde y est organisée tous les ans.



Boavista

A 50 km au sud de Sal, Boavista, petite île de 620 km², la plus proche du continent africain. C'est l'île des dunes et de la morna (musique nationale), paradisiaque et tropicale, d'une beauté singulière aux immenses étendues de sable, caressées toute l'année par les eaux tièdes d'une mer bleu-vert. Elle offre de grandes possibilités pour la pratique des sports nautiques.



Santiago

Considérée comme le berceau de la nation, Santiago est, avec ses 991 km², la plus grande île de l'archipel. Première île à avoir été peuplée, elle eut comme capitale Ribeira Grande, actuellement Cidade Velha. Ne pas manquer : Praia, capitale du pays et centre administratif et commercial du Cap-Vert, connue pour son festival de Gamboa en mai qui retransmet en direct 3 jours de musique dans tous les pays Lusophones, mais aussi Tarrafal, village de pêcheurs et sa belle plage bordée de cocotiers.



Fogo

L'île du grand volcan, symbole de vie et d'énergie, initialement nommée São Filipe, ne s'est appelée Fogo que plus tard, en raison de la présence sur son territoire du pic le plus élevé de l'archipel : l'imposant volcan avec ses 2 892 m d'altitude, principal pôle d'attraction touristique. C'est aussi le lieu de grandes manifestations culturelles traditionnelles, parmi lesquelles la Fête de São Filipe, commémorée le 1^{er} mai, et qui attire les habitants des autres îles de l'archipel, ainsi que des émigrants capverdiens, qui profitent de l'occasion pour visiter leur terre natale.



Maio

A l'image de Sal et Boavista, cette île est plate et désertique. A 15 minutes de vol de Santiago, dont elle est distante de 25 km, l'île de Maio a la forme d'un œuf étoilé entouré de plages immenses et belles. Sur sa superficie de 269 km² vivent plus de 6 000 personnes. La population de Maio est particulièrement accueillante et hospitalière. A ne pas manquer : la capitale Vila do Maio, avec ses maisons colorées, exhale un air de tranquillité et de calme absolu, les petits villages pittoresques de l'île.



Sao Vicente

Île sèche et rocaillieuse, souvent dominée par des vents forts. Elle s'étale sur 227 km² (25 km d'est en ouest et 16,5 km du nord au sud). La capitale de l'île, Mindelo offre une architecture coloniale et colorée ; la musique y est omniprésente, et un carnaval est organisé chaque année fin février. Le festival de Baía Das Gatas, qui réunit sur la plage des musiciens du monde entier, rassemble plus de 70 000 personnes pendant 3 jours et 3 nuits de fête.



Santo Antao

Avec ses imposantes montagnes et ses vallées très profondes, le relief de cette île de 779 km² est absolument stupéfiant. Le bateau est l'un des moyens d'accéder à cette île. La liaison est faite à partir de Mindelo, et l'accostage est effectué à Porto Novo, commune au paysage aride où se situe la plage Praia do Escorraleite, connue pour son festival de musique.



Randonnées

Les randonneurs apprécieront les possibilités offertes par le Cap Vert. Qu'il s'agisse indifféremment des îles plates ou des îles montagneuses, la pratique de la randonnée s'avérera le sésame idéal pour entrer en communication avec les insulaires.

Les îles à la carte

Santiago et Fogo

Pour découvrir le Cap Vert en toute liberté, sans souci d'organisation, nous pouvons réserver vos hôtels, selon votre propre itinéraire !

Pour construire votre voyage, vous additionnez :

- Les nuits d'hôtels dans les étapes choisies (tableaux pages 21 à 24).
- Les vols internationaux, frais de visas, vols inter îles et les transferts (page 4).



Santiago

La plus africaine de l'archipel, aux attraits culturels et naturels. Marchands européens et esclaves y ont fondé le peuple capverdien dès 1460. Par sa taille et la diversité de ses paysages, elle est un condensé de Cap Vert.

Pension Praia Maria 3*



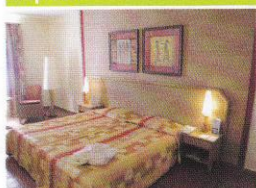
Dans le centre ville de Praia, à 3 km de la plage, 11 km de l'aéroport, 15 chambres dont 3 junior suites, jusqu'à 3 personnes avec salle de bains, A/C, TV/satellite, téléphone, coffre-fort, minibar. Lit bébé gratuit. Blanchisserie. Hôtel non accessible aux personnes handicapées.

Oasis Atlantico Praiaamar 4*



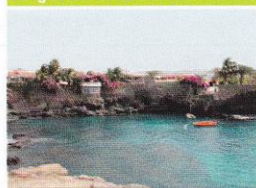
Dans la zone résidentielle de Praia, à 50 m d'une plage de sable, 11 km de l'aéroport, 123 chambres pour 1 à 3 personnes avec salle de bains, sèche-cheveux, A/C, TV/satellite, téléphone, coffre-fort (payant), minibar, balcon ou terrasse, vue jardin ou vue mer. Suites jusqu'à 4 personnes, nous consulter. Chambres communicantes. Restaurant, bars. Piscine d'eau de mer, bassin pour enfants. Tennis, salle de gym, sauna. Payants : centre de plongée, accès Internet. Blanchisserie. Cartes de crédit acceptées. Hôtel non accessible aux personnes handicapées.

Tropico 4*



A 100 m de la plage, 3 km du centre ville de Praia, 11 km de l'aéroport. 47 chambres pour 1 à 3 personnes avec salle de bains, sèche-cheveux, A/C, TV/satellite, téléphone, minibar, balcon ou terrasse. Chambres Executive (1 à 3 pers.), suites (4 pers.) : nous consulter. Lit bébé gratuit. Restaurant, bar. Piscine d'eau de mer, bassin pour enfants. Coffre-fort gratuit à la réception. Internet Wi-Fi (payant). Blanchisserie. Hôtel non accessible aux personnes handicapées.

King Fisher Resort 4*



A proximité du charmant village de pêcheurs de Tarrafal et de sa belle plage de sable. Situé sur une magnifique crique rocheuse, 9 appartements pour 2 à 5 pers. au cœur d'un jardin fleuri, avec salle de bains, sèche-cheveux, cuisine équipée, téléphone, TV/satellite, A/C, ventilateur, coffre-fort, terrasse avec transats. Restaurant. Centre de plongée. Internet Wi-Fi (payant). Parking. Blanchisserie. Hôtel non accessible aux personnes handicapées.

Fogo

Son nom signifie « feu ». Cette île-volcan, d'apparence noire et aride, séduit les amateurs de tranquillité et de randonnées.

Pension Pedra Brabo 2*



Tenue par des français. Dans le village de Cha das Caldeiras, au pied du volcan, 40 km de Sao Felipe. 11 chambres très simples pour 1 à 3 personnes, dont 9 avec sanitaires et douches communs. Lit bébé gratuit. Restaurant (spécialités capverdiennes), patio-bar, terrasse panoramique. Coffre-fort gratuit à la réception. Non accessible aux personnes handicapées.

Xaguete 4*



Face à la mer, à Sao Felipe (capitale de l'île), 3 km de l'aéroport, 39 chambres pour 1 à 3 personnes avec salle de bains, A/C, TV/satellite, téléphone, minibar, coffre-fort (payant), balcon ou terrasse. Lit bébé gratuit. Restaurant, bar, piscine, terrain de sports. Parking. Internet Wi-Fi (payant). Blanchisserie. Hôtel accessible aux personnes handicapées (une chambre aménagée).

Prix par personne et par nuit Périodes

Ile de Santiago

Pension Praia Maria 3* (petit déjeuner)	01/05/10 30/04/11
Chambre standard	33
Supplément chambre individuelle	18
Junior Suite	37
Réduction personne supplémentaire* adulte ou enfant 20 % en chambre standard, 30 % en suite.	

Oasis Atlantico Praiaamar 4* (petit déjeuner)	01/05/10 30/04/11
Chambre standard	66
Chambre vue jardin	78
Chambre vue mer	88
Supplément chambre individuelle	+60 %
Supplément demi-pension 23 €, pension complète 47 € (enfant 2-11,99 ans 50 %)	
Réduction personne supplémentaire* adulte 20 %, enfant 2-11,99 ans 50 %	

Tropico 4* (petit déjeuner)	01/05/10 30/04/11
Chambre standard	79
Supplément chambre individuelle	47
Supplément demi-pension	37
Supplément pension complète	73
Réduction personne supplémentaire* adulte 40 %, enfant 2-4,99 ans 100 %, 5-11,99 ans 50 %	

King Fisher Resort 4* (logement seul)	01/05/10 30/04/11
Chambre Palmaria (2 pers.)	41
Chambres Graciosa, Fogo, Brava, Maio (2 pers.)	48
Chambre Retonde (2 pers.)	54
Chambre Caquero (2-4 pers.)	58
Chambre Grotto (2-4 pers.)	68
Chambre Sal (2-5 pers.)	62
Supplément petit-déjeuner continental	7
Supplément petit-déjeuner européen	11
Séjour de moins de 4 nuits + 10 %	
Réduction personne supplémentaire* adulte ou enfant 100 %	

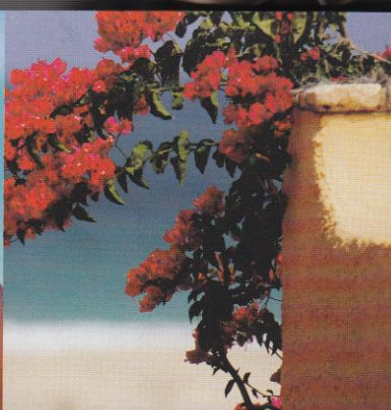
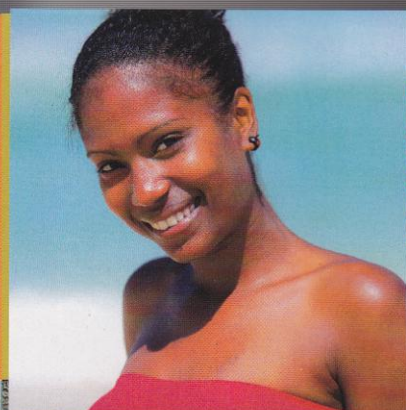
Ile de Fogo

Pedra Brabo 2* (petit déjeuner)	01/05/10 30/04/11
Chambre standard	24
Supplément chambre individuelle	10
Supplément demi-pension	13
Réduction personne supplémentaire* adulte ou enfant 30 %	

Xaguete 4* (petit déjeuner)	01/05/10 30/04/11
Chambre standard	38
Supplément chambre individuelle	22
Supplément demi-pension	19
Supplément pension complète	31
Réduction personne supplémentaire* adulte pas de réduction • enfant 2-11,99 ans 40 %	

* réduction personne supplémentaire (adulte ou enfant de 2 à moins de 12 ans) logée avec 2 personnes payant plein tarif.

Frais obligatoires par personne et par arrivée : 16 €.

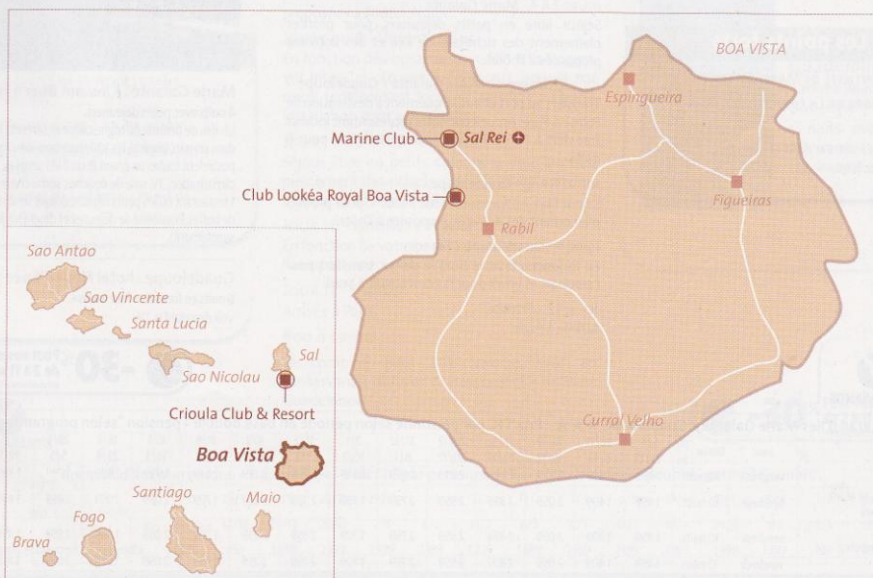


ILES DU CAP-VERT

Dépassement garanti, découverte d'îles encore préservées. Situées à l'ouest des côtes sénégalaises, en plein océan Atlantique, ces îles d'origine volcanique, balayées par le vent et au climat ensoleillé toute l'année, possèdent des paysages superbes où d'imposantes montagnes rivalisent de beauté avec d'immenses plages. Un cadre des plus recherché pour un séjour empreint de sérénité. Vous ne pourrez que succomber aux charmes de ces îles chaleureuses.

Sommaire

Club Lookéa Royal Boa Vista ★★★★★	126
Marine Club ★★★ NOUVEAU	130
Crioula Club and resort ★★★★★ NOUVEAU	132
D'îles en îles NOUVEAU	134



Le carnet de voyages sur les îles du Cap-Vert, page 211.



► Les formalités

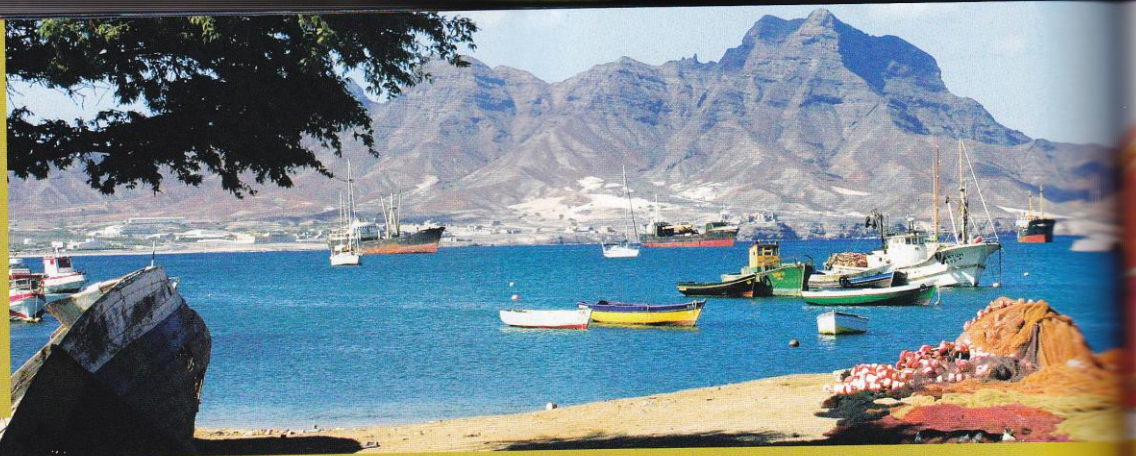
Pour tout savoir du pays dans lequel vous allez séjourner.

► Le plan de vols

Pour connaître les destinations desservies par votre ville de départ.

► Les excursions

Pour découvrir la région de votre séjour.



D'îles en îles au Cap-Vert

NOUVEAU

Au carrefour de l'Europe, de l'Afrique et de l'Amérique du Sud, l'archipel du Cap-Vert offre un métissage culturel d'une grande richesse. « Le petit pays » chanté par Cesaria Evora est fait de charmes subtils où chaque île est un voyage accompagné par la gentillesse des habitants. Caressées par les vents, bercées par la musique, ces îles à la nature grandiose séduiront autant les amateurs de farniente que les amoureux de la découverte. Nous vous proposons de découvrir certaines d'entre elles à travers 2 itinéraires.

Vos hôtels dans les îles

En dehors des quelques grands hôtels de bord de mer, les hôtels des îles du Cap-Vert sont de petites unités qui sauront vous faire apprécier l'hospitalité capverdienne.

A certaines dates en fonction de la fréquentation des îles vous pourrez être logés dans d'autres hôtels de même catégorie.

- ➔ **BOA VISTA**
Hôtel Parque das Dunas ★★★
- ➔ **SÃO VICENTE**
Hôtel Minderhotel ★★★★
- ➔ **SAN ANTAO**
Hôtel Blue Bell ★★
- ➔ **SAL**
Hôtel Pontao ★★★
- ➔ **SANTIAGO**
Hôtel Residencial Praia Maria ★★★
- ➔ **FOGO**
Hotel Xaguate ★★★★★

Nature et « Sodade »

Boa Vista ➔ Sao Vicente ➔ San Antao ➔ Sal

JOUR 1

Vol France Boa Vista sur vol spécial, accueil et transfert à l'hôtel, nuit.

JOUR 2

Journée libre, en fin d'après-midi, transfert à l'aéroport et envol pour Sao Vicente (via Santiago) accueil, transfert à l'hôtel, nuit.

JOUR 3

Excursion 1/2 journée tour de ville de Mindello, nuit à Sao Vicente.

JOUR 4

Transfert au port et traversée pour San Antao. Excursion Cova Paul, Ponto Do Sol avec déjeuner, nuit à San Antao.

JOUR 5

Journée libre à San Antao.

JOUR 6

Transfert au port – ferry pour Sao Vicente et envol vers Sal - accueil et nuit à Sal.

JOUR 7

Journée libre, en fin d'après-midi, transfert à l'aéroport et envol vers Boa Vista, nuit à Boa Vista.

JOUR 8

Transfert à l'aéroport ou prolongation de votre séjour au **Club Lookéa Boa Vista**.

Plages et Volcans

Boa Vista ➔ Santiago ➔ Fogo ➔ Sal

JOUR 1

Vol France Boa Vista sur vol spécial, accueil et transfert à l'hôtel, nuit.

JOUR 2

Journée libre à Boa Vista, en fin d'après-midi transfert à l'aéroport et envol pour Santiago accueil transfert à l'hôtel, nuit.

JOUR 3

Excursion 1/2 journée Cidathe Vella classée au patrimoine mondial par l'Unesco, nuit à Santiago.

JOUR 4

Transfert à l'aéroport et envol pour Fogo. Excursion 1/2 journée Sao Filipe, nuit à Fogo.

JOUR 5

Journée Libre à Fogo

JOUR 6

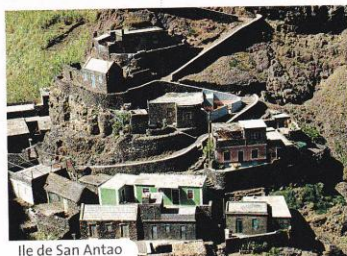
Transfert à l'aéroport et envol pour Sal (via Santiago). Après-midi libre et nuit à Sal.

JOUR 7

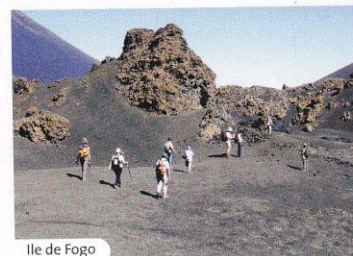
Journée libre à Sal, en fin d'après-midi, transfert à l'aéroport et envol vers Boa Vista, nuit à Boa Vista.

JOUR 8

Transfert à l'aéroport ou prolongation de votre séjour au **Club Lookéa Boa Vista**.



Ile de San Antao



Ile de Fogo



AM ABEND

Insider
Tipp

SAL DA MÚSICA ▶▶

Da müssen Sie hin! Berühmt ist das Restaurant zwar für unvergessliche Auftritte bekannter Musiker, doch auch der Koch ist ein Künstler. Jeden Abend Livemusik. *Mo-Sa* | *Praia (Plateau)* | Av. Amílcar Cabral 70 | Tel. 261 16 79

BAR CRIOLO

Die besten Caipirinhas im Ort, und oft sind deutschsprachige Residenten da, die Interessantes zu erzählen haben. Besitzer Florian hat den Verein „Delta Cultura“ (www.deltacultura.org/at), der auf den Kapverden Bildungs- und Kulturprojekte fördert, ins Leben gerufen und freut sich über Interesse an seinen Projekten. Tgl. | *Tarrafal*

SPLAB GRILL ▶▶

Stylische Bar unten, ☼ Café-Restaurant mit Meerblick auf der Dachterrasse. Leckere Cocktails, am Wochenende Livemusik. *Mo-Sa* | *Praia (Plateau)* | Rua Cândido dos Reis (hinter der Uni)

AUSKUNFT

In *Praia* gibt es einen Informationskiosk an der *Praça Alexandre Albuquerque (Mo-Sa 9–19 Uhr)*, in *Cidade Velha* ein Touristenbüro (*Mo-Sa 9–18 Uhr*) | *Largo do Pelourinho* | Tel. 267 16 40).

FOGO

[133 D-F2-5] Der Name sagt es schon: Die Insel Fogo (portug. Feuer) ist ein aktiver Vulkan. Kreisrund, knapp 3000 m hoch, mit einem Kegel von 25 km Durch-

messer an der Basis und 9 km oben am Einsturzkrater. Der Kraterboden liegt auf etwa 1700 m Höhe. Er wird nach Westen hin von einem gigantischen Halbkreis aus gezackten, nahezu 1000 m hohen Felswänden umschlossen. In der bizarren schwarz-grauen Landschaft aus Lava und Asche erhebt sich am Ostrand der perfekt geformte Kegel des gegenwärtig aktiven Vulkans: der Pico do Fogo. Er ist mit 2829 m der höchste Berg der Kapverden.

Vom Einsturzkrater schlängeln sich haushohe Lavazungen die Bergflanken bis hinab zum Ozean, pechschwarz oder grau, je nach Alter. An der schroff abfallenden Ostflanke dringen heiße Schwefeldämpfe aus klaffenden Erosionsrissen.

Fruchtbar und grün ist die dem Passat zugekehrte Nordostseite der Insel. Zitrus- und Mangobäume, Bananenstauden und Kaffeesträucher verleihen der Gegend um den Küstenort Mosteiros ein tropisches Kolonit. Hier liegt das Waldgebiet Monte Velha, ein dichter Nadel- und Eukalyptusforst. Fruchtbare Aschefelder liegen auf den Nordhängen. Dort wachsen in flachen Kühlen die Trauben, aus denen der *vinho de Fogo* gekeltert wird.

Auch im Einsturzkrater selbst wird Landbau betrieben. In der *Chã das Caldeiras* leben rund 1500 Menschen. 38 000 sind es insgesamt auf der 476 km² großen Insel. Rund die Hälfte wohnt im Bezirk São Filipe auf der Westseite, ein weiteres Viertel im Norden um Mosteiros. Eine gepflasterte Ringstraße führt um die Insel und verbindet die verstreut liegenden Einzelhöfe und Dörfer.

SEHENSWERTES

CHÃ DAS CALDEIRAS ★ [133 E-F3-4]

Schwarze Geröllfelder, meterhohe Lavazungen und graue Aschefelder bilden die bizarre Kulisse für die beiden Dörfer *Bangaeira* (800 Ew.) und *Portela* (700 Ew.). Hier herrscht Grau in allen Schattierungen – Erde,

Nachschub mit Lastwagentanks nach oben transportiert werden – Wassersparen ist hier nicht nur ein Schlagwort. Fließendes Wasser gibt es lediglich in zwei Unterkünften für Touristen, während die Einheimischen es wie anno dazumal aus Eimern schöpfen.



Geeignetes Transportmittel auf der Vulkaninsel Fogo ist nach wie vor der Esel

Straße, Häuser, Mauern – alles Ton in Ton. Lediglich ein paar farbig lackierte Türen und die bunte Kleidung der Menschen sorgen für Kontraste. Die Gebäude aus Lava- oder Beton- und Sandstein sind niedrig und haben schräg abfallende Regenwassersammelflächen. Auch Wein- und Ackerbau sind darauf ausgelegt, jeden Tropfen Wasser optimal zu nutzen. Wenn die Vorräte der sommerlichen Regenfälle aufgebraucht sind, muss

Ein großer Teil von ihnen hat einen gemeinsamen Vorfahren: den französischen Grafen Armand Montrond. Zahlreiche Kinder haben blonde Haare und blaue Augen – zu kaffeebrauner Haut ein aufregender Kontrast. 1872 ließ sich der Franzose auf Fogo nieder, ließ Bewässerungsgräben und Straßen bauen und verbesserte die medizinische Versorgung. Er brachte auch den Weinanbau in die *Caldeira*.

> www.marcopolo.de/kapverden